



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
PGPCI

E-DINHEIRO: Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento rumo à moeda digital?

JOÃO PESSOA–PB
2024

E-DINHEIRO: OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO RUMO À MOEDA DIGITAL?

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco

JOÃO PESSOA–PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Daniel Pereira dos.
E-dinheiro : os bancos comunitários de
desenvolvimento rumo à moeda digital? / Daniel Pereira
dos Santos. - João Pessoa, 2024.
142 f. : il.

Orientação: Marco Antônio de Castilhos Acco.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. E-Dinheiro. 2. Bancos comunitários. 3. Fintech.
I. Acco, Marco Antônio de Castilhos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 336.74(043)



FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIEL PEREIRA DOS SANTOS

E-DINHEIRO: Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento rumo à moeda digital?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco

Data de aprovação: 29/06/2024

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARCO ANTONIO DE CASTILHOS ACCO**
Data: 14/11/2024 11:15:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco – Universidade Federal da Paraíba

Orientador/ Presidente da banca examinadora


Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA ALVES BOLTE**
Data: 15/11/2024 17:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Rosângela Alves Bolte - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha família, em especial à minha mãe, Maria Pereira dos Santos, e ao meu pai, José Pedro dos Santos, pois, desde que deixaram o interior em busca de uma vida melhor na capital, lutaram incansavelmente para garantir que nós, seus filhos 3 filhos, tivéssemos acesso à educação e pudéssemos construir um futuro melhor.

Expressar minha eterna gratidão ao Instituto Voz Popular, minha segunda família, que me ensinou os valores da luta comunitária pela Comunidade São Rafael, em nome de seu José Marcos de Souza Vieira, nosso membro fundador, que sempre me mostrou com sua luta que nunca é tarde para buscar nossos sonhos.

À Organização da Sociedade Civil AMAZONA, que contribuiu de forma significativa para que eu e outras dezenas de pessoas nas periferias de João Pessoa pudessem acreditar e construir novos projetos de vida.

À INCUBES, incubadora onde tive a honra de aprender, ensinar e principalmente viver experiências que mudaram minha realidade e minha visão de mundo!

A toda família do Banco Palmas, exemplo de organização comunitária, em especial ao grande mestre Joaquim Melo, de quem sempre fui admirador e tenho o prazer de aprender cada dia mais.

A toda Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, através do Banco dos Cacaos, representado por Mauro Rodrigues, ao Banco Tupinambá, representado por Marivaldo Vale, e ao Banco Bem, representado por Leonora Mol, por sua colaboração generosa durante a pesquisa.

A todos os membros do corpo discente e docente do PGPCI, minha gratidão por seu apoio e respeito incondicionais durante minha jornada, mesmo diante das minhas limitações, em especial ao meu primeiro orientador, o professor Vanderson Carneiro, e ao meu orientador final, o professor Marco Acco, por seu apoio incansável e pela contribuição fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional durante o mestrado. À professora Rosângela Alves, que admiro profundamente, agradeço por sua presença em minha banca.

Por fim, expresso minha fé e gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, cruzaram meu caminho e contribuíram para a construção dos degraus desta jornada inacabada. Com o apoio de cada um de vocês, continuarei construindo essa escada rumo ao futuro justo e solidário.

RESUMO

Esta dissertação analisa a implantação da Fintech E-Dinheiro no contexto da economia solidária, focando nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Rede Brasileira. O objetivo central é entender como a plataforma E-Dinheiro pode contribuir para a inclusão dos BCDs no sistema financeiro nacional e na superação da pobreza, discutindo a tensão entre o modelo capitalista e a economia solidária. A metodologia adotada é um Estudo de Caso qualitativo, integrando Revisão Sistemática de Literatura e Pesquisa Documental. Os objetivos específicos são: 1. Analisar como o E-Dinheiro contribuiu para a ampliação da inclusão financeira e do acesso a serviços financeiros de qualidade em territórios empobrecidos onde atuam os BCDs no Brasil. 2. Examinar como o E-Dinheiro colaborou para a inserção dos BCDs no sistema financeiro nacional, ampliando seu acesso a recursos e serviços financeiros. 3. Mapear e analisar o volume financeiro das operações na plataforma E-Dinheiro nos últimos 10 anos, identificando padrões e tendências principais. Os resultados destacam os benefícios da plataforma E-Dinheiro para os BCDs e o sistema financeiro nacional, promovendo inclusão financeira em comunidades marginalizadas com serviços como microcrédito, transferências e pagamentos de contas. O estudo conclui que, embora o E-Dinheiro não resolva todos os problemas dos BCDs e da inclusão da população marginalizada no sistema financeiro nacional, ele é essencial para repensar e implementar um modelo que garanta a participação popular efetiva, baseando-se nos princípios da economia solidária e da educação popular. A justificativa enfatiza a importância crucial da plataforma E-Dinheiro para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, destacando sua relevância no contexto da crescente digitalização da economia e os desafios e oportunidades na interseção entre a economia solidária e o modelo capitalista.

Palavras-Chave: E-Dinheiro, Bancos Comunitários, Fintech

ABSTRACT

This dissertation examines the implementation of the Fintech E-Dinheiro within the context of the solidarity economy, focusing on the Community Development Banks (BCDs) of the Brazilian Network. The main objective is to understand how the E-Dinheiro platform can contribute to the inclusion of BCDs in the national financial system and the alleviation of poverty, discussing the tension between the capitalist model and the solidarity economy. The adopted methodology is a qualitative Case Study, integrating a Systematic Literature Review and Document Research. The specific objectives are: 1. Analyze how E-Dinheiro has contributed to the expansion of financial inclusion and access to quality financial services in impoverished territories where BCDs operate in Brazil. 2. Examine how E-Dinheiro has facilitated the integration of BCDs into the national financial system, broadening their access to financial resources and services. 3. Map and analyze the financial volume of transactions on the E-Dinheiro platform over the past 10 years, identifying key patterns and trends. The results highlight the benefits of the E-Dinheiro platform for BCDs and the national financial system, promoting financial inclusion in marginalized communities with services such as microcredit, transfers, and bill payments. The study concludes that, although E-Dinheiro does not solve all the problems of BCDs and the inclusion of marginalized populations in the national financial system, it is essential for rethinking and implementing a model that ensures effective popular participation, based on the principles of the solidarity economy and popular education. The justification emphasizes the crucial importance of the E-Dinheiro platform for Community Development Banks in Brazil, highlighting its relevance in the context of the increasing digitalization of the economy and the challenges and opportunities at the intersection of the solidarity economy and the capitalist model.

Key words: E-Dinheiro, Community Banks, Fintech

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAM - Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro
AMAZONA - Associação de Prevenção à AIDS
AMCSR - Associação de Moradores da Comunidade São Rafael
ASMOCONP - Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BACEN - Banco Central do Brasil
BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDJB - Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico
CAC - Comitê de Avaliação de Crédito
CEMAR - Centro de Educação Margarida Pereira da Silva
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPCC - Centro Popular de Cultura e Comunicação
DLSS - Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário
EAF - Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento
EES - Empreendimento Econômico Solidário
ECOSOL - Economia Solidária
FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária
FRS - Fundos Rotativos Solidários
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária
ENIES - Encontro Nordeste das Incubadoras de Economia Solidária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
ITES - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NESOL - Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária
NFC - Near Field Communication
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIES - Programa de Ações Integradas em Economia Solidária
PAA - Postos Avançados de Atendimento
PAB - Postos de Atendimento Bancário
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RADCOM - Rádio Comunitária
RBBCD - Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento
RSL - Revisão Sistemática de Literatura
SEDH/PB - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESAES - Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária

SCD - Sociedade de Crédito Direto
SCR - Sistema de Informações de Créditos
SEP - Sociedade de Empréstimo entre Pessoas
SPC - Serviço de Proteção ao Crédito
STRO - Organização de Comércio Social
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SWIFT - Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma da ECOSOL no Brasil.....	44
Figura 02: Mapa das finanças solidárias no Brasil em 2015.....	52
Figura 03: Mapa dos fundos rotativos solidários no Brasil 2015.....	55
Figura 04: Mapa dos BCDs pelo Brasil até 2022.....	58
Figura 05: Organograma de um BCD.....	59
Figura 06: Transferência dos pescadores da orla para o conjunto palmeiras.....	60
Figura 07: Inauguração do Banco Palmas.....	62
Figura 08: Organograma metodológico do PALMAS.....	65
Figura 09: Dia da Criação da Rede Paraibana de BCDs.....	75
Figura 10: Moedas Sociais de Tintim.....	79
Figura 11: Moeda Social Cartão Palmas CARD.....	81
Figura 12: Cartão Moeda Social Mumbuca.....	82
Figura 13: Organograma de funcionamento da ECOSOL em Maricá.....	83
Figura 14: Nubank se torna segundo banco mais valioso do país.....	86
Figura 15: Diagrama de seleção de trabalhos.....	91
Figura 16: Plataforma E-Dinheiro.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Artigos buscados por plataforma.....	94
Gráfico 02: Anos das publicações.....	95
Gráfico 03: Tipo de abordagem entre estudos da amostra final.....	96
Gráfico 04: Resultado parcial da enquete do PL 4477/2023.....	113
Gráfico 05: Soma de número de agências do segmento bancário, por 100 mil adultos.....	114
Gráfico 06: Soma de número de caixas de atendimento (ATMs) do segmento bancário, por 100 mil adultos.....	115
Gráfico 07: BCDs na plataforma E-Dinheiro 2023.....	119
Gráfico 08: Percentual dos BCDs por tipo no E-Dinheiro em 2023.....	121
Gráfico 09: Valores movimentados pelos BCDs municipais no E-Dinheiro em 2023.....	122
Gráfico 10: Comparação entre o E-Dinheiro e Fintechs Brasileiras em 2023.....	123
Gráfico 11: Mulheres usuárias do E-Dinheiro.....	126
Gráfico 12: Número de endividados em 2023.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Procedimentos da RSL.....	93
Tabela 02 - Ordem de surgimento das experiências municipais de uso de moeda social.....	108
Tabela 03 - Ordem de surgimento das leis municipais de uso de moeda social.....	110
Tabela 04 - Valores movimentados pelas moedas sociais ambientais em 2022.....	118
Tabela 05 - Percentuais cobrados por operadores de máquina de cartão em 2023.....	127
Tabela 06 - Movimentação dos BCDs, Cocais, Tupinambá e Bem na plataforma.....	129
Tabela 07 - Movimentação dos BCDs convencionais da rede brasileira de 2021.....	129

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	14
2 - METODOLOGIA.....	23
3 - REFERENCIAL TEÓRICO - ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOEDAS SOCIAIS... 31	
4 - FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BREVE RECOMPOSIÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E PARAIBANA.....	42
4.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS.....	48
4.1.1 CLUBES DE TROCA.....	53
4.1.2 FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.....	54
4.1.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO.....	56
4.1.4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	57
4.2 REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS.....	65
4.2.1 REDE PARAIBANA DE BCDs.....	68
5 - E-DINHEIRO: A EVOLUÇÃO DA MOEDA SOCIAL.....	75
5.1 MOEDA EM PAPEL.....	76
5.1.2 MOEDA EM CARTÃO.....	80
5.1.3 MOEDA ELETRÔNICA.....	84
5.1.4 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O E-DINHEIRO.....	89
5.2 E-DINHEIRO E A GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS BCDs.....	100
5.2.1 E-DINHEIRO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	101
5.2.2 E-DINHEIRO E A INTERAÇÃO COM OS DEMAIS BANCOS DO SFN.....	103
5.2.3 E-DINHEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	106
5.2.4 E-DINHEIRO E O ODS 8.....	113
5.2.5 E-DINHEIRO EM NÚMEROS.....	118
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na temática da economia solidária, concentrando seu foco no estudo de caso da experiência de implementação da Plataforma E-Dinheiro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (RBBCD). Buscamos compreender elementos da sua constituição histórica e da interação social da plataforma para a implantação de uma nova forma de atuação de seus os comunitários de desenvolvimento (BCDs).

No Brasil, comunidades empobrecidas nas grandes cidades e pequenos distritos do interior enfrentam sérias dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais devido ao modelo capitalista hegemônico, que gera grandes desigualdades, concentrada especialmente nas favelas e em ocupações precárias urbanas. Em resposta a essas desigualdades e exclusões, a economia solidária surgiu como uma alternativa, tendo suas raízes no início do século XIX durante a Revolução Industrial na europa e ganhando força no Brasil na década de 1980, durante a crise econômica, política e social no âmbito do regime autoritário imposto no país.

Nos territórios empobrecidos de nosso país, a cooperação, o associativismo e a solidariedade encontrado em várias localidades através de processos como de mutirão destacam-se como motores de mudança. Um exemplo notável é a experiência do Banco Palmas, criado na década de 1990 na então favela do Palmeiras, em Fortaleza, estado do Ceará. Sendo o primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas representa uma possibilidade real de inclusão bancária dos mais pobres e excluídos, adotando uma abordagem autogestionária baseada na economia solidária. Com foco em apoiar os moradores que haviam sido expulsos de suas casas da orla de Fortaleza, o banco criou uma moeda própria para o autofinanciamento e com isso construir um novo modelo de vida no território.

Em meados de 2015, o Banco Palmas inovou ainda mais ao lançar sua própria moeda social digital, através do aplicativo E-Dinheiro. Essa iniciativa mostrou a capacidade de inovação tecnológica existente na periferia ao mesmo tempo que apontou para a necessidade de preservar os princípios fundamentais da economia solidária.

Ao abordar essas questões, a dissertação contribui para uma compreensão mais profunda e crítica da interseção entre as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e economia solidária (ECOSOL), oferecer percepções para a construção de um futuro mais justo, inclusivo e tecnológico, analisar esse modelo de inclusão financeira por meio do uso de uma moeda social digital dentro do movimento de finanças solidárias brasileiro.

Experiências como a do Banco Palmas se somam a outros movimentos sociais nesta união da sociedade civil organizada brasileira culminando na realização do 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001, e que levaram à criação da instância de representação política deste movimento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBEs).

A partir da construção do FEBs, foi realizada a solicitação ao então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que após oficializada como instância de governo impulsionou a implementação de políticas públicas de economia solidária pelos demais entes da federação.

O Estado da Paraíba é um exemplo significativo desse movimento de implantação de políticas de ECOSOL, onde a parceria com o Governo Federal e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ajudou na criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), além de criação do Plano Plurianual de ECOSOL 2016-2019 e da Lei de Economia Solidária estadual. No entanto, a ausência do Fundo Estadual de Economia Solidária e do Conselho Estadual de ECOSOL comprometeu a efetividade dessas políticas no estado.

Assim, analisar como a plataforma E-Dinheiro vem contribuindo para a inclusão dos BCDs no sistema financeiro nacional, na superação da pobreza e na inserção como política pública, enxergando as tensões existentes entre o modelo capitalista e a economia solidária, investigando como esta última vem influenciado um novo comportamento econômico e social na sociedade pós-industrial, assim como, buscando uma melhor compreensão dos impactos do E-Dinheiro nos BCDs e nas comunidades atendidas como fundamento para um novo modelo sustentável e inclusivo de finanças de base comunitária.

Analisar dados coletados que nos permitam demonstrar os benefícios e os desafios da utilização desta nova plataforma social digital dos BCDs, ao mesmo tempo fornecer os insights para futuras iniciativas de inclusão financeira nas periferias, zonas rurais e demais áreas isoladas e excluídas das grandes cidades, busca-se a promoção da inclusão financeira nestas comunidades marginalizadas, levar a facilitação do acesso a serviços financeiros e bancários essenciais e o fortalecimento da economia local com uso das moedas sociais.

No entanto, é importante reconhecer que a uma plataforma como o E-Dinheiro, por si só, não será uma solução completa para todos os problemas enfrentados pelos BCDs e pelas finanças solidárias dentro do sistema financeiro nacional, o que nos faz construir um esforço contínuo e coordenado para repensar e implementar um modelo de desenvolvimento financeiro que assegure a participação efetiva dos trabalhadores, fundamentado nos princípios da economia solidária acoplada à metodologia da educação popular, já que sem uma educação libertadora, nenhum outro modelo econômico ou social se sustentará.

Neste novo modelo, as finanças solidárias serão fundamentais, e a plataforma E-Dinheiro terá um papel crucial para a transformação das realidades econômicas das comunidades empobrecidas no Brasil, representando um passo significativo rumo à inclusão financeira e ao desenvolvimento sustentável e solidário acoplada a outras tecnologias sociais construídas pelo movimento de bancos comunitários.

A metodologia adotada para esta dissertação foi fundamentada em um Estudo de Caso de natureza qualitativa, integrando uma Revisão Sistemática de Literatura e uma Pesquisa Documental.

Apresentando como foco deste trabalho a experiência concreta da Plataforma E-Dinheiro, através de seu processo de construção e organização, a partir do histórico social que buscou unir a rede brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e gerar um processo de crescimento local sustentável.

Compreendendo a apreensão intrínseca entre os modelos da economia solidária e do modelo capitalista, esse estresse entre os modelos molda o comportamento das pessoas com seus elementos percebidos ou não, entendidos de forma subjetiva ou objetiva.

A questão central em nosso estudo, envolve diretamente os atores sociais ligados à construção da Plataforma E-Dinheiro, tendo como contexto o objeto da pesquisa. Por resultado, ao longo do tempo de construção deste trabalho, como o E-Dinheiro pode contribuir para a inserção dos bancos comunitários de desenvolvimento no sistema financeiro nacional e na superação da pobreza?

Esta dissertação teve por objetivo geral Analisar a importância do E-Dinheiro para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Rede Brasileira, focando em sua contribuição para a inclusão financeira, a inserção no sistema financeiro nacional e a evolução do volume financeiro movimentado na plataforma.

Onde encontraremos detalhado os objetivos específicos no capítulo que aborda diretamente os dados da Plataforma E-Dinheiro, tendo o **objetivo específico 1**: A análise de como o E-Dinheiro contribuiu para a ampliação da inclusão financeira e do acesso a serviços financeiros de qualidade pelos clientes dos bancos comunitários de desenvolvimento, em seus territórios de atuação no Brasil.

O **objetivo específico 2**: Examinou como o E-Dinheiro colaborou para a inserção dos bancos comunitários de desenvolvimento no sistema financeiro nacional, ampliando o seu acesso a recursos e serviços financeiros.

Por sua vez, o **objetivo específico 3**: Mapeou e analisou o volume financeiro das operações verificadas nos últimos 10 anos na plataforma E-Dinheiro, identificando seus principais padrões e tendências.

A justificativa de nossa pesquisa enfatiza a importância crucial da plataforma E-Dinheiro para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, com foco na análise de sua contribuição para a inclusão financeira, a inserção no sistema financeiro nacional e a evolução do volume financeiro movimentado na plataforma dentro dos BCDs. Este estudo é especialmente relevante diante da necessidade de compreender os desafios e oportunidades que a interseção entre a economia solidária e o modelo capitalista representa, no contexto da crescente expansão da digitalização da economia.

Quando nos debruçamos sobre a trajetória da Plataforma E-Dinheiro, sua criação, seu teste na feira de Santa Maria e sua implementação em Maricá, Rio de

Janeiro, como instrumento para efetivação de políticas públicas de transferência de renda e economia solidária, a pesquisa buscou não apenas mapear os resultados tangíveis, mas também explorar os fatores subjetivos que permeiam a construção de bancos comunitários e suas tecnologias financeiras inovadoras.

A abordagem multidimensional adotada pelos objetivos específicos visa não apenas analisar os impactos quantitativos do E-Dinheiro, mas também compreender como esses impactos se traduzem em melhorias efetivas na vida das comunidades menos favorecidas e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Além disso, a análise temporal proposta forneceu uma perspectiva dinâmica sobre o desenvolvimento e aceitação do E-Dinheiro, identificando padrões, tendências e fatores que influenciam o volume de transações.

A pesquisa não se limitou a uma análise técnica, abrindo margem a partir dos seus apontamentos para trabalhos futuros que busquem entender o papel do E-Dinheiro na promoção da inclusão financeira, na inserção no sistema financeiro nacional e na evolução do cenário financeiro local, inserido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 das Nações Unidas.

Ao destacar a interação entre valores da Economia Solidária e Finanças Solidárias, a investigação se aprofundou na compreensão das motivações dos membros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, contribuindo assim para o desenvolvimento de novas formas tecnológicas financeiras, solidárias e comunitárias.

Portanto, a pesquisa proposta visa não apenas preencher uma lacuna no conhecimento existente, mas também oferecer recomendações que podem informar e criar novas políticas públicas, práticas de desenvolvimento comunitário e estratégias para fortalecer a atuação da plataforma E-Dinheiro, dentro do sistema financeiro nacional, com base na Economia Solidária.

Para cumprir seus objetivos, além desta introdução, a presente dissertação está organizada no **Capítulo I**, trazendo também a delimitação do tema, que consiste na análise do papel da plataforma E-Dinheiro no contexto da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, visando compreender sua contribuição para a consolidação da Economia Solidária como política pública. Em seguida, a

questão central que orientou toda a investigação é apresentada, delineando o cerne do estudo e proporcionando um contexto claro para as análises subsequentes. Os objetivos, tanto geral quanto específicos, são detalhados, delineando as metas que nortearão a pesquisa. A justificativa da pesquisa foi apresentada, destacando a importância e relevância do estudo diante da necessidade de compreender como a plataforma E-Dinheiro influencia a consolidação da Economia Solidária no contexto dos bancos comunitários de desenvolvimento. Este capítulo, portanto, estabelecerá as bases conceituais e metodológicas para a pesquisa, contextualizando o leitor e fornecendo uma visão abrangente dos elementos que serão explorados ao longo do trabalho.

O **Capítulo II**, traz a metodologia adotada para a pesquisa delineada. A opção pela abordagem qualitativa é fundamentada na perspectiva emergente, destacando a flexibilidade e adaptabilidade inerentes a essa metodologia. A pesquisa documental é apresentada como uma ferramenta valiosa dentro do contexto qualitativo, permitindo a análise de uma variedade de fontes, incluindo materiais escritos, estatísticas e elementos iconográficos. O capítulo ressalta a importância da imersão do pesquisador no cenário natural, destacando a necessidade de vivenciar experiências reais dos participantes e do espaço de estudo para obter uma compreensão mais detalhada e contextualizada.

A ênfase na pluralidade de métodos qualitativos, como estudos etnográficos, pesquisa participativa e análises culturais, é destacada como crucial para captar nuances, significados e contextos na investigação sobre a plataforma E-Dinheiro. Além disso, a análise bibliométrica e a revisão sistemática de literatura são apresentadas como componentes essenciais, destacando a importância de mapear a evolução temporal do tema e identificar lacunas na literatura existente. A pesquisa, ao adotar uma abordagem multi-metódica, busca superar as limitações inerentes às pesquisas documentais, garantindo uma visão holística e abrangente do fenômeno em estudo. Esse capítulo fornece, assim, as bases metodológicas robustas que orientam o desenvolvimento da pesquisa sobre o E-Dinheiro e sua interação com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, visando compreender o papel da plataforma na consolidação da Economia Solidária como política pública.

O **Capítulo III** da dissertação explora o referencial teórico relacionado à Economia Solidária (ECOSOL) e os Bancos Comunitários, destacando seu surgimento como resposta ao empobrecimento dos artesãos durante a Revolução Industrial. A ECOSOL se posiciona como uma alternativa crítica ao capitalismo, buscando uma abordagem mais humanizada, sustentável e solidária nas atividades econômicas. O texto aborda a importância da academia e dos movimentos sociais na promoção e compreensão da ECOSOL, ressaltando a diversidade de formas organizacionais, como empreendimentos econômicos solidários (EES) e entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF).

Além disso, o capítulo explora a implementação de iniciativas práticas, como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e a introdução de moedas sociais locais. O Banco Palmas é apresentado como um exemplo que utiliza a moeda social para promover o desenvolvimento econômico local e mitigar a pobreza. A dissertação destaca a relevância das moedas sociais na metodologia dos BCDs e destaca a importância da capacitação em economia solidária para fortalecer os empreendimentos e promover a autogestão.

Este referencial teórico serviu como base para a discussão sobre a expansão e o apoio à Economia Solidária, bem como para a introdução da plataforma E-dinheiro, objeto central de estudo na dissertação.

O **Capítulo IV** aborda as Finanças Solidárias no Brasil e na Paraíba explorando suas diversas facetas, trazendo no texto o destaque dos diferentes instrumentos financeiros utilizados na economia solidária, como os Clubes de Troca, Fundos Rotativos Solidários, e Cooperativas de Crédito Solidário. Em seguida, direciona o foco para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, examinando sua função, estrutura e impacto nas comunidades. A dissertação destaca a importância dessas instituições na promoção do desenvolvimento local, na geração de empregos e na mitigação da pobreza, evidenciando o papel central dos BCDs na implementação de práticas econômicas mais solidárias.

Além disso, o capítulo se aprofunda na contextualização da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, destacando como essa rede proporciona uma colaboração e apoio entre diferentes BCDs no Brasil. O texto também explora a especificidade da Rede Paraibana de BCDs como um exemplo regional, evidenciando a diversidade de

contextos e desafios enfrentados pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento em diferentes partes do país. Dessa forma, o quarto capítulo contribui para a compreensão mais aprofundada das práticas de finanças solidárias, concentrando-se nos BCDs como agentes fundamentais na promoção da Economia Solidária em nível local e regional.

Neste **Capítulo V**, a dissertação explora a evolução da moeda social com foco no E-Dinheiro, abrangendo diferentes formas de representação, desde moeda em papel até a transição para moeda digital. Inicia-se com uma análise das diversas modalidades de moeda, incluindo papel, cartão e digital, fundamentando-se em uma revisão sistemática da literatura que oferece uma perspectiva abrangente sobre as transformações nesse cenário. Posteriormente, o texto concentra-se na implementação do E-Dinheiro nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e sua relevância na gestão administrativa dessas instituições.

Exploram-se aspectos como a integração do e-dinheiro com o Sistema Financeiro Nacional (SFN), a interação com outros bancos do SFN e o alinhamento com políticas públicas, incluindo a contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 8, que trata do trabalho decente e crescimento econômico. O capítulo oferece uma análise aprofundada sobre a aplicação do E-Dinheiro na esfera dos BCDs, contextualizando sua importância no contexto mais amplo da Economia Solidária e das políticas econômicas e sociais.

Por fim, no **Capítulo VI** a dissertação realiza suas considerações finais destacando os benefícios da plataforma E-Dinheiro para os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) e o sistema financeiro nacional. Através desta plataforma digital, os BCDs promovem a inclusão financeira em comunidades em situação de alta vulnerabilidade social, oferecendo a elas serviços como microcrédito, transferências e pagamentos de contas. apontando como o E-Dinheiro ajudou a reduzir desigualdades socioeconômicas, tornando os serviços financeiros mais acessíveis e eficazes, especialmente para os desatendidos pelos bancos tradicionais e o novo segmento de fintechs. Como a plataforma fortaleceu a autonomia dos BCDs, impulsionando o desenvolvimento local e facilitando a integração com o sistema financeiro nacional.

A dissertação sugere pesquisas futuras sobre práticas de governança dos BCDs, impacto de políticas públicas, eficácia de iniciativas de educação financeira e formas de aumentar a visibilidade da plataforma. Apontando como o E-Dinheiro vem sendo crucial para a construção de um sistema financeiro mais inclusivo, equitativo e solidário, integrando as periferias e promovendo um modelo econômico baseado na economia solidária.

2 METODOLOGIA

A condução de construção desta dissertação adotou como referência a Pesquisa Qualitativa, apontada por CRESWELL (2021) como emergente em vez de estritamente pré-configurada. Diversos aspectos surgem durante um estudo qualitativo. Onde em uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar vários procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados, entre estes a pesquisa documental (LUEZUTE KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO, 2015).

Como nos recorda Godoy:

Comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental (GODOY, 1995, p. 21).

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, o pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório) onde está o participante para conduzir a pesquisa. Assim o pesquisador pode desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou sobre o local (CRESWELL, 2021).

Por isso, o pesquisador precisa vivenciar experiências reais tanto dos participantes, quanto do espaço de estudo da sua pesquisa, pois na pesquisa qualitativa as questões de pesquisa podem mudar e serem melhoradas à medida que o pesquisador achar o que perguntar e para quem.

Além disso, quando pesquisadores qualitativos usam uma lente teórica, podem formar interpretações que exijam uma agenda de ações para reforma e mudança. Assim, a interpretação na pesquisa qualitativa pode assumir várias formas, ser adaptada para diferentes tipos de projeto e ser flexível para transmitir significados pessoais, baseados em pesquisa, e de ação (CRESWELL, 2021, p. 199).

Sendo uma das formas a documental, nos mostra GODOY (1995), nesse sentido, acreditar que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Por outro lado, uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas, (CRESWELL, 2021).

A pesquisa qualitativa por ser uma metodologia, na qual podemos nos utilizar de fontes diversas, como teses, dissertações, monografias, artigos, sites, revistas, livros e outros documentos entendidos por GODOY (1995) como:

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primários” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (GODOY, 1995, p. 21).

Assim nos permitimos analisar de forma criteriosa essas fontes documentais selecionadas com o propósito de compreender melhor a dinâmica da Plataforma E-Dinheiro, sua interação com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o movimento de construção de Políticas Públicas de Economia Solidária pelo País a partir do seu uso. A abordagem diversificada destas fontes permitiu uma análise abrangente e profunda sobre o tema, incorporando diferentes perspectivas e contextos.

A condução do trabalho sobre a plataforma do E-Dinheiro é fundamentada na necessidade de uma compreensão aprofundada e contextualizada dos aspectos culturais, ideológicos e sociais relacionados a essa inovação financeira e tecnológica, criada pelo Banco Palmas, uma organização comunitária da periferia de Fortaleza no Estado do Ceará, Nordeste brasileiro.

O método qualitativo, caracterizado por procedimentos de coleta de informações que buscam discursos completos e interpretativos sobre um tema específico, é particularmente adequado para investigações nas ciências sociais, como no caso do estudo sobre a plataforma do E-Dinheiro. Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância, aponta Godoy (op.cit).

Não significando que não haja o uso de dados quantitativos na pesquisa, como nos aponta (CRESWELL, 2021), o melhor que podemos dizer é que estudos tendem a ser mais quantitativos ou qualitativos em sua natureza. No caso deste estudo também foi realizada a análise de alguns dados quantitativos da plataforma E-dinheiro, que possui um vasto banco de dados, que pode ser utilizado de várias formas e para variadas situações e especificidades.

A relevância do método qualitativo reside na sua capacidade de ir além de dados numéricos ou proporcionais, focando-se na riqueza e na complexidade das experiências, percepções e práticas das pessoas em relação ao uso da plataforma E-Dinheiro. Ao adotar métodos qualitativos, como estudos etnográficos, pesquisa participativa e análises culturais, a pesquisa busca captar nuances, significados e contextos que podem escapar a abordagens mais quantitativas.

Algumas dificuldades, no entanto, cercam as pesquisas de caráter documental e devem ser apontadas. Muitos dos documentos por ela utilizados não foram produzidos com o propósito de fornecer informações com vistas à investigação social, o que possibilita vários tipos de vieses (GODOY, 1995, p. 22).

Sabendo das dificuldades apontadas por Godoy (1995), a natureza multi metódica da pesquisa qualitativa, que envolve a aplicação simultânea de diferentes métodos de obtenção de informação, contribui para uma visão mais abrangente e holística do fenômeno estudado.

Isso é crucial ao lidar com um tema complexo e multifacetado como o E-Dinheiro, que envolve não apenas aspectos tecnológicos, mas também implicações culturais, sociais e econômicas e dimensão geográfica.

Ao optar por uma abordagem qualitativa, a pesquisa sobre a plataforma E-Dinheiro busca não apenas descrever os aspectos tangíveis e observáveis, mas também compreender as motivações, percepções e significados atribuídos pelos usuários, comunidades e demais atores envolvidos no uso da Fintech Comunitária.

Importante ressaltar que a pesquisa documental utilizada neste trabalho observa o que LUEZUTE KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO (2015), nos diz da mesma que não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de

investigação. Para a autora, o que a diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento como apontado abaixo por ela:

No primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema (LUVEZUTE KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO, 2015, p. 59).

A ausência de uma hipótese a priori destaca a abordagem exploratória da pesquisa, permitindo que o estudo se desenvolva de maneira mais flexível, respondendo às questões emergentes durante o processo de construção.

Segundo CRESWELL (2021), a geração básica de significados é sempre social, ocorrendo a partir da interação com a comunidade humana. O processo de pesquisa qualitativa é bastante indutivo, com o pesquisador gerando significado a partir dos dados coletados no campo.

Em resumo, a escolha do método qualitativo para a pesquisa sobre a plataforma do E-Dinheiro reflete a intenção de ir além dos números e estatísticas geradas pelas transações executadas dentro da Fintech, pelos bancos comunitários de desenvolvimento da rede brasileira. Ela busca uma compreensão profunda e contextualizada que é essencial para lidar com as complexidades inerentes a essa inovação no contexto da economia solidária e criada pelos BCDs.

As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir. Em um estudo qualitativo a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados (LUVEZUTE KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO, 2015, p. 57).

Essa diversidade de fontes permitiu uma abordagem abrangente e aprofundada sobre o tema da Fintech do E-Dinheiro, considerando diferentes perspectivas e contextos. (GALVÃO; RICARTE, 2019), nos mostra que esta abordagem deriva do fato de que muitas vezes os dados quantitativos carecem de complementos para sua compreensão que podem ser encontrados em relatos presentes em estudos qualitativos, por exemplo.

Por sua vez, a pesquisa documental desempenhou um papel fundamental na metodologia deste trabalho, proporcionando uma abordagem sistemática para coletar e analisar informações provenientes de diversas fontes.

Através dessa metodologia, realizamos uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), apontada por (GALVÃO; RICARTE, 2019) como atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos.

Dito de outro modo, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior, como pode ser o caso de uma revisão de literatura de conveniência (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 03).

A realização de uma RSL evita duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos.

Para (CRESWELL, 2021), a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos. Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado.

A Revisão, nos possibilitou analisar a existência de poucos escritos sobre a plataforma do E-Dinheiro, como se busca abordar nesta dissertação, o que mostra a relevância do mesmo para o contexto acadêmico atual.

Para esse tipo de pesquisa, (GODOY, 1995) nos mostra que o pesquisador se mantém bem informado acerca do tema em estudo, podendo assim utilizar o conhecimento obtido por meio de uma cuidadosa revisão de literatura, quando ele se mostrar útil para a explicação de certos eventos.

Assim, a presente pesquisa adota essa abordagem metodológica baseada em RSL para mapear os avanços produzidos a partir da incorporação da moeda social digital E-Dinheiro no Brasil, com foco em seu uso na Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, especificamente no contexto dos Finanças Solidárias. A RSL proporciona uma visão estruturada e abrangente do conhecimento disponível, identificando lacunas e relevâncias na literatura existente.

A pesquisa se justifica pela relevância do cenário atual, que avança a passos largos para a digitalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e mundial através

do Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, ou Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT), impulsionada no Brasil pela Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013, sancionada pela então Presidente do Brasil Dilma Rousseff.

A digitalização se intensificou durante a pandemia de Covid-19, que não permitiu o uso de dinheiro em espécie e uso presencial dos estabelecimentos bancários. A escolha por uma RSL destaca a necessidade de sintetizar informações dispersas e analisar a literatura existente, tornando evidente a escassez de escritos específicos sobre a Plataforma do E-Dinheiro.

Foi definido o Tema e Pergunta de Pesquisa: O tema central é "Moeda Digital E-Dinheiro", tendo como a pergunta de pesquisa: "Como esta ferramenta contribui para o avanço na criação de políticas públicas de acesso ao sistema financeiro dos mais pobres entre 2015 e 2022?".

Delimitada a questão que será tratada na revisão, é preciso definir quais bases de dados serão consultadas para a busca de artigos e outros materiais bibliográficos que possam ser incluídos ou excluídos da revisão de literatura que se pretende realizar. Anualmente, surgem novas e mais complexas bases de dados (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 08).

A partir daí se construiu um Banco de Dados, onde foram selecionados 28 artigos publicados entre 2015 e 2022, período de criação da Lei das Fintechs no Brasil, obtido em duas plataformas: Scopus e Google Acadêmico. A busca se utilizou de termos em língua portuguesa e inglesa relacionados às palavras chaves: E-Dinheiro, bancos comunitários e moedas sociais.

Embora possa haver alguma duplicação de artigos em diferentes bases de dados, cada base se destina a um público-alvo, possui uma cobertura de tipos de documentos e uma cobertura temática, ou seja, conteúdos informacionais que são por ela tratados de forma preferencial. Portanto, deriva-se que é preciso buscar a informação relevante em bases de dados adequadas e compatíveis com a temática a ser desenvolvida (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 09).

A partir desta perspectiva apontada pela RSL, buscamos outras fontes de dados para encorpar e complementar a escrita da dissertação. Buscando como fontes: os sites do Instituto E-Dinheiro Brasil, Banco Palmas e Rede Paraibana de Bancos Comunitários como principais fontes para a construção do capítulo sobre o E-Dinheiro, já que os mesmos possuem as principais bases da Fintech. Em seguida

buscamos outros repositórios entre eles de universidades públicas que possuem banco de dados sobre a temática da plataforma do E-Dinheiro.

Segundo ALVES et al., (op. cit.), numa Revisão Sistemática de Literatura o terceiro passo é estabelecer os critérios de exclusão de artigos, por exemplo, data de publicação, idioma, pertencimento à literatura cinza, etc.

Os critérios de seleção adotados nas plataformas Scopus e Google Acadêmico foram estrategicamente delineados para assegurar a relevância e especificidade dos trabalhos incluídos na revisão. Dentre esses critérios, foram considerados a afinidade com o tema proposto, a presença do texto em idioma português, a disponibilidade integral do acesso e o enfoque nas políticas públicas de economia solidária.

A expressiva exclusão de 108.638 trabalhos reflete a abrangência generalizada dessas plataformas, que, ao incorporar todas as palavras relacionadas, resultam em uma extensa lista de documentos. A grande maioria desses trabalhos foi excluída devido à sua falta de alinhamento direto com o escopo específico da pesquisa sobre políticas públicas de economia solidária. Este número substancial de exclusões destaca a necessidade crucial de adotar critérios rigorosos para refinar a busca e garantir a pertinência dos documentos selecionados.

Diante desse cenário, a análise dos motivos para a exclusão proporciona potenciais inferências de natureza bibliométrica/cientométrica, metodológica e substantiva, dependendo da configuração específica da pesquisa. Essas inferências podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada da distribuição e abrangência dos estudos disponíveis nas plataformas, além de ressaltar a importância da precisão na seleção de trabalhos para atender aos objetivos da pesquisa em questão.

A depender do desenho da pesquisa em questão, iniciando pela bibliometria, pesquisas quantitativas sobre unidades bibliográficas datam do século XIX na Europa (ALVES et al., 2022).

Assim, nossa Análise Bibliométrica, realizou a distribuição temporal dos 28 artigos mostrando uma concentração de produções no ano de 2022, coincidindo com a intensificação do processo de digitalização do sistema financeiro durante a Pandemia de Coronavírus. Esta análise visa compreender a evolução do tema ao

longo dos anos, a partir do recorte temporal de 2015 a 2022, quando foi criada e implementada a plataforma E-Dinheiro.

Ela apresenta uma avaliação da distribuição temporal dos artigos selecionados, fornecendo insights sobre a evolução do tema ao longo dos anos, evidenciando a escassez de estudos específicos sobre o E-Dinheiro e seu impacto para os bancos comunitários de desenvolvimento.

Na abordagem metodológica, foram analisados 28 trabalhos, mais próximos da temática estudada, sendo relevante esclarecer a origem desse conjunto de estudos. A seleção desses documentos foi rigorosamente conduzida por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Inicialmente, foram definidos termos de pesquisa específicos e estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão para orientar a busca nas bases de dados. A pesquisa teve como foco principal investigar estudos relacionados ao E-Dinheiro e seus impactos nos bancos comunitários da rede brasileira.

A RSL, ao destacar os termos pesquisados, os critérios de inclusão e exclusão, bem como o número total de artigos levantados, proporcionou uma análise aprofundada da literatura disponível sobre o tema. A maioria dos trabalhos revisados abordou, de maneira geral, aspectos relacionados a fintechs, moedas sociais e bancos comunitários, enquanto apenas dois apresentaram uma abordagem específica sobre o E-Dinheiro, contribuindo para preencher uma lacuna na pesquisa existente.

Por fim, na Análise Substantiva, observou-se que a maioria dos trabalhos discute a construção da política pública no município de Maricá, no Rio de Janeiro. Destacando a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto da Plataforma E-Dinheiro nos bancos comunitários e com foco específico de sua importância para a criação do modelo de Bancos Comunitários Municipais, foi identificada como uma lacuna na literatura.

Analizamos ao final, que a revisão sistemática de literatura revelou a importância da digitalização do sistema financeiro, especialmente no contexto do aplicativo E-Dinheiro. No entanto, há uma necessidade da digitalização do sistema financeiro nacional, foco inclusive do 8 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que pauta o aumento da

bancarização da população e onde apontamos para a necessidade de mais pesquisas focadas no impacto da Fintech do E-Dinheiro nos bancos comunitários de desenvolvimento e para o movimento da economia solidária no Brasil.

A presente pesquisa contribui para preencher essa lacuna, no segmento acadêmico sobre o E-Dinheiro, apresentando uma visão do estado atual do conhecimento sobre a plataforma e sua importância para os movimentos sociais em nosso país.

Segundo (CRESWELL, 2021) op. cit., os pragmáticos não vêem o mundo como uma unidade absoluta. De forma semelhante, os pesquisadores de métodos mistos buscam várias técnicas para coletar e analisar dados, em lugar de adotar uma forma única (por exemplo, quantitativa ou qualitativa).

Nesse contexto, a abordagem da pesquisa documental, aliada à revisão sistemática de literatura, surge como uma metodologia robusta, capaz de fornecer uma ampla gama de informações sobre o papel desempenhado pela plataforma E-Dinheiro no âmbito da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

A conjugação dessas metodologias se revela essencial para a compreensão aprofundada do processo de consolidação da Economia Solidária como política pública. Essa abordagem estruturada permite uma análise detalhada dos documentos disponíveis, fornecendo insights valiosos sobre o impacto da plataforma E-Dinheiro e contribuindo significativamente para o delineamento do cenário em que a Economia Solidária se firma como uma política pública efetiva.

Essa abordagem contribui não apenas para o entendimento atual do tema, mas também destaca áreas que necessitam de uma investigação mais aprofundada, que trazem considerações que sintetizam as descobertas da pesquisa, ressaltando sua contribuição para preencher lacunas no conhecimento existente.

O presente estudo segue uma estrutura organizativa que busca apresentar de maneira sistemática as etapas e resultados obtidos na pesquisa sobre a plataforma do E-Dinheiro e sua relação com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO - ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOEDAS SOCIAIS

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O tema economia solidária vem crescendo e sendo cada vez mais pesquisada na comunidade acadêmica, com aumento no número de produções de monografias, dissertações, teses, artigos, relatórios de pesquisa, cursos de pós graduação e mestrados. Com esse intuito, a fundamentação teórica aqui disposta foi construída a partir de dois eixos: a economia solidária e a moeda social.

A economia solidária surgiu um pouco depois do capitalismo industrial, nascendo como uma oposição ao processo que naquele momento gerou um devastador empobrecimento dos artesãos, advindo da utilização em massa de máquinas nas linhas de produção fabril. Singer (2002) nos mostra que a Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, trabalhadores que vieram a se transformar no proletariado moderno. Pois, o que realmente é válido aqui, é que as regras existentes dilapidam os recursos do planeta e excluem uma imensa massa da população do acesso a uma vida digna (DOWBOR, 2012).

A revolução na Inglaterra, tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo (SINGER, 2002). A economia funciona segundo determinadas regras do jogo, mas as regras do jogo são pactuadas em condições desiguais de poder (DOWBOR, 2012). A partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro (PAUL SINGER, 2002).

Foi às custas da exploração do ser humano e da natureza que o capitalismo nos conduziu à barbárie. Tiriba (2016) nos mostra que quando as Flores de Maio começam a nascer em pleno calor de fevereiro, já não sabemos qual a melhor época para semear, plantar e (merecidamente) colher os frutos da terra, o que nos faz buscar uma solução para esse descontrole gerado pelo poder do capital (TIRIBA, 2016).

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder (FREIRE, 1996, p. 65).

Esse poder dito por Paulo Freire, também nos é mostrado por (TIRIBA, 2016), que aponta que, no capitalismo, mesmo com a garantia de todos os direitos sociais, ao configurar-se como trabalho-mercadoria, o trabalho assalariado é trabalho alienado e, portanto, trabalho precário, vida precária, neste sentido garantindo um direito formal inseguro aos trabalhadores e não substantivo.

Neste sentido, o que vem sendo construído mundo afora com busca por outro modelo econômico que foque no ser humano, com base na democracia autogestionária, como nos aponta a citação a seguir, é fundamental.

A globalização solidária da economia não é um projeto futuro mas algo que já está em curso e que devemos promover das mais diversas formas, respeitando as diversidades culturais, formas organizativas dos diversos atores, fortalecendo a participação democrática e o autogoverno dos setores solidários da sociedade civil nos diversos países. Trata-se de promover conexões permanentes entre as organizações, fluxos materiais (compras e vendas), fluxos de informação (divulgação de produtos e serviços, transferências de tecnologia, etc.) e fluxos de valores, uma vez que redes econômicas se constroem principalmente por fluxos econômicos (FARIA; CARNEIRO, 2015, p. 42).

Por isso os trabalhos já produzidos pela academia e pelos movimentos sociais permitem alavancar as práticas da economia solidária em todo o mundo e produzir documentos de referência sobre a expansão da economia solidária como uma alternativa concreta à globalização capitalista (DE FARIA; CARNEIRO, 2015).

A ECOSOL surge para compor duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, como também aventar a partir das próprias experiências, a inserção da solidariedade no núcleo central do processo de elaboração coletiva das atividades econômicas (LUCENA, 2013). A economia solidária não é um sistema, pois ainda estamos sob o comando do sistema maior que é o capitalismo, mas ela pode ser uma substituta a esse sistema excludente. Ela desenvolve-se dentro do sistema capitalista, mesmo sendo opositora aos preceitos deste.

Em diferentes contextos societários, o termo economia solidária parece indicar que atualmente estão emergindo novas formas de solidariedade, que fazem menção à iniciativa cidadã, ao mesmo tempo que se opõem às formas abstratas de solidariedade, praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter exclusivamente comunitário (FRANÇA FILHO, 2004).

Assim sendo a academia respalda uma ação social que vem ano após ano se consolidando na sociedade brasileira e percebe-se, neste sentido, que o próprio movimento de Economia Solidária busca também construir a própria sistematização de suas ações e reflexões. Ou seja, de forma articulada em redes, seja de forma específica, pelas organizações de assessoria e fomento e pelos empreendimentos econômicos solidários (LUCENA, 2013).

Tanto por meios acadêmicos, quanto populares, comprova-se que o conhecimento acerca da Economia Solidária vem se expandido. Percebemos porém que mesmo sendo alvo de debates e críticas nas últimas décadas, os discursos sobre a mesma não são uníssonos e apresentam-se com uma relativa imprecisão (LUCENA, 2013).

A professora Rosângela Alves, nos aponta em sua tese doutoral, só outro modelo de educação crítico pode contribuir para essa superação do modelo hegemônico e efetivar a economia solidária.

A educação popular torna-se, portanto, o caminho para a efetivação da economia solidária, pois, para o exercício da autogestão, é preciso desconstruir o paradigma da economia capitalista hegemônica da sociedade atual, centrado no individualismo, na exploração e reconstruir a cultura da solidariedade (DE OLIVEIRA, 2008, p. 106).

Mas precisamos compreender que embora se busque ampliar a economia solidária e mostrar seu grande potencial, estamos envolvidos em um ambiente global, onde o capitalismo ainda domina e impõe seu modelo excludente, perante os estados, que não podem se fragilizar, como nos aponta Acco, a seguir:

Do ponto de vista das condições de reprodução e coesão social numa sociedade cuja racionalidade capitalista já exerça algum tipo de hegemonia ou dominação, em que, portanto, o assalariamento da força de trabalho seja a forma de mediação preponderante para a inserção social da maioria do contingente populacional, a retirada do

Estado deixaria um vazio estrutural para a garantia de aspectos básicos do dia-a-dia da vida social (ACCO, 2009, p. 279).

Neste sentido, garantir a soberania dos Estados é importante, para tentar suprir essas mazelas construídas pelo Sistema Capitalismo e garantir direitos da classe trabalhadora, pois não cabe a população num modelo democrático onde há a presença do Estado realizar suas funções, sendo papel do Estado garantir condições dignas ao seu povo.

A partir da atual crise do modelo de trabalho assalariado, e diante das mudanças tanto econômicas quanto sociais e tecnológicas, ocorridas no mundo nas últimas décadas, o sistema capitalista empurrou um grande contingente de desempregados que foi forçado a adentrar no campo da informalidade submetendo-se assim a formas indignas de trabalho. MEDEIROS et al. (2013), nos mostra que a ECOSOL acontece com o propósito de buscar transformar essa realidade e criar uma nova lógica mais preocupada com o ser humano, com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade. Há um extenso debate, que foge ao escopo de nosso trabalho, sobre a questão se estamos vivenciando um enfraquecimento do capitalismo, ou o seu aprofundamento. Mas o fato é que a economia solidária parece se colocar nas condições de precarização econômica, social e ambiental decorrentes do modo de produção capitalista, ainda que seus esteios mais profundos (a solidariedade e a cooperação entre iguais) antecede o próprio capitalismo.

A democratização da economia não é apenas uma ideia simpática, é uma necessidade vital (DOWBOR, 2012). Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza (SINGER, 2002). Uma economia solidária exige, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade (DE FARIA; CARNEIRO, 2015).

Neste sentido, o discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano (FREIRE, 1996). A ECOSOL precisa ser mais que isso, e só será ao se utilizar da autogestão,

que, segundo (SINGER, 2002), promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários, que é o que seus sócios precisam.

A ECOSOL, é definidora de fenômenos sociais específicos, pode ser vislumbrada como o conjunto das atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribui para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos (SILVA, 2017). Neste sentido não nos cabe neste trabalho, realizar o resumo da ampla gama de iniciativas que se abre na linha da economia solidária, das iniciativas da sociedade civil em geral. O importante para nós, é apontar para uma área ampla da economia cujas dimensões econômicas ainda estão por ser compreendidas (DOWBOR, 2012).

Assim sendo, Lucena (2013) nos aponta quais são as duas categorias de atores sociais envolvidos na estruturação, no fortalecimento e na disseminação da economia solidária pelo país: 1) empreendimento econômico solidário (EES); 2) entidade de apoio, assessoria e fomento (EAF).

A primeira categoria começa a ser desenhada, no ano de 1995, durante o VII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, evento no qual foram apresentadas diversas experiências relevantes no campo da economia popular, que resultaram numa publicação organizada por Luiz Gaiger, na qual aparece, pela primeira vez, o termo “empreendimentos solidários” (REIS, 2019).

Esse modelo organizacional dos EES, é muito variado, surgindo como associações, cooperativas, sociedades mercantis simples, ou até mesmo através de grupos informais. Para isso desde que mantenham, para fins de sua caracterização enquanto empreendimento de economia solidária de fato, a autogestão nas decisões administrativas e a posse compartilhada dos instrumentos de produção (SILVA, 2017).

Por essa variedade, um dos desafios da ECOSOL, no que tange às políticas públicas direcionadas ao segmento, refere-se ao monitoramento dos resultados alcançados com os EES. Há uma grande dificuldade em auferir os resultados da implementação (REIS, 2019).

É de vital importância que as organizações da economia solidária, em especial aquelas redes internacionais que possuem bancos de dados já organizados e consolidados com essas informações, consigam e possam construir instrumentos de mensuração, sejam os cadastros dos seus empreendimentos e produtos, onde se consiga indicar também os insumos e outros itens, dos EES.

Hoje destacam-se vários empreendimentos solidários que estão resgatando valores sociais que no sistema capitalista estavam sendo esquecidos, entre eles, estão: ajuda mútua, responsabilidade social, democracia (FARIA; CARNEIRO, 2015), Como esses valores não são do capitalismo, começam a ressurgir e o confrontar através da economia solidária, tendo nessa perspectiva, o EES banco comunitário de desenvolvimento que é instituído sob o propósito de estimular uma cultura e um conjunto de relações que busquem superar a lógica mercantil concorrencial, (PAULINO, 2014).

O BCD irá fortalecer as esferas organizativas locais construindo uma aproximação dos laços solidários que apoiam se no respeito de um espaço popular vivido. Os BCDs significam imediatamente a ampliação do campo de atuação para as iniciativas econômicas, sociais e culturais das comunidades, e enquanto instrumentos de finanças solidárias (SILVA et al., 2015).

Buscando um apoio maior ao desenvolvimento econômico de seus territórios, os BCDs, tem no microcrédito uma metodologia de financiamento que dispensa garantias reais, e que, justamente por essa característica, permite o acesso mais amplo ao crédito por pessoas – físicas ou jurídicas – que não o teriam no sistema tradicional de crédito formal (RIBEIRO, 2009).

Um dos fatores da popularização do microcrédito pelas instituições financeiras é a visibilidade de experiências de grande impacto, como o Grameen Bank em Bangladesch, que acabam atraindo o interesse dos bancos privados. A “bancarização dos mais pobres” representa a descoberta de um novo nicho de mercado e sacramenta um novo fenômeno na dinâmica do capitalismo contemporâneo que é a “indústria da microfinança” (REIS, 2019, p. 66).

Mas os bancos comunitários de desenvolvimento não devem ser entendidos apenas como fornecedores de serviços financeiros aos excluídos do sistema, mas sim como geradores de desenvolvimento econômico (SILVA et al., 2015).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento buscam diversificar suas ações e parcerias para promover a melhoria de seu território e maior capilaridade econômica através de dispositivos que os insiram no sistema financeiro. O Banco Palmas se tornou o primeiro banco comunitário a operar também como correspondente bancário (VIANA; VALADARES, 2015). Essa ação trouxe novamente para o centro do debate, a discussão sobre o potencial dessas ferramentas no que tange à minimização da condição de pobreza e exclusão destes territórios (VIANA; VALADARES, 2015).

Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (HESPANHA et al., 2009).

A busca por parcerias permite a construção do fundo de crédito solidário. No início do Banco Palmas, para que ele pudesse construir o aumento de seu lastro e fundo de crédito, essas parcerias permitiram acessar recursos a fundo perdido que garantiu uma ampliação dos microcréditos e melhorias nas estruturas físicas do banco para ampliação dos serviços no Conjunto Palmeira.

O desenvolvimento local e comunitário parte do apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários localizados no território, combinando-se com a iniciativa do banco comunitário e da moeda social (SILVA et al., 2015). No intuito de estimular a produção e o consumo local, o BCD cria e mantém no território instrumentos de incentivo ao consumo, tais como cartão de crédito e a moeda social circulante local (RIGO, 2014).

No segundo momento de introdução da moeda social, o ASMOCONP firmou uma parceria com o Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integrado (InStroDi4), em novembro de 2002. Recebendo R\$ 50.000,00, a fundo perdido, da Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento (a holandesa, ICCO), com a finalidade de construir um prédio para abrigar a Palma Tech... (GARCIA, 2010, p. 24).

O Banco Palmas, inovou e buscou várias formas para ampliar o uso da sua moeda social, que é instituída para incentivar e promover o consumo na localidade e congrega diferentes atividades econômicas e sociais (SILVA et al., 2015). O uso da

moeda social no território envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, da história e da identidade do lugar (RIGO, 2014).

Neste sentido, criar uma moeda social garante superar, em parte, esse problema com a criação de um circuito econômico comunitário integrado por pessoas que demandam bens e serviços e pessoas que ofertam bens e serviços, numa mesma comunidade (FREIRE, 2011), neste sentido ela tem o papel relevante na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais (RIGO, 2014).

3.2 AS MOEDAS SOCIAIS

A Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia (SOARES, 2011). Embora seja uma moeda gerada em contextos territoriais limitados, ela está, de algum modo, interagindo com a moeda oficial do país e com o sistema regulatório vigente, que tem o Banco Central como seu agente regulador e fiscalizador superior.

O Bacen, contudo, nunca alegou que a moeda social criada no Conjunto Palmeira teria afetado a circulação do Real. De todo modo, para evitar infringir a lei do Estado brasileiro, o Banco Palmas passou a adotar as seguintes regras na emissão e circulação da moeda social: (i) a moeda social deve ser totalmente lastreada em real, de modo que deve existir uma reserva de dinheiro na moeda oficial, que deve ser mantida em uma conta bancária (evitando assim problemas relacionados com o aumento da oferta de moeda) (FERREIRA, 2014, p. 95).

A moeda social não é um recurso público nem privado, mas uma espécie de um recurso híbrido, de uso comum, baseado no trabalho humano aplicado em determinadas atividades econômicas dentro de uma área geográfica pré-estabelecida (FREIRE, 2011).

A moeda social circulante local – é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores como meio eficaz para a dinamização da economia local (HESPANHA et al., 2009). Usar a moeda social circulante local é muito simples: os moradores locais podem trocar o real por moeda social em um banco comunitário e usá-la nos negócios realizados no comércio local (FREIRE, 2011).

A moeda social conscientiza, cria identidade, educa financeiramente os moradores para as compras locais e para se perceberem como promotores do desenvolvimento da comunidade (SILVA et al., 2015), ela permite a construção de uma nova visão e forma de gestão financeira antes desconsiderada pela educação convencional que faz o cidadão acreditar que não pode gerar e gerir suas próprias finanças.

Mas a tecnologia da moeda social tem de ser adaptada, porque o verdadeiro calcanhar de Aquiles do sistema capitalista é a concentração do dinheiro (PRIMAVERA, 2004). Nesse contexto, as moedas sociais circulantes locais, também se diferenciam das moedas oficiais porque são instituições que surgem comprometidas simultaneamente com a liberdade individual numa economia globalizada e também com os valores e princípios de uma economia solidária (FREIRE, 2011).

Neste sentido, criar uma moeda social garante superar, em parte, esse problema com a criação de um circuito econômico comunitário integrado por pessoas que demandam bens e serviços e pessoas que ofertam bens e serviços, numa mesma comunidade (FREIRE, 2011). Assim (SOARES, 2006) nos mostra que um aspecto que surge como essencial no fenômeno da moeda social é o fato de ser uma moeda cuja emissão é gerida muito autonomamente pelo grupo diretamente envolvido.

As moedas sociais são instrumentos fundamentais na metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento, embora não sejam exclusividade ou invenção dos próprios, a exemplo do Rubi, moeda social circulante local utilizada pela Fundação Ruben Berta, Porto Alegre, e de outras metodologias propostas pelas organizações não governamentais apoiadas pela Organização do Comércio Social (STRO), como nos mostra (FREIRE, 2011).

A moeda social é uma estratégia suficientemente poderosa, que pode ser utilizada por outras iniciativas da Economia Solidária e desta combinação poderão aparecer respostas muito criativas e eficientes para enfrentar a exclusão social (REDLASES, 2006).

Uns acreditam que as moedas sociais sejam um vetor radical de transformação da sociedade, rompendo com o mercado e a acumulação capitalistas, e abrindo uma nova era para a humanidade. Outros veem nela, de maneira mais modesta e realista, um instrumento para dinamização das localidades ou de restituição de certo poder econômico às populações pobres ou excluídas do mercado de trabalho e de consumo, dando um pouco de margem de manobra à vida quotidiana (FREIRE, 2011, p. 104).

Elas podem contribuir ainda mais para o sistema financeiro nacional, desde que o governo entenda seu papel e importância no crescimento econômico local, como aconteceu e acontece em outros países, por exemplo, as moedas complementares das províncias na Argentina foram amplamente aceitas nos anos 2000, inclusive pelo Estado Federal (RIGO, 2014).

Neste sentido, embora se utilizem cotidianamente de uma boa dose de liberdade e imaginação institucional, os BCDs procuram evitar atuar contrariamente à legalidade estatal, de modo a evitar confrontos que muito provavelmente levariam à sua extinção (FERREIRA, 2014).

Já nos ambientes das feiras de produtores locais, podemos realizar vários testes para aprimorar as ações de economia solidária no território, nas feiras comunitárias foram feitos testes de utilização de uma moeda social. De acordo com Silva et al., elas podem ser criadas especificamente para que a comunidade possa compreender a sua utilização (SILVA et al., 2015).

Por último para conseguir uma implementação e efetivação da ECOSOL, a realização de capacitação em economia solidária, dos EES é um fator primordial, ela acontece através de encontros de formação, oficinas direcionadas às demandas e às dificuldades enfrentadas pelos grupos, atividades de sensibilização e reuniões que contribuam para seu fortalecimento (VIANA; VALADARES, 2015).

Essas formações e qualificações passam pelas organizações da sociedade civil e universidades que garantem subsídio, financeiro ou formativo, as entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF), são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários. COSTA ainda nos aponta que tais entidades de assessoria são responsáveis por: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito,

assistência técnica e organizativa, e podem se ONG's, OCIP'S, Fundações, etc (COSTA, 2017).

Mas como nos dizia (FREIRE, 1996), a solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. Assim não basta ter formação, mas que seja uma formação, que busque a libertação das amarras impostas por esse modelo opressor.

Desconstruindo tal pensamento individualista criado pelo capitalismo, a ECOSOL se utiliza da ideia de autogestão abordando o contexto de que, ao sentir-se preparado para o enfrentamento às demandas, o empreendimento de Economia Solidária desenvolve características que o tornam capaz de manter-se e sobreviver do fruto de seu trabalho (VIANA; VALADARES, 2015). Pois nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção (FREIRE, 1996).

Como referências neste contexto de formação para o movimento de economia solidária, surgem as incubadoras populares como estratégia de inclusão de trabalhadores e trabalhadoras excluídas do sistema de trabalho formal, a partir de processos de formação teórica, técnica e política (COSTA, 2017). A formação disponibilizada pelas Incubadoras de Economia Solidária, permite que o processo de incubação, como metodologia da Educação Popular, tenha como uma das suas características ser desenvolvido por etapas complementares, assegurando seu caráter processual (COSTA, 2017).

Todas essas orientações e engrenagens que se movem simultaneamente constroem o nosso embasamento para se debruçar sobre a importância de dissertar acerca da ampliação e apoio à Economia Solidária, as finanças solidárias, bancos comunitários de desenvolvimento e sua nova moeda social digital, a plataforma E-dinheiro, foco deste estudo.

4 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BREVE RECOMPOSIÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E PARAIBANA

O Professor Paul Israel Singer nos apontava que outra economia é possível, mas que, para tanto, precisamos da participação popular de forma autogestionária, onde a classe trabalhadora constrói seu novo modelo econômico buscando a prosperidade comum com base no ser humano.

Para entendemos o seu conceito de economia solidária brasileira, partimos dos seus estudos e escritos da temática que servem de referência para outros autores, quando ele nos aponta que:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Partindo deste conceito, entendemos a importância de uma nova mentalidade econômica e social, pautada na relação entre as pessoas, de forma respeitosa, solidária e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, gerida por Paul Singer em 2002, durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), a ECOSOL ganha outro patamar no país, tanto no campo de visibilidade quanto no campo de investimentos.

Se inicia dentro do Estado brasileiro um debate importante para efetivação da ECOSOL como política pública nos estados e municípios, impulsionadas pelo governo federal, provocando uma grande expansão de suas ações por todo o Brasil.

Os dados do censo da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2007, apontavam que o número de organizações da ECOSOL no Brasil chegava a 21.859 EES naquele ano. Em 1970, eram 139. Embora tenha ocorrido esse expressivo crescimento, grandes desafios se fazem ainda presentes (RIBEIRO; DE MÜYLLER, 2014).

No organograma a seguir podemos compreender um pouco, como se deu esta escalada da ECOSOL, por todo país e como este modelo aumentou sua complexidade, durante a última década no Brasil.

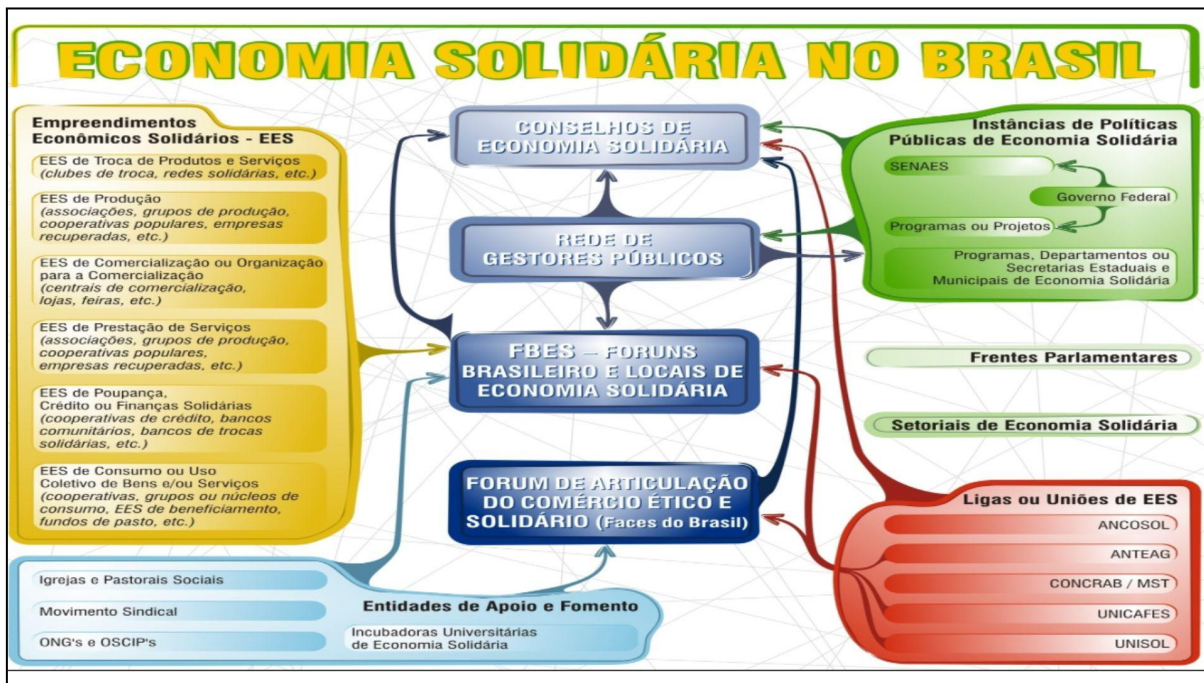


Figura 01: Organograma da ECOSOL no Brasil
Fonte: Arquivo do Instituto Voz Popular

Conforme vimos no organograma anterior, várias ações surgiram nos últimos anos no campo da ECOSOL, em todo o Brasil, desde Uniões, Federações, além de conselhos e os próprios fóruns de ECOSOL, somado às entidades de apoio. Mesmo assim essas experiências precisam acompanhar o crescimento das estruturas em todos os seus aspectos, passando pelo econômico, social e principalmente no aspecto político.

Entre os avanços nas ações de economia solidária no Plano Brasil sem Miséria, pode-se destacar a ampliação da escala e da abrangência geográfica das ações em todo o território nacional, com aumento da capacidade da política pública em atuar com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza que já vivenciam processos de organização e com aquelas que ainda não estão organizadas (BRASIL SEM MISÉRIA, [s.d.]).

Essa pujança da Economia Solidária pode ser vista de forma concreta, todos os anos na Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop) e Feira Latino Americana de Economia Solidária. Feira de Santa Maria no Rio Grande Sul, que já realizou sua 29ª edição no ano de 2023 e que é um termômetro do movimento, tendo

um papel fundamental na organização, mobilização e construção deste modelo de ECOSOL brasileiro que temos hoje.

As Feiras de Economia Solidária de Santa Maria – RS tiveram origem na década de 1970, com Dom Ivo Lorscheiter, bispo da região na época, tendo como base o “Banco da Providência” de cunho sócio-pastoral, criado por Dom Helder Câmara, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, e também inspirado no livro “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade” de Albert Tévoédjrè, visando contribuir no enfrentamento da pobreza do povo (MEDEIROS et al., 2013, p. 04).

Santa Maria reúne todos os movimentos que discutem ou atuam direta ou indiretamente com a economia solidária por todo Brasil e demais países da América do Sul. A FEICOOP foi utilizada para realização do primeiro grande teste em grande escala da plataforma E-Dinheiro, em 2015, quando o Banco Palmas apresentou a ferramenta para o movimento de ECOSOL nacional e internacional.

A 29ª edição da Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária (Feicoop), realizada no Centro de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, no Parque da Medianeira, em Santa Maria, reuniu cerca de 150 mil pessoas entre a sexta-feira (7) e o domingo (9) (SITE JORNAL DIGITAL GZH, 2023).

A ECOSOL no Brasil ganha força com a criação da SENAES, a partir do ano de 2003, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Governo Federal começa de fato a atuar com investimentos institucionais aos empreendimentos econômicos solidários de todo país, garantindo também recursos para apoio e fomento às Incubadoras de Economia Solidária das Universidades Públicas, entidades de apoio e aos Governos Municipais e Estaduais.

Neste avanço institucional da ECOSOL, as conferências de economia solidária desempenharam um papel fundamental para o movimento e para o governo, estabelecendo uma relação de colaboração e fortalecimento mútuo. O início desse processo de interação ocorreu com a construção, junto ao Governo Federal, de instâncias de participação, sendo as conferências nos âmbitos municipais, estaduais e a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) elementos-chave nesse cenário.

As primeiras conferências, que culminaram na realização da 1ª CONAES, foram cruciais para evidenciar a presença e as ações concretas do movimento de

ECOSOL em todo o território nacional. Além disso, elas serviram como um apelo ao apoio institucional e à necessidade de maior visibilidade para a construção de políticas públicas específicas. Estas políticas, como propostas inicialmente, visam não apenas reconhecer os sujeitos sociais historicamente organizados, mas também estabelecer novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, como podemos ver na citação a seguir:

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes sujeitos sociais (historicamente organizados, porém excluídos); de novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social; além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais (1ª CONAES, 2006, p. 13).

A importância da primeira conferência reside na sua contribuição para estruturar a política a nível nacional e expandi-la nos estados e municípios da federação. Elas desempenham um papel vital ao possibilitar a participação efetiva da população, especialmente do movimento organizado de ECOSOL.

A segunda conferência realizada, indicou que a ampliação da política de economia solidária seria um passo crucial. Isso incluiria avançar na institucionalização e na ampliação das políticas públicas de Economia Solidária, tornando-a uma parte permanente da estrutura do Estado Brasileiro. Essa ampliação traria benefícios substanciais, como o reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, maior acesso ao conhecimento, crédito e mecanismos de comercialização justa e solidária, seria o primeiro passo para:

Avançar na institucionalização e na ampliação das políticas públicas de Economia Solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado Brasileiro. Isto viabilizaria as seguintes conquistas: reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como sujeitos de direito; ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais; ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário); ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária, incluindo a implantação do Sistema de Comércio Justo e Solidário e

participação dos empreendimentos econômicos solidários nas compras governamentais (2ª CONAES, 2010, p. 08).

As duas primeiras conferências foram instrumentos cruciais para a construção, efetivação e participação popular do movimento de Economia Solidária em um momento crucial para a definição da política de ECOSOL no Brasil. Elas permitiram que, na 3ª conferência, desde as etapas municipais até a conferência nacional, fosse desenvolvido um esboço para a construção do Plano Plurianual (PPA), representando não apenas um relatório final, mas um plano operacional e orientador das políticas públicas envolvidas, contribuindo para o horizonte temporal do PPA, como podemos ver abaixo:

Seu produto final foi pensado para ser, no fim das contas, um plano operacional e orientador das políticas públicas que envolvem essa temática, previstas para o horizonte temporal do PPA, e não ficar somente na forma de um relatório final como de costume na maioria das conferências nacionais de políticas públicas – para ser utilizado (ou não) de maneira aberta e não sistemática pelos atores envolvidos (SILVA, 2017a, p. 146).

Percebemos que as conferências como: “estratégia de participação social em esferas públicas decisórias, instituídas no governo de Getúlio Vargas, por intermédio da Lei no 378, de 13 de janeiro de 1937”. (SILVA, 2017a), possibilitaram, nos governos petistas um aumento no número de investimentos, ao mesmo tempo que abriram espaço para os segmentos do **Artesanato, Agricultura Familiar, Catadores e Finanças Solidárias**, uma ampliação de suas ações ao mesmo tempo que, possibilitou surgimento de outros segmentos e empreendimentos solidários por todo o Brasil.

Os Catadores de Resíduos Sólidos, dos quatro segmentos são ainda hoje os que têm maior dificuldade em se inserir no sistema atual, devido a alta descaminação por sua função na sociedade, concentrados em sua grande maioria nas zonas urbanas, já os agricultores familiares concentrados em sua maioria nas zonas rurais alimentam as cidades, mas continuam com as grandes dificuldades de logística e venda de sua produção. Os artesãos, por sua vez, sofrem com a falta de pontos fixos e feiras para escoar sua produção ao mesmo tempo que compõem juntos com os demais segmentos uma base extremamente forte da ECOSOL no país.

Verifica-se o crescimento no número dos empreendimentos econômicos solidários. No campo, as formas de extrativismo

sustentável e de produção agroecológica resgatam e valorizam a cultura dos povos e comunidades tradicionais, da pesca artesanal, da agricultura familiar, camponesa e de assentados da reforma agrária. Nas cidades, entre outras iniciativas, as associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis, apesar das dificuldades, contribuem para evitar o desperdício, manter as cidades limpas e saudáveis e reduzir outros danos ambientais. Da mesma forma, a agricultura urbana e periurbana contribuem para a segurança alimentar e nutricional (2ª CONAES, 2010, p. 15).

Os empreendimentos solidários neste sentido refletem a importância de um novo modelo econômico pautado no ser humano e não no dinheiro, diferentemente do modelo capitalista atual, que evoluiu através da exploração da mão de obra em favorecimento nítido dos grandes donos do sistema.

Para os empreendimentos econômicos solidários conceitos tipos de economia capitalista como salário lucro tornam-se inapropriados e perdem seu significado pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam aqueles empreendimentos os trabalhadores associados produzem mercadorias mas a sua força de trabalho não se constitui em uma mercadoria (KRAYCHETE; CARVALHO; UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2012, p. 04).

Nesse contexto, entendemos que para que essa realidade mude um novo sistema precisa existir, este sistema terá como desafio o duelo desigual com o sistema capitalista atual e principalmente com seu sistema financeiro moderno, por isso veremos a importância das finanças solidárias neste contraponto.

4.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Dentro do grande campo de atuação da economia solidária, o segmento das finanças solidárias tem um papel significativo e vem a cada dia ocupando um espaço maior, seja, pelas ações que estão sendo executadas, seja pelo aumento na participação de novas organizações e pessoas, que passam a discutir a temática.

O objetivo da finança solidária, dito de modo simplificado, é permitir às pessoas excluídas do sistema bancário, criarem seu próprio emprego. Portanto, o desafio desse campo de experiências gira em torno da necessidade de democratização do acesso ao crédito, que vem fazer face ao problema da seletividade nesse acesso e sua consequente limitação de oferta, ligada à busca de rentabilidade das instituições financeiras (FRANÇA FILHO, 2004, p. 04).

Basicamente no Brasil as finanças solidárias, se consolidaram através de três formas de empreendimentos: os Fundos Solidários, as Cooperativas de Crédito Solidário e os Bancos Comunitários (PUPO, 2021).

No ano de 2007, um importante passo é dado pelo movimento das finanças solidárias para que se garanta de fato uma atuação consolidada em todo território nacional, é neste ano que começa a tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 93/2007, de autoria da então Deputada Federal Luiza Erundina, que buscava:

Art. 1º Esta lei complementar estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, em consonância com o art. 192 da Constituição da República.

Art. 2º O Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias é constituído por: I - Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – CONAFIS. II - Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário – BPDS (ERUNDINA, 2007, p. 01).

A criação de uma lei que regulamenta as Finanças Solidárias no Brasil é fundamental para garantir respaldo legal, em todos os sentidos, para este segmento amplie suas ações e busque uma maior inserção junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

As finanças solidárias trazem conceitos ainda desconhecidos para a maioria dos leitores, compreender o termo, banco comunitário, moeda social, ou mesmo os novos fintech, mobile payments e blockchain. Para alguns pode ser surpreendente saber que existem mais de cem moedas brasileiras em circulação no país. (CERNEV; DINIZ, 2020)

Em 2023 o projeto chegou à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) do congresso nacional, sendo designada como relatora a Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS), o projeto está parado, pois a relatora pouco tempo depois deixou a comissão.

Já no ano de 2010, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) cria o Programa Nacional de Finanças Solidárias, primeira chamada pública, para a realização de mapeamento e articulação em rede dos Fundos Rotativos Solidários (FRS), multiplicação e consolidação dos BCDs e das Cooperativas de Crédito Solidário.

Entender a importância das finanças solidárias como um segmento que consiga atuar diretamente com os recursos financeiros e possa com isso, garantir a sustentabilidade e financiamento do movimento de ECOSOL no Brasil é fundamental para garantir a sobrevivência e avanço do mesmo.

Neste estudo, utilizamos dados do ano de 2015, que podem ser questionados por serem mais antigos, mas que são utilizados pois, são uma das últimas pesquisas financiadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), realizada pelo Núcleo de Economia Solidária (NESOL) da Universidade de São Paulo (USP) em 2015. Esses dados são usados para demonstrar a importância dos investimentos públicos para a sustentação e monitoramento de políticas públicas. Após o golpe parlamentar de 2016, a base de dados da economia solidária foi gravemente comprometida devido à extinção do Cadastro Nacional da Economia Solidária (CADSOL) e à suspensão de recursos para pesquisas nacionais, como a do NESOL da USP, que foi uma das últimas realizadas em nível nacional. Essa situação dificulta a realização de pesquisas futuras, pois não há uma base de dados recente e abrangente sobre as finanças solidárias.

Por isso precisamos compreender suas origens e pluralidades de construções, para que possamos potencializar suas ações nas áreas ainda descobertas por este segmento no país.

Podemos, a partir dessas diversas aproximações, apontar que as Finanças Solidárias são o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está a serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações, seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere, de modo a democratizar o acesso a esses recursos, tornando-os instrumento das necessidades coletivas. Ele ainda propõe a rearticulação das ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, produção e organização comunitária, não possuindo finalidade especulativa nem separação entre donos e usuários de capital. É importante nos aprofundarmos em dois aspectos que envolvem as expressões das Finanças Solidárias e que são facilmente percebidos em qualquer uma delas: o seu caráter pedagógico e a sua relação umbilical com o território (USP, 2015, p. 25).

Entendendo essas particularidades das finanças solidárias, compreendemos a importância de se discutir uma ferramenta adequada para cada território que se busca implementar uma experiência deste tipo.

Pois não necessariamente um banco comunitário será a iniciativa mais acertada para todos os territórios, podendo cada organização local optar pela melhor forma de finança solidária a ser implementada em seu território.

[...] as iniciativas de Finanças Solidárias vão se criando e se fortalecendo [...] [...] em quatro expressões: os clubes de trocas, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Fundos Solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Embora tenham tido desenvolvimentos diferentes, e cada um deles possua especificidades de atuação, há características comuns que nos permitem dizer que são experiências de Finanças Solidárias, partilhando dos princípios da Economia Solidária (USP, 2015, p.26).

Essas experiências se constroem de forma endógena em cada território e isso explica como cada Município, Estado e Região tem uma diferenciação no número de cada segmento das finanças como podemos ver no mapa abaixo:

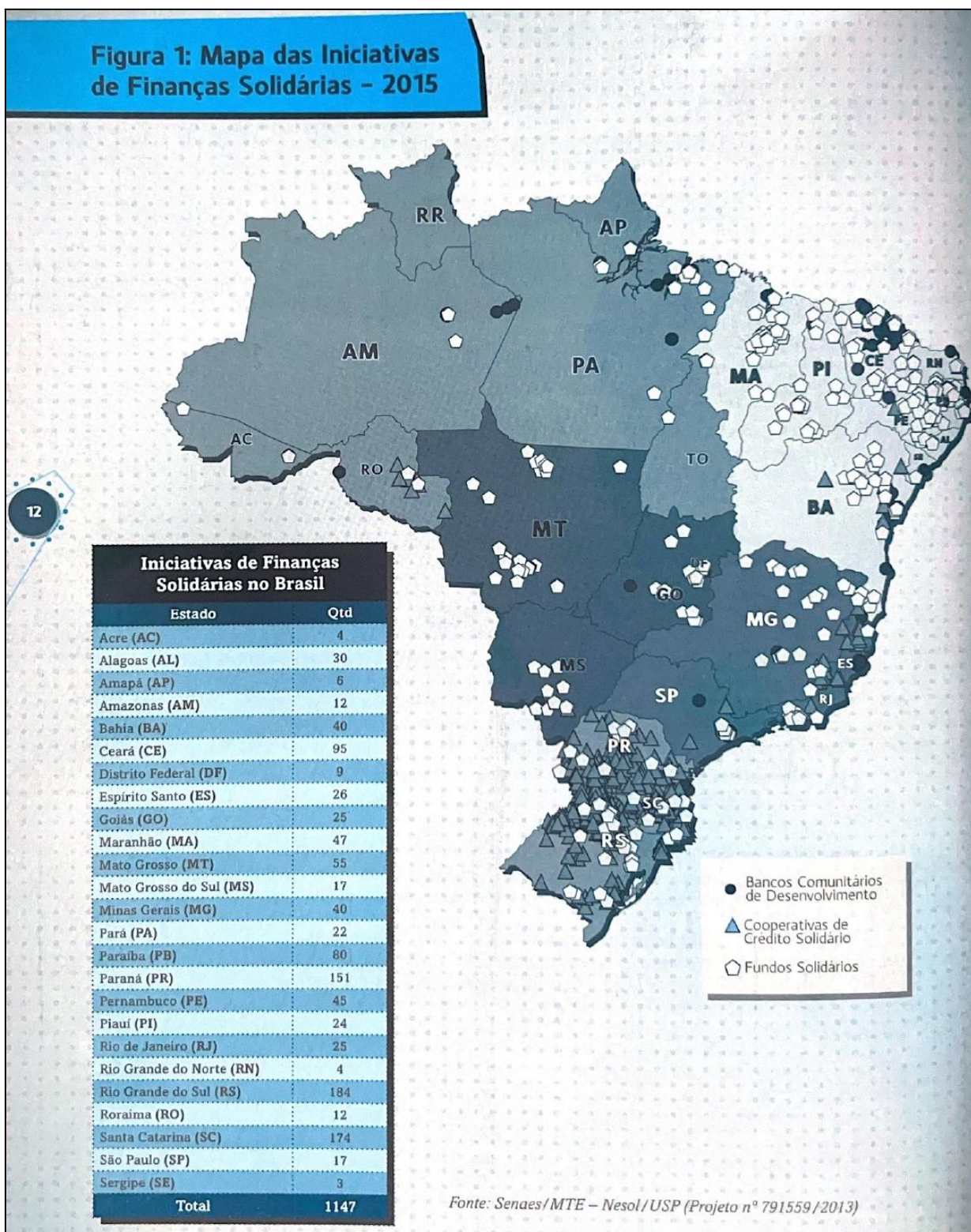


Figura 02: Mapa das finanças solidárias no Brasil em 2015

Fonte: NESOL USP

A seguir apresentamos uma breve introdução sobre cada um dos segmentos das finanças solidárias (**Clubes de Troca, Fundos Rotativos Solidárias, Cooperativas de Crédito Solidária e Bancos Comunitários de Desenvolvimento**) que existem atualmente no Brasil.

Podemos a partir daí, entender o motivo de uso de cada uma em seu território e como pensar uma forma de união dos mesmos, em prol desta mudança financeira proposta pelas finanças solidárias e pelo movimento de ECOSOL, pode construir um Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

4.1.1 CLUBES DE TROCA

Começamos pelos CLUBES DE TROCAS, este segmento são os menos comuns de se encontrar em nosso país, mas podem ser definidos como: instrumentos que reúnem pessoas de diversos segmentos e locais, para troca de produtos, serviços ou saberes. O chamado escambo é a troca realizada sem a utilização do dinheiro ou moeda, e é praticada até hoje. Quem vive ou já viveu em área rural certamente experimentou esta forma de economia: quem produz feijão, troca com quem produz milho; (CARNEIRO; CARLOS BEZ, 2011), neste contexto eles ainda mantêm em sua essência a não utilização do dinheiro, mais sim uma moeda simbólica baseada na confiança, camaradagem, respeito e honra.

Os clubes de troca permitem que bens materiais e imateriais circulem, não fiquem guardados, “juntando poeira”. A troca possibilita a PARTILHA, que é o enfrentamento ao egoísmo, ao individualismo, ao medo. (CARNEIRO; CARLOS BEZ, 2011)

Os bens materiais que são partilhados nos clubes de troca são aqueles os quais podemos pegar, como alimentos, roupas, artesanato... os bens imateriais são aqueles os quais não podemos pegar: a amizade, a sabedoria, o abraço, o olhar, a experiência... Se não disponibilizamos bens materiais e imateriais, eles ficam retidos, escondidos e nos tornamos pessoas amargas, tristes, pessimistas, doentes... isso porque o medo age como freio ao amor (CARNEIRO; CARLOS BEZ, 2011, p. 14).

Os Clubes de Trocas Solidários onde o sistema é relativamente simples: cada membro de uma comunidade econômica é ao mesmo tempo consumidor e produtor..., ... Para obter crédito, estes agentes econômicos ofereciam produtos ou serviços nos clubes de trocas. (PUPO, 2021), esse modelo vem crescendo no Brasil devido ao momento de crise acentuado pela pandemia de COVID-19 e do desgoverno do então presidente Jair Bolsonaro que devolveu o Brasil ao Mapa da Fome mundial.

Os clubes de troca, em várias situações podem ser a porta de entrada das pessoas ao segmento das finanças solidárias, pois, de forma muito simples podem ser constituídos e usados para exemplificar a forma diferente de se fazer economia dentro da lógica solidária.

4.1.2 FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Já os fundos rotativos solidários são compostos basicamente de dois tipos, aqueles que precisam de dinheiro para manter suas ações constantes, e os que precisam de recurso apenas na sua criação como vemos na citação abaixo:

Há dois tipos de fundos: os fundos de fomento e os Fundos Rotativos Solidários. Os fundos de fomento repassam recursos para fomentar projetos e iniciativas de Finanças Solidárias e não são reembolsáveis. Já nos Fundos Rotativos Solidários o recurso é captado entre os próprios participantes do fundo em uma espécie de poupança coletiva. A partir de então passa a ser investido junto aos próprios participantes, sendo devolvido ao fundo depois de algum tempo para que possa ser novamente emprestado (USP, 2016, p. 28).

Entendendo este processo de constituição, conseguimos compreender o motivo de praticamente todos os FRS existentes no território brasileiro não serem formalizados juridicamente, pois:

Os fundos solidários não estão cadastrados como pessoas jurídicas próprias (não têm CNPJ) e podem ser organizados e geridos por entidades de apoio da sociedade civil, ou por associações dos próprios beneficiários de fundos solidários (KONZEN; EGER; RIBEIRO, 2012, p. 06).

Um ponto a ser ressaltado é que praticamente todos os FRS, existentes no Brasil, encontram-se na Região Nordeste e a grande maioria destes, está situado no Estado da Paraíba, que é referência neste segmento das finanças solidárias, tendo o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC) como uma das suas organizações de apoio, que ajudou na criação de centenas de FRS, espalhando a metodologia junto aos agricultores familiares do estado da paraíba e estados vizinhos, contribuindo para a ampliação da experiência pelo nordeste brasileiro.

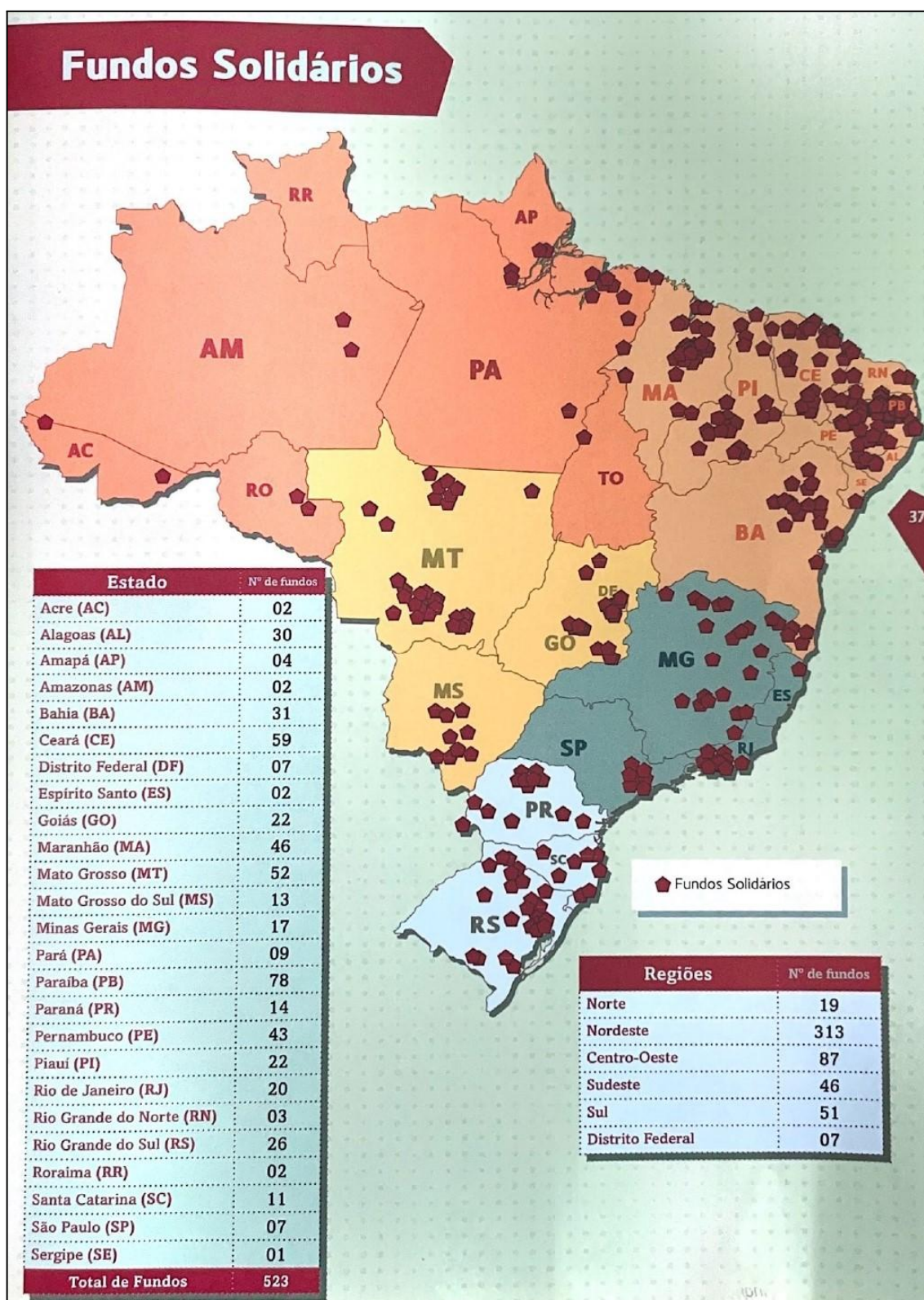


Figura 03: Mapa dos fundos rotativos solidários no Brasil 2015

Fonte: NESOL-USP

Essa forte presença dos FRS na Paraíba, como podemos ver na figura acima, do estudo realizado pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, no ano de 2015, são reflexo das várias ações tanto dos próprios membros do

FRS, quanto de organizações de apoio e da articulação dos trabalhadores rurais que construíram centenas de experiências para suprir suas necessidades locais.

4.1.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO

As Cooperativas de Crédito, que são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes; para que sejam solidárias, é preciso que os trabalhadores que as operam profissionalmente sejam sócios delas (DE FARIA; CARNEIRO, 2015). Por possuírem legislação que as resguardam dentro do sistema financeiro nacional, acabam por ser hoje, as maiores organizações movimentadoras de recursos dentro do campo das finanças solidárias no Brasil.

O cooperativismo de crédito se firmou no século 21 como possibilidade real de modelo justo, democrático e cooperativo de poupança, acesso ao crédito, movimentação de recursos financeiros e geração de resultados compartilháveis. Integrado por mais de 217 milhões de pessoas em 105 países, o sistema cooperativo de crédito alcança papel de destaque em economias como as da Alemanha, Itália e Estados Unidos. No Brasil, a adesão ainda é modesta em relação ao potencial de crescimento— somos 7,5 milhões de cooperados (SITE DO SISTEMA OCEB, 2015).

Dos quatro segmentos apresentados neste trabalho, ela é a única experiência respaldada legalmente até agora no Brasil, devido à lei de cooperativismo que abarca também esse modelo, permitindo uma possibilidade real de captação e execução de recursos financeiros, tanto dos meios públicos quanto dos meios privados.

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público ("LEI 5.764", 1971, p. 01).

As cooperativas de crédito dividem-se em dois segmentos distintos, as de "crédito convencional" e as de "crédito solidário", embora ambas sejam regidas pela mesma lei, esta última tendo como base os princípios da economia solidária. No Art. 78. A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas rege-se-á pelas normas próprias legais e regulamentares. ("LEI 5.764", 1971).

Desta forma compreendemos que é cada dia mais importante a ampliação das cooperativas de crédito solidário, pois, através delas, o sistema financeiro solidário brasileiro poderá ter um salto exponencial, principalmente na zona rural e periférica das grandes cidades.

No próximo tópico veremos os bancos comunitários de desenvolvimento e suas importantes colaborações para a economia solidária e finanças solidárias, atualmente.

4.1.4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Nosso objeto de estudo nasce diretamente nessas experiências de finanças solidárias abordadas neste tópico e detalhados no próximo capítulo. O Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) apresenta a seguinte definição do que os Bancos Comunitários objetivam:

O objetivo dessa estratégia é dinamizar as economias locais e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros, como crédito, além de serviços bancários, como pagamento de contas. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso da população pobre a esses serviços também afirma as relações de proximidade, seja entre os próprios moradores, seja entre esses e o Banco Comunitário, possibilitando a construção de outros modos de participação e ação (USP, 2015, p. 38).

Os BCD's tiveram um crescimento acentuado no Brasil, a partir do ano de 2009, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, passa a abrir editais específicos para o segmento das finanças solidárias, criando um investimento de recursos públicos oriundos do governo, que estimulam também os governos estaduais e municipais, para ampliação dessas experiências Brasil afora, como podemos ver abaixo na imagem abaixo:



Figura 04: Mapa dos BCDs pelo Brasil até 2022

Fonte: Arquivo do Instituto Voz Popular

Uma diferença fundamental dos bancos comunitários de desenvolvimento para as demais experiências de finanças solidárias ou de microcrédito é o seu modelo de gestão. Esse modelo de base autogestionária é construído de forma participativa, descentralizada e baseado na construção coletiva de um modelo de economia de proximidade e confiança, traços marcantes nas cidades do interior e periferias do Brasil. Os BCDs constroem um modelo inovador neste sentido.

Nestes destacam-se: os agentes ou analistas de crédito, o gestor ou gerente financeiro e os caixas ou auxiliares administrativos. Ainda nesse âmbito interno ressalta-se seu papel dos comitês de avaliação de crédito (CAC's), enquanto instância que reúne todos envolvidos diretamente nas atividades dos BCD's, acima citados, além de membros da associação local que abriga o BCD e de outras entidades parceiras locais, em alguns casos (GENAUTO FRANÇA FILHO, 2013, p.20).

Com dito na citação anterior pelo Coordenador da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia, o professor Genauto França Filho, na citação acima, os bancos comunitários de desenvolvimento estão diretamente pautados no controle social, e no desenvolvimento de ações autogestionárias, feito pelos membros do seu próprio território, criando órgãos e funções para que o BCD funcione da melhor forma possível. Eles se utilizaram da burocracia criada pelas instâncias de controle para agilizar os procedimentos de liberação de crédito,

movimentação financeira, além de gerar trabalho e renda para essas pessoas em seu próprio território.

Basicamente todos os bancos comunitários de desenvolvimento têm o organograma abaixo como estrutura inicial, ao passar do tempo, com o aumento de movimentação financeira e de suas linhas de crédito, esse modelo se altera e tende a aumentar, de acordo com a demanda e característica de cada território onde os BCDs estão inseridos.

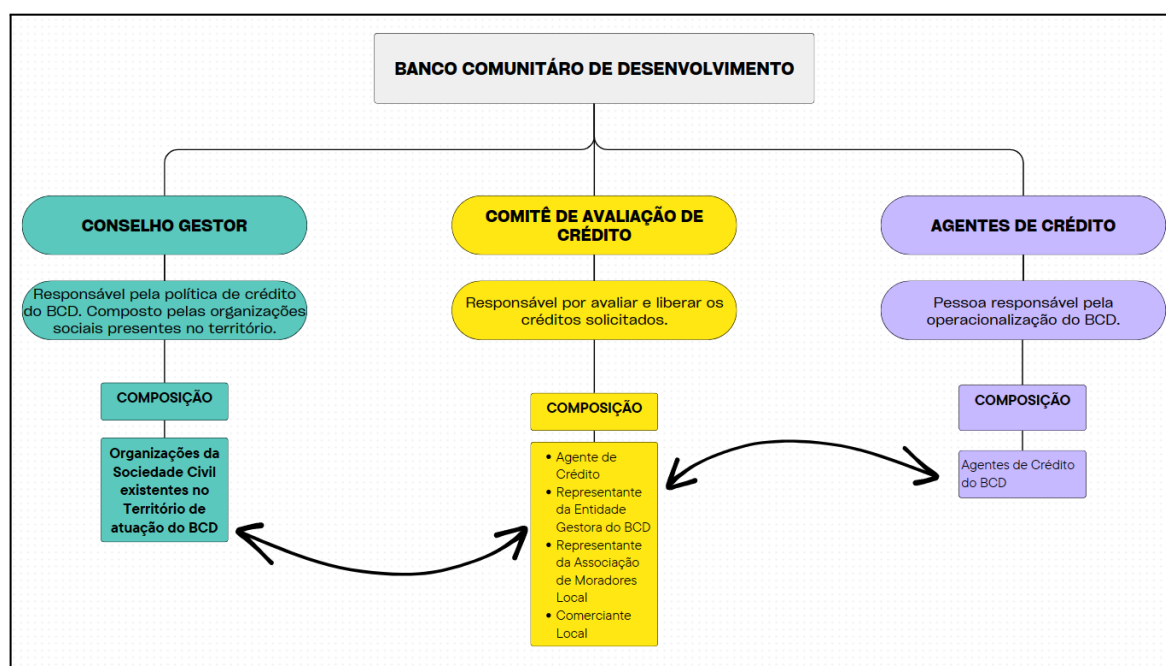


Figura 05: Organograma de um BCD
Fonte: Criação do autor

Avançando ao ponto chave deste estudo que é a Plataforma E-Dinheiro e seu impacto para melhoria das ações dos BCDs, precisamos antes compreender a criação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, buscando a fonte de origem desta tecnologia social através do território onde o primeiro BCD nasceu.

Partindo deste ponto votamos a 1973, quando os moradores de uma antiga vila de pescadores da orla de Fortaleza, estado do Ceará, são brutalmente arrancados de seu local pela Prefeitura Municipal e alocados para o outro lado da cidade onde então se localizava um lixão.

Desse modo, o que se visualizou em Fortaleza nas décadas de 1960 e 1970, orientado por uma condição nacional de modernização e expansão das cidades, foi uma reestruturação do espaço urbano em que se privilegiou, em termos de infraestrutura urbana (acesso a

serviços essenciais de água, energia elétrica, saneamento básico), um grupo social que conseguiu pagar o preço da especulação imobiliária que tornou áreas da cidade impossíveis para pessoas de baixa renda viver. Aqueles que não poderiam pagar pelo uso do caro espaço que se gestava na capital cearense tinha a opção de adquirir o imóvel por meio dos projetos habitacionais criados também no mesmo período. Os conjuntos habitacionais, embora tivessem sido constituídos para cumprir uma função social, que é a habitação, alimentou ainda mais a segregação espacial da capital cearense, que crescia seguindo as vias 9 radiocêntricas, ligando o Centro da cidade para localidades como Parangaba, Messejana e Caucaia. Foi o momento em que a cidade cresceu, tanto fisicamente quanto demograficamente, constituindo, no perímetro urbano mais externo à região central, a periferia da cidade. Foi o caso da criação de conjuntos habitacionais como Prefeito José Walter, Marechal Rondon, Alvorada e Conjunto Palmeiras (RABELO, 2017, p. 30).

O mapa abaixo, retirado de uma das apresentações que o próprio INSTITUTO PALMAS usa para contar sua história de superação, mostra o processo de exclusão enfrentado pelos moradores que foram alocados para o Conjunto Palmeira na década de 70.



Figura 06: Transferência dos pescadores da orla para o conjunto palmeiras
Arquivo Banco Palmas

Como visto no mapa, não foi apenas a distância física, a população removida reassentada nos conjuntos habitacionais (“nucleamentos desfavelados”) Alvorada

(311 lotes), Marechal Rondon (1.474 lotes) e Palmeiras (2.700 lotes) (IACOVINI, 2018), também se deparou com número insuficientes de lotes e infraestrutura, esse cenário de higienização social, produzido pela prefeitura de Fortaleza, fez com que os moradores comecem uma mobilização, que eles chamaram na época de “Habitar o inabitável”, ou seja, construir e reconstruir o local onde foram despejados sem as mínimas condições de moradia e sobrevivência, no novo território.

Este processo conta com a construção de formas coletivas de equipamentos sociais fundamentais para a habitabilidade deles na época, pois foram construídos desde: Casa de parto, passando pela construção de praça, construção de canais, instalação de iluminação pública, esgotamento sanitário entre outros benefícios que mais a frente mudariam a realidade local.

A criação do Banco Palmas ocorreu em janeiro de 1998, com capital de apenas R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) e um modelo de desenvolvimento do território via produção e consumo local, sendo aquela uma iniciativa inédita no país. (CERNEV; DINIZ, 2020), naquele momento conseguidos através de doações, feitas por parceiros da associação de moradores do Conjunto Palmeiras.

Um detalhe que chama atenção neste momento é o fato de como este dinheiro será emprestado aos moradores do Palmeiras. O Banco PALMAS, realiza uma grande festa para inauguração do seu banco, essa empolgação acaba fazendo com que o primeiro banco comunitário de desenvolvimento quebre no ato da inauguração. O lapso inusitado acontece pelo simples fato de que todo o valor arrecadado, os R\$ 2.000,00 foi emprestado na noite da inauguração. Este descuido, passa a servir de aprendizado para os novos BCDs que surgem posteriormente.

A partir deste episódio, o Banco Palmas, começa a montar seus fundos de crédito/empréstimos sempre deixando uma reserva de valores para que tal situação não gere uma paralisação nas demais políticas de crédito e serviços financeiros do banco, como a emissão de moedas sociais por exemplo.



Figura 07: Inauguração do Banco Palmas
Fonte: Instituto Palmas

A partir do surgimento do Banco em Fortaleza citado acima, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entendendo a importância desta nova experiência a inseriu em suas estratégias de apoio às finanças solidárias, vindo a firmar uma parceria com o Instituto PALMAS para o apoio e consolidação dessa

metodologia, que vinha sendo implantada inicialmente no Ceará e que alcançava outros estados do Brasil.

Em 1998, inicia-se a experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento, com a implantação do Banco Palmas no Conjunto Palmeira, Fortaleza/CE. A partir de 2003, a metodologia de finanças solidárias dos BCD passa ser discutida em vários municípios enquanto um instrumento eficaz na geração de renda para os mais pobres. No ano seguinte, em setembro de 2004, surge no município de Paracuru/CE - a 70Km de Fortaleza – um segundo Banco Comunitário de Desenvolvimento, denominado Banco PAR. Já em 2005, são fundados no Espírito Santo - o Banco BEM (Município de Vitória) e o Banco Terra (Município de Vila Velha). Ainda neste ano, são constituídos outros BCD no Estado do Ceará: Banco Serrano (no município Palmácea) e o BASSA (no município de Santana do Acaraú) (NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 05).

Esse apoio, deu-se neste primeiro momento, através de recursos financeiros garantidos pelos editais de finanças solidárias, abertos pela SENAES. Mais à frente, isso garantiria condições de construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

No ano de 2006, um avanço acontece com a chegada de outro parceiro importante para consolidação e fortalecimento das políticas de finanças solidárias da rede brasileira, a parceria com o Banco do Brasil, através da plataforma “Banco Popular do Brasil”, faz com que os BCDs passem a operar como correspondentes bancários do banco estatal, garantindo uma ampliação significativa de suas ações nos territórios, os BCDs passam a prestar serviços bancários que antes não era possível, e que tendo um banco convencional de salvaguarda passa a ser.

Mas esses avanços só são possíveis a partir da implementação de uma ação mais ampla do governo, que acontece com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que oferecia linhas de crédito para os bancos comunitários poderem operar em seus territórios.

O PNMPO foi criado pela Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005, com o objetivo principal de estimular a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, mediante a disponibilização de fontes específicas de financiamento ao microcrédito produtivo orientado. Posteriormente, em virtude da necessidade de ampliar as ações nas áreas de bancarização, microcrédito e cooperativismo de crédito, mediante a ampliação de mecanismos e instrumentos de facilitação do acesso aos produtos e serviços financeiros adaptados à realidade socioeconômica da população de baixa renda, o escopo das ações do Programa foi alterado pela Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018, que permitiu o uso de tecnologias digitais no

processo de orientação dos tomadores de crédito. Mais recentemente, a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, permitiu que todo o processo de orientação fosse realizado de forma não presencial (SITE DO GOVERNO FEDERAL, 2016).

A experiência do Banco Palmas teve uma repercussão tão significativa que já teve sua história relatada em suas várias nuances por diversos trabalhos acadêmicos, podemos citar a Tese de doutoramento de Jeová Torres Silva Júnior, intitulada de UTILIDADE SOCIAL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIROS, orientada pelo professor Genauto França outro grande estudioso da temática e referência para a rede brasileira de BCDs.

O Palmas, ainda virou temas de vários livros, entre eles um publicado pelo NESOL da USP, intitulado Palmas 15 anos, que trás os avanços do BCD nos seus primeiros 15 anos de existência. Ainda podemos citar uma inúmera produção audiovisual, entre elas o Documentário Palmas, fruto de um projeto de pesquisa, que durou nove anos e buscou um formato que fugisse de um enfoque jornalístico, complacente ou exótico, retratando a do banco.

Diante deste levantamento, temos um aspecto que diferencia a metodologia dos BCD's das demais que é seu papel social, econômico e político a partir do controle social exercido pelo território onde o mesmo está inserido, como podemos ver na imagem a seguir, que mostra como é o funcionamento através de organograma do Banco PALMAS, que serve de base para os demais BCDs da rede brasileira até os dias atuais:



Figura 08: Organograma metodológico do PALMAS
Fonte: Arquivo do Instituto Palmas

Assim sendo cada BCD, se constrói a partir de sua realidade e evolui, de acordo com a estrutura comunitária local, basicamente se houver uma base social forte o banco será forte e para isso ter uma entidade gestora consolidada no território faz uma grande diferença na hora de criar um banco comunitário de desenvolvimento, pois uma organização consolidada permitirá uma maior legitimidade do BCD junto ao território, e consequentemente uma inserção mais fácil da metodologia dentro do território.

4.2 Rede Brasileira de Bancos Comunitários

A experiência de BCDs, que começa de forma isolada no conjunto Palmeiras em Fortaleza, logo chama a atenção de outras organizações e territórios, expandindo e gerando novas perspectivas.

Apesar desta tecnologia social estar – aparentemente - bem delimitada, o Instituto Banco Palmas tem procurado torná-la mais sólida e dar-lhe um caráter mais científico. Destarte, foi realizado em Fortaleza/CE, em janeiro de 2006, e em Caucaia/CE, em abril de 2007, os Encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O I Encontro, em 2006, teve como propósito a sistematização da metodologia de bancos comunitários, apresentação dos resultados e

levantamento de expectativas para a continuidade do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários e lançar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Já o II Encontro, em 2007, trouxe à luz a discussão do marco conceitual, do marco jurídico e da proposta de enrijecer a luta pela consolidação dos bancos comunitários como política pública nacional (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 08).

A partir da construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, seu fortalecimento e os diversos encontros regionais e nacionais de BCD's e principalmente do início do uso da Plataforma E-Dinheiro nos bancos comunitário, se viu a necessidade da criação de uma entidade a nível nacional para atuar de forma mais robusta na captação de recursos e articulação política para a rede.

Surge então o BANCO NACIONAL DAS COMUNIDADES, uma espécie de banco central dos BCDs da rede brasileira. Tendo por nome fantasia "Banco da Periferia", inicialmente sediado em Fortaleza, ficou responsável pela elaboração de projetos para toda a rede brasileira de BCDs, além de gerenciar a Plataforma E-Dinheiro inicialmente.

A primeira diretoria foi eleita em 2015 na Cidade de Fortaleza no Ceará, durante o 4º Encontro Nacional de BCD's e tem como membros uma direção colegiada composta por: Joaquim Melo (Banco Palmas/Fortaleza-CE), Leonora MOL (Banco Bem/Vitoria-ES); Marivaldo Vale (Banco Tupinambá/Mosqueiro- Belém-PA); Cleberson da Silva (Banco União Sampaio/São Paulo- SP), Jaqueline Dutra (Banco da Periferia/Fortaleza-CE); Rosymeire Gobira (Banco Chapadense/Chapada Gaúcha-MG); Valdelina Assunção (Banco Conquista/Manaus-AM) Ailton Velez (Banco Ceilândia/Brasília-DF); Abadia Teixeira (Banco Estrutural/Brasília-DF); Mauro Rodrigues (Banco dos Cacaís-São João do Arraial-PI); Zaqueu Cantarino (Banco Paraíso/Jacundá-PA).

Com esta nova organização, espera-se que o movimento e a metodologia dos bancos comunitários ganhem ainda mais espaço no campo das finanças solidárias e no Brasil, já que ainda não existe no país um marco regulatório próprio para os Bancos Comunitários e as finanças solidárias. Nesta ausência, os Bancos Comunitários devem ficar atentos a normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil, que junto ao Sistema Financeiro Nacional definem o funcionamento no país.

Neste contexto, entende-se a importância da criação do Banco Nacional das Comunidades, pois, permite um respaldo legal de uma instituição que de fato e de direito nasce para atuar no território nacional. Uma das questões importantes para entender a importância e institucionalização da rede é que só desta forma se pode garantir critérios mais concretos, de quem pode de fato e de direito atuar, na perspectiva dos BCD's.

A partir da rede brasileira de bancos comunitários, temos o surgimento de redes estaduais de BCDs, entre as quais podemos citar: a Rede Cearense, a Rede Baiana, Rede Paraibana e a Rede Mineira. Percebemos esse fortalecimento da rede e núcleos mais sólidos nos estados permitiu que o número de BCD, até então dispersos pelo Brasil até 2022, passassem a ser constituídos de forma mais estratégica e articulada, contribuindo para o fim da exclusão financeira de milhares de brasileiros.

A rede consegue se espalhar por praticamente todos os estados do Brasil, tendo seus bancos comunitários conseguido atuar em algumas das localidades com mais alto índice de vulnerabilidade social e mais baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

Outro aspecto que chama atenção é a importância das organizações de apoio: NESOL atuando na região sudeste, a Organização CAPITAL SOCIAL na região norte, as incubadoras ITES e INCUBES no nordeste, que embora não sejam BCD's, vem dando suporte técnico, financeiro e jurídico à rede brasileira, garantindo cada vez mais respaldo acadêmico e social.

Essa junção de fatores vem contribuindo de forma significativa nos últimos anos para que haja uma expansão da metodologia dos BCDs, além de contribuir com publicações, infraestrutura e pessoal, através de projetos seja de autoria da rede brasileira, seja dos parceiros com os bancos, nas cinco regiões do Brasil.

Neste momento é importante refletir, sobre o número real de BCDs existentes, pois, embora exista o número significativo de 125 em todo o Brasil, apenas os mais estruturados da rede estão de fato atuando com ações de finanças solidárias, tais como o uso de moeda social, empréstimos para consumo, produção e habitação em

moeda social e real, correspondentes bancários, orientação ao comércio local entre outras ações.

Um dos desafios da nova instituição nacional dos BCDs será contribuir para a volta e fortalecimento destes bancos que comumente na rede são chamados de “Bancos Mortos”, ou seja, que encontram-se em condições de sub-funcionamento ou sem funcionar de fato.

4.2.1 REDE PARAIBANA DE BCDs

Este estudo nasce da experiência desenvolvida na Paraíba e precisamos neste sentido contextualizar a construção dos bancos comunitários de desenvolvimento no Estado para compreender tal importância.

Iniciamos com o 1º banco comunitário da Paraíba que teve início no Bairro São José até o mais recente Banco Cinco Lagoas na Cidade de Remígio, passando por realização de seminários de finanças e projetos executados pela rede paraibana de BCDs, neste mais de 15 anos de atuação na Paraíba.

O **Banco Comunitário Beira Rio** nasceu em meados de 2008 no Bairro São José, naquele momento considerado a maior favela da capital paraibana. Após processo de urbanização para melhoria das condições de infraestrutura com objetivo de mitigar os problemas dos habitantes e diminuir a segregação muda a nomenclatura de favela para Bairro com novo zoneamento urbano da capital.

A implantação do Banco Comunitário foi resultado de discussões iniciadas em 2007, e após a prefeitura municipal ter aprovado um projeto num edital do Governo Federal, a associação local recebeu financiamento governamental para sua criação. Foi inaugurado em 2008 e reinaugurado em 2009, com apoio da Prefeitura de João Pessoa, da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBES-UFPB) e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES-UFBA). A Associação Beira Rio foi criada como entidade gestora do banco, e o Conselho Gestor foi formado por associações locais. O banco utilizava a sede da Associação de Moradores do São José como sua sede.

No entanto, o banco enfrentou desafios, como a confecção das moedas sociais, que apresentavam baixo nível de segurança e risco de falsificação. Além

disso, a insegurança também afetou as operações do banco, pois sua sede foi assaltada em meados de 2009. O Banco Beira Rio buscava atuar como correspondente bancário do Banco do Brasil, mas o assalto gerou instabilidade.

Foi percebido que a prioridade principal não era ser um correspondente bancário, mas sim enfatizar as atividades de circulação e empréstimos em moeda social ou em real, para que a população entendesse a importância social do banco comunitário.

Outro problema foi a interpretação equivocada dos membros sobre o papel do banco comunitário e suas funções. Um membro do Banco Comunitário Beira Rio, acionou judicialmente a Incubadora da UFBA, alegando que exercia funções de um bancário convencional e deveria ser remunerado como tal.

Esses fatores levaram à instabilidade do Banco Beira Rio, mas serviram como aprendizado para as experiências dos futuros bancos comunitários em João Pessoa e na Paraíba.

O **Banco Comunitário Jardim Botânico** (BCDJB) foi implantado na Comunidade São Rafael, em João Pessoa, Paraíba, como a segunda experiência de banco comunitário na cidade.

A discussão sobre BCD surgiu em dezembro de 2011, quando a INCUBES, parceira do CPCC, desde 2005, em uma reunião na Comunidade, mostrou a experiência do Banco Palmas e que estava inserida no Projeto de Implantação de Bancos Comunitários, que a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Bahia (ITES-UFBA) (SANTOS, 2013, p. 78).

O processo de construção desde BCD é baseado na experiência consolidada do Instituto Voz Popular à época chamado de Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), que para sensibilizar a comunidade sobre o banco comunitário, utilizou diversas estratégias, como programas na Rádio Comunitária Voz Popular, sessões de cinema na rua, palestras e intercâmbios dos moradores com o Banco Palmas em Fortaleza. A participação ativa dos moradores, comerciantes locais e membros do IVP é fundamental para o processo formativo do BCDJB.

Após a visita, o processo é consolidado e se define o nome do Banco que passa a ser chamado de Banco Comunitário Jardim Botânico, referência ao Jardim de mesmo nome localizado em frente à comunidade e a Moeda Social passa a se

chamar Orquídea, referência à variedade da flora existente em toda a comunidade e na Mata do Buraquinho, maior reserva de Mata Atlântica de uma capital no Brasil que circunda a comunidade.

A inauguração do banco contou com a presença de representantes do governo municipal e estadual, além de incubadoras e movimentos de economia solidária. O banco se destaca como referência na gestão das finanças solidárias no estado e já estabeleceu parcerias com comerciantes conveniados ao sistema de moeda social.

Um dos aspectos importantes na construção do banco é o mapeamento socioeconômico da comunidade, que proporciona a criação de um banco de dados abrangente sobre o território. Essas informações são utilizadas para elaboração de projetos, cobranças ao poder público e contribuem para a linha de crédito do banco.

O BCDJB está em diálogo para a implantação de um cartão de débito próprio, baseado em tecnologia de software livre, visando facilitar a circulação da moeda social, além da Cooperativa de Crédito de Energia Solar Solidária e a nova sede que se chamará Centro Comunitário de Economia Paul Singer.

A partir da experiência do BCDJB, a forma de se discutir esta ferramenta na Paraíba ganha outro patamar. Atualmente, o BCDJB se desponta como uma referência na gestão das finanças solidárias para as demais experiências no estado. Por ser inserido em um pequeno território geográfico, pôde experimentar e criar com mais liberdade, sem grandes perdas financeiras. (SANTOS; SANTOS, 2021, p. 05)

O **Muçubank** é a terceira experiência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em João Pessoa, localizado na comunidade de Muçumagro, às margens do Rio Gramame, na zona sul da cidade.

Após diálogos com as lideranças locais, uma proposta é construída para integrar as ações já desenvolvidas no território pela INCUBES, pelo Projeto BEM DA GENTE e pela Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM).

A terceira experiência de BCD em João Pessoa começou no bairro de Muçumagro, no extremo sul da cidade. Através da parceria com o projeto Bem da Gente e a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (Acam), as discussões avançaram e, com a articulação da Incubes/UFPB e do BCDJB, o bairro de Muçumagro passou a ser contemplado com as ações projeto PAIES, construindo de forma

concreta a proposta de um BCD no território. (SANTOS; SANTOS, 2021, p. 05)

As primeiras ações são semelhantes às realizadas nas cidades de Remígio, Lagoa de Dentro e Pombal, no interior do estado. Seguindo o mesmo processo metodológico e adaptando-se à realidade local, são realizadas formações sobre economia solidária, finanças solidárias com foco em bancos comunitários, mapeamento socioeconômico e capacitação de comerciantes locais. Também ocorreu um intercâmbio com o Banco Palmas, em conjunto com outros BCDs financiados pelo Programa de Ações Integradas em Economia Solidária (PAIES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária, executado pelos estados e municípios.

Hoje com a nova gestão da ACAM, e a melhoria da estrutura física está sendo discutida a implementação oficial do BCD para meados de 2025.

O **Banco Lagoa** é a quarta experiência de Banco Comunitário de Desenvolvimento na Paraíba, a primeira no interior, na cidade de Lagoa de Dentro. A iniciativa surge a partir dos diálogos com a Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro (ADURLD), entidade gestora da Rádio Comunitária Lagoa FM.

As discussões resultaram na decisão de implantar o BCD na cidade, aproveitando a proximidade com a lagoa que deu origem ao nome do local e a presença da rádio comunitária. A sequência metodológica para a construção do banco é iniciada, com um acompanhamento mais frequente da INCUBES, que estava executando o Projeto Ações Integradas em Economia Solidária (PAIES) na Paraíba.

Com recursos da INCUBES e da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) através do PAIES, o processo de implantação do BCD Lagoa inicia com mais condições e apoio em todas as áreas, comparado aos BCDs anteriores que dependiam apenas de um projeto específico da incubadora.

O projeto PAIES, neste sentido foi dividido em quatro fases, para agilizar sua implementação e otimizar as ações:

A primeira fase consiste na formação e aplicação do mapeamento da produção e do consumo local, que ainda está em andamento. Nesse mapeamento, foram identificados 120 comércios locais e 25 instituições, sendo que 5 delas estão diretamente envolvidas na gestão do BCDL por meio do conselho gestor.

A segunda fase é a preparação, que inclui formações sobre economia solidária, finanças solidárias, bancos comunitários e outros temas relevantes, divididas em rodas de diálogo com as lideranças locais, conselho gestor e conselho de avaliação de crédito. Também ocorre um intercâmbio entre os bancos comunitários e são lançadas moedas sociais locais para arrecadar recursos antes da inauguração oficial.

A terceira fase, chamada de implantação, ocorre simultaneamente à segunda e inclui formações para o planejamento do BCD com a entidade gestora e o conselho gestor, além da criação dos instrumentos de gestão e definição de políticas e parcerias.

Por fim, a quarta fase é a consolidação, que envolve formações especializadas em gestão interna do BCD, reuniões com o poder público local, articulação com novos parceiros e aprofundamento da gestão operacional do banco.

Atualmente, a INCUBES atua principalmente em formações técnicas, pois a entidade gestora e o conselho gestor estão totalmente envolvidos na gestão do BCD, graças à metodologia da educação popular que permitiu a apropriação do tema e das ações pelos membros do território.

O **Banco Maringá** é a quinta experiência, fruto dos diálogos com o Centro de Educação Margarida Pereira da Silva (CEMAR), uma organização com mais de 30 anos de atuação na cidade de Pombal/PB nas áreas de educação e garantia dos direitos sociais.

A quinta experiência de BCD ocorre na cidade de Pombal, sendo a primeira no sertão do estado. Teve como nome Banco Maringá, em referência à lenda da cabocla retirante, e a moeda social Margarida, em homenagem póstuma a uma das mais atuantes lideranças da cidade na área de educação e da busca do direito das crianças (SANTOS; SANTOS, 2021, p. 05).

Com a contrapartida do CEMAR foi possível articular os parceiros locais para uma implantação mais ágil e abrangente. A prefeitura local e outras organizações,

como igrejas e organizações da sociedade civil, passam a compor o conselho gestor do BCD, fortalecendo a ideia e garantindo mais credibilidade e recursos para sua criação.

Apesar das dificuldades financeiras, o BCD Maringá conseguiu cumprir as etapas de implantação e ser inaugurado em um ano. O acompanhamento técnico por parte da INCUBES fica um pouco aquém do ritmo da comunidade devido aos atrasos nos recursos do Projeto PAIES, que dificultam o avanço das ações, como a visita dos técnicos ao território, a entrega do kit de equipamentos do BCD e a confecção das moedas sociais.

A moeda social Margarida é construída por meio de reuniões e mobilizações locais, envolvendo os moradores da cidade e o conselho gestor. A primeira moeda é utilizada durante o lançamento simbólico para arrecadar fundos para o lastro, seguindo o exemplo dos outros BCDs no estado. A segunda moeda, já com a arte final, é lançada e começa a circular durante a inauguração do Banco, com a presença de autoridades, incluindo a Secretária de Economia Solidária e Segurança Alimentar do Governo do Estado.

Essa experiência, assim como as outras fora da cidade de João Pessoa, só é possível graças aos recursos do Projeto PAIES, que oferece suporte financeiro, técnico e de estrutura para a construção do BCD.

No sertão, assim como nas demais experiências, o processo metodológico de implantação segue a mesma lógica, respeitando as configurações sociais e econômicas locais. No entanto, devido à distância geográfica entre a sede do projeto na capital e a sede do BCD no sertão, houve um número menor de acompanhamentos e assessoramentos, mas isso não significa que as etapas ou metas do projeto tenham deixado de ser executadas.

O **Banco Cinco Lagoas** é a sexta experiência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Paraíba, na cidade de Remígio, sendo a primeira experiência em que a discussão e implantação do banco partiram do poder público local.

Assim como as demais, essa também contou com recursos do Projeto PAIES, que ofereceu suporte financeiro e técnico para os diálogos com a prefeitura de Remígio e outros envolvidos na cidade.

O envolvimento da prefeitura nesta iniciativa demonstra a compreensão de sua importância e o potencial de crescimento da cidade com a implementação de um BCD.

A prefeitura se preparou legalmente para garantir o suporte ao BCD local, por meio de uma lei própria, assim como ocorre em outros municípios. Agora, cabe à sociedade civil se mobilizar e assumir a autogestão dos espaços criados pelo poder público para dialogar e implementar a política, caso ela se torne efetivamente uma lei.

É importante compreender que em alguns casos o território pode não estar preparado para essa tecnologia social e que é necessário maturidade de ambos os lados para reconhecer isso e explorar outras tecnologias que possam estimular um novo diálogo e um maior amadurecimento da proposta.

Essas experiências de implantação de BCDs na Paraíba são ricas em aprendizado, tanto para a INCUBES-UFPB, quanto para os territórios envolvidos. Ambos com suas características específicas culturais e socioeconômicas, mas com funcionamentos que seguem a mesma dinâmica de atuação (BATISTA, 2020).

A partir deste cenário, os BCDs no Estado da Paraíba foram se moldando nos últimos quinze anos, em especial com a execução do Projeto PAIES, que garantiu capacitação, formação e recursos para ampliação do segmento no estado.

Na Paraíba, principalmente após a execução do projeto PAIES, foram os BCDs e suas “moedas sociais” que ganharam notório destaque, potencializado com a criação da Rede Paraibana de BCDs, que realizou três encontros estaduais de finanças solidárias para discutir a temática no estado (SANTOS; SANTOS, 2021, p. 03).

A constituição dessa associação se deu em 17 de dezembro de 2016, durante a realização do primeiro Curso Estadual de Finanças Solidárias BCD's e Mudança Financeira, construindo uma rede de estrutura comunitária de desenvolvimento, (BATISTA, 2020), quando os três BCDs em atuação, Jardim Botânico, Lagoa e Maringá decidem se unir ainda mais para se fortalecerem e buscarem novas formas de auto-subsistência.



Figura 09: Dia da Criação da Rede Paraibana de BCDs
Fonte: arquivo do Instituto Voz Popular

A partir deste contexto, nasce a ação de construção do nosso trabalho, baseado na experiência de anos de atuação como assessor de economia solidária e membro de banco comunitário de desenvolvimento, estudando e analisando as potencialidades e dificuldades existentes neste segmento.

5 E-DINHEIRO: A EVOLUÇÃO DA MOEDA SOCIAL

Neste capítulo, apontaremos como aconteceu o processo de adoção da Plataforma E-Dinheiro nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Nível Nacional, descrevendo o processo de adoção da Fintech na Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Ao chegar neste ponto do trabalho, percebemos como o E-Dinheiro evoluiu durante os anos dentro dos BCDs da rede brasileira, buscando a cada dia uma maior e melhor circulação em seus territórios de atuação.

O avanço da moeda e seu melhor acompanhamento sempre foi um desafio para o Banco Palmas e a rede brasileira, devido às dificuldades de infraestrutura de cada BCD e entidade gestora.

Perceberemos que para chegar ao nível de Fintech ocorreram muitas formas de moeda social e pilotos na busca por um melhor controle da circulação das

moedas e melhoria da gestão financeira e economia territorial, para inserção de mais usuários nas carteiras de crédito do BCDs.

5.1 MOEDA EM PAPEL

A ferramenta fundamental para a consolidação da implantação de um BCD em um determinado território é sem dúvida a Moeda Social. Segundo Marusa Freire em sua tese doutoral (2011), “As moedas podem ser classificadas em dois grandes grupos: As que possuem uma lógica política e outras que possuem uma lógica comercial”.

Neste sentido podemos compreender que este primeiro grupo de moedas são aquelas que dependem de uma autoridade política ou por uma instituição que esteja sob seu controle para serem produzidas e fiscalizadas. São as moedas Nacionais ou Fiduciárias.

O segundo grupo irá pertencer ao das empresas privadas, que por sua vez a produzem com o objetivo da obtenção de lucro através de atividades comerciais, através dos depósitos e das dívidas bancárias. São as moedas Bancárias.

A constituição garante poderes ao Banco Central do Brasil (BACEN), e apresenta sua competência para emissão da moeda oficial, em circulação no território nacional e o que cada órgão e ente federativo pode ou não fazer.

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central. **IV** - emissão e resgate de títulos da dívida pública; **Parágrafo único.** Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município. **§ 2º** O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. **§ 1º** É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira (CONGRESSO NACIONAL, 1988).

Percebemos aí que tais grupos não compreendem na essência as moedas sociais e por isso se diferenciam dela, mantendo-se um modelo excludente de base capitalista.

Um dos equívocos com relação às moedas sociais é o entendimento, de que apenas o BACEN e a CASA DA MOEDA podem emitir moeda social. Como vimos

anteriormente, os dois emitem na verdade a moeda fiduciária e outros documentos oficiais brasileiros.

As moedas sociais, por sua vez, podem e são em sua grande maioria emitidas pelos próprios bancos comunitários, através de contratos com gráficas de confiança da rede brasileira de bancos comunitários, mas esse não é o principal desafio das moedas físicas.

Produzir cédulas é uma coisa, emitir a outra. A moeda social não passa a existir no momento em que é fabricada e sim quando é emitida, ou seja, quando entra em circulação. E para entrar em circulação precisa de lastro em Reais. Esse lastro é monitorado permanentemente. É catalogado o número de série de cada moeda emitida, para mapear a quantidade de cédulas em circulação, identificar possíveis emissões de cédulas falsas e certificar se o lastro se mantém saudável. O principal desafio dos bancos comunitários era e continua sendo, conseguir o lastro para iniciar um banco (MELO, 2023, p. 49).

O lastro dos bancos comunitários continua sendo um calcanhar de Aquiles, para os BCDs, que precisam criar múltiplas formas de construção do mesmo.

Outro equívoco comum com relação às moedas sociais é quanto a sua usabilidade, várias pessoas entendem que a moeda social só é utilizada pelos BCDs, por conta de sua ligação muito forte com o segmento.

Em 2010, novos convênios foram assinados com o objetivo de aumentar a cooperação entre órgãos de supervisão, facilitar o cruzamento de dados e garantir confiabilidade na captura de informações, o que contribuiu para o fortalecimento do SFN. Citam-se pelo menos três instituições parceiras:..., ...Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a interveniência da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) Parceria visando à realização de estudos sobre as moedas sociais e à criação de mecanismo para acompanhar, de forma permanente, a evolução desse instrumento, à luz dos resultados obtidos pelos estudos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011a).

Como podemos ver na ATA do Banco Central do Brasil acima, já existe um diálogo que busca não apenas debater a confecção, mas principalmente a evolução deste instrumento tão importante para as finanças solidárias, de forma legal e com foco equilíbrio financeiro nacional.

Na verdade, existem mais experiências de moedas sociais que de bancos comunitários no Brasil, pois, as moedas sociais, podem ou não estar dentro dos

BCDs, existem casos na rede brasileira do não uso de moeda social física. Embora as moedas sociais em papel não tenham sido o primeiro instrumento utilizado pelos bancos comunitários de desenvolvimento, tem um papel importantíssimo no modelo de gestão das economias locais.

As moedas em papel tem várias fragilidades, o que fez com que a rede brasileira de bancos comunitários sempre buscasse melhorar a segurança das mesmas sempre que se inaugurou um novo BCD no país. A experiência da Paraíba, através da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES-UFPB), com recursos do Projeto Ações Integradas em Economia Solidária, permitiu um avanço aos BCDs neste sentido.

A moeda social dos BCDs da Paraíba foi construída em uma gráfica no próprio estado, o que permitiu a diminuição dos custos de produção, além de trazer 6 dispositivos de segurança, sendo eles: 1 o papel: Bookmilenium (Chamouar), 2 a Tarja Holográfica, 3 o Serrilhado, 4 a Marca D'água, 5 a Tinta Ultravioleta e 6 N° de Série com sequência alfanumérica.

Esses dispositivos transformaram as moedas físicas paraibanas, nas mais seguras da rede brasileira, o que não significa que não possam ser fraudadas ou melhoradas, mas a possibilidade de produção das cédulas no seu próprio estado agiliza o processo de confecção de segurança da mesma.



Figura 10: Moedas Sociais de Tintim
Fonte: Arquivo da rede paraibana de BCDs

Um detalhe importante sobre o uso de moeda social no Brasil e que sempre precisa ser lembrado é o processo aberto pelo Banco Central contra o Banco Palmas quando o mesmo começou a circular no conjunto Palmeira as primeiras moedas sociais (Palma).

A moeda social corresponde a um bônus: os membros da comunidade podem trocar real pela moeda social em um banco comunitário e utilizá-la para adquirir com desconto mercadorias e serviços oferecidos na localidade. Os comerciantes e prestadores de serviços cadastrados no banco comunitário recebem a moeda social circulante local e, quando necessário, realizam sua troca pelo real por meio do banco comunitário (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011b).

Este processo fez com que o BACEN, impusesse aos bancos comunitários da rede brasileira que passassem a inserir no verso de suas moedas sociais um texto com os seguintes dizeres:

Está absolutamente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser usado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Asmoconp, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável (FERREIRA, 2014, p. 80).

Garantido que este instrumento não gera prejuízos ao sistema financeiro nacional, consequentemente estando cientes de seu papel de instituições financeiras não oficiais.

Outro detalhe importante sobre as moedas sociais dos bancos comunitários é a sua produção, em vários casos se houve de forma equivocada que as mesmas são produzidas pelo Banco Central do Brasil.

Talvez esse equívoco aconteça, pelo fato de dois bancos comunitários do Estado do Rio de Janeiro e membros da rede brasileira terem suas moedas confeccionadas pela casa da moeda devido a um convênio realizado na época pela Prefeitura do Rio de Janeiro junto a Casa da Moeda. Todos os demais BCD's, através de projetos realizaram a confecção das suas moedas em gráficas previamente conveniadas e contratadas pela rede para tal fim.

A moeda social, apesar do termo “moeda” em sua denominação, é uma ferramenta das finanças solidárias, a qual é utilizada pelos bancos comunitários com o fim de aumentar a circulação de riqueza em uma comunidade e promover o desenvolvimento econômico local. Não se trata, portanto, de dinheiro, mas de instrumento de desenvolvimento local e de inclusão social que conta com o apoio de políticas públicas de economia solidária nos três níveis de governo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Como elas não são moedas oficiais, não é de responsabilidade do Banco Central do Brasil ou Casa da Moeda sua emissão e circulação, e como vimos na citação acima, ela possui um papel de desenvolvimento local e inclusão social o que a diferencia ideologicamente dos outros tipos de moeda.

5.1.2 MOEDA EM CARTÃO

A ideia de utilizar cartões como forma de pagamento teve início na década de 1950 nos Estados Unidos, de forma um pouco inusitada, e se tornou uma das maiores ferramentas de transação do sistema financeiro mundial.

O Diners Club torna-se o primeiro cartão de débito multiuso do mundo. Para o empresário Frank McNamara, esquecer a carteira enquanto jantava em um restaurante de Nova York foi um constrangimento que ele resolveu nunca mais enfrentar. Por sorte, a esposa dele veio socorrê-lo e pagar a conta. Mas mal sabia ele que o jantar se tornaria uma parte importante da história do cartão de crédito. Um ano depois, em fevereiro de 1950, ele retornou ao Major's Cabin Grill com seu parceiro Ralph Schneider. Quando a conta

chegou, McNamara pagou com um pequeno cartão de papelão, conhecido hoje como Diners Club Card. O evento foi saudado como a Primeira Ceia, abrindo caminho para o primeiro cartão de carga multiuso do mundo (SITE DINERS CLUB, 2023).

Com o passar do tempo, várias organizações passaram a adotar a ferramenta dos cartões, que se tornaram uma forma fácil e conveniente de gerar a ilusão de poder de consumo, ao mesmo tempo em que as operadoras reduziram custos e maximizam os lucros.

Atualmente, o uso de cartões pré-pagos, como o Western Union, e cartões de crédito, como o Nubank, se tornaram comuns, simplificando a gestão financeira e diminuindo a necessidade de intervenção humana.

No entanto, os Bancos Comunitários têm uma abordagem diferente. Eles se preocupam em oferecer crédito de forma responsável e evitar que os consumidores se endividem além de suas possibilidades. Um exemplo disso é o Banco Palmas, que introduziu o PalmaCard, que podemos ver na imagem abaixo.



Figura 11: Moeda Social Cartão Palmas CARD
Fonte: Arquivo do Banco Palmas

Essa moeda social em forma de cartão era confeccionada em papel e possuía limitações, como citam os próprios membros do Banco Palmas em um de seus livros.

O cartão de crédito Palmacard continua funcionando? Continua. Mas, estamos aos poucos estimulando os moradores a trocarem o cartão Palmacard pela moeda social. Os dois instrumentos estimulam o consumo local, com a vantagem da moeda social circular com muito mais velocidade que o cartão. Quando alguém faz uma compra com o Palmacard, assina uma fatura que fica 1 mês parada na gaveta do comerciante, até que ela receba o valor correspondente no Banco Palmas. Quando alguém compra com a moeda Palmas, o comerciante pode, na mesma hora, repassar a mesma moeda pra outro morador (PALMAS, 2014, p. 28)

Com esse panorama podemos perceber as dificuldades do uso do cartão confeccionado em papel e como a partir de dificuldades deste tipo a moeda cartão nos BCDs também precisou evoluir, para facilitar o controle e giro dentro do território, aumentando o consumo local.

Assim, surgiram novos modelos de cartões, como a Moeda Social Mumbuca, utilizada na cidade de Maricá, Rio de Janeiro, como podemos ver na figura seguinte.



Figura 12: Cartão Moeda Social Mumbuca
Fonte: Arquivo do IVP

Naquela cidade a moeda social já se inicia 100% com cartão de plástico, usando a tecnologia Near Field Communication (NFC), que podemos em tradução rápida chamar de comunicação por campos próximos, hoje circulando em mais de 10 (dez mil) estabelecimentos conveniados ao Banco Comunitário local, segundo dados do Instituto E-Dinheiro Brasil.

Na cidade de Maricá no Rio de Janeiro o modelo nasce com a própria prefeitura querendo a implantação de tal instrumento, é ela que cria a lei de fomento à economia solidária municipal, que cria o fundo municipal de economia solidária, que dá todo o suporte técnico, de capital humano e financeiro, além de estrutura física para o funcionamento do BCD local.

Art. 1º Fica Instituído o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Maricá, como forma de combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a

geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município (Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, 2013, p. 01).

A lei construída em Maricá, tem precedentes na primeira lei do município do sertão do Piauí, na cidade de São João do Arraial, que à época permitiu o pagamento de 20% dos salários dos seus funcionários municipais em moeda social COCAL, o que garantiu um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) da Cidade já no mesmo ano.

Na imagem a seguir podemos ver o organograma que mostra como é o processo de funcionamento do BCD através da estrutura criada pela prefeitura para tal.

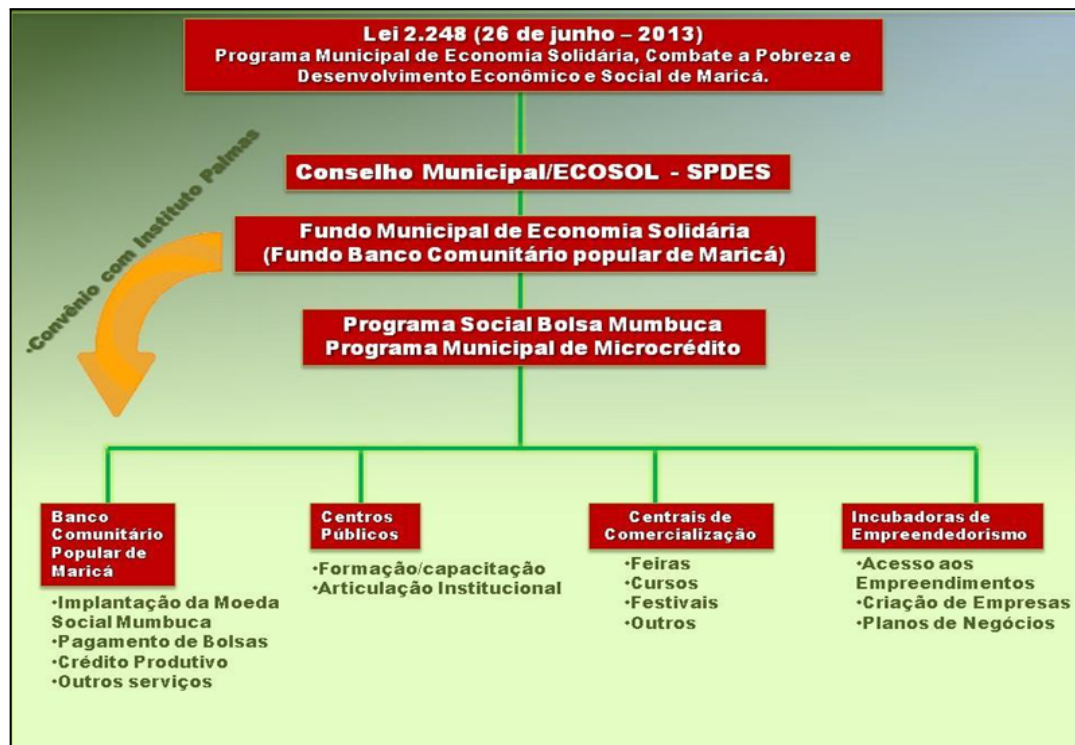


Figura 13: Organograma de funcionamento da ECOSOL em Maricá
Fonte: Instituto Palmas

Nos primeiros meses de atuação do cartão Mumbuca, a cidade já movimentava uma média de R\$ 12 milhões de reais por mês na economia local, importante ressaltar que esse valor movimentado, vem primordialmente graças aos recursos oriundos dos royalties do petróleo obtidos pelo município.

Com o crescente reconhecimento da urgência em preservar nosso planeta, o Instituto E-Dinheiro Brasil está assumindo a vanguarda na busca por soluções

sustentáveis, inclusive na produção dos cartões. Reconhecendo a necessidade de reduzir o impacto ambiental dos materiais convencionais, como o plástico, o instituto está liderando uma iniciativa inovadora: a introdução de cartões de bambu.

Esses novos cartões representam mais do que uma simples alternativa ao plástico, são símbolos de um compromisso firme da rede brasileira de bancos comunitários com a preservação ambiental e a adoção de novas tecnologias para alcançar esse objetivo e manter os princípios da economia solidária.

O bambu, por sua vez, é uma escolha ideal devido à redução da dependência de materiais não renováveis, além de promover uma mudança cultural em direção a práticas mais ecológicas e responsáveis. Além de integrar esses cartões as comunidades onde as moedas ambientais já estão em circulação, fortalecendo ainda mais os laços entre sustentabilidade e o território.

Essa iniciativa exemplifica como a inovação e a tecnologia podem ser aliadas poderosas na luta pela preservação ambiental com uso de novas tecnologias, protegendo nosso meio ambiente para as gerações futuras e criando um modelo inspirador para outras organizações e comunidades seguirem.

5.1.3 Moeda Eletrônica

Conscientes das limitações dos cartões de papel e até os cartões em outros materiais, os Bancos Comunitários sentiram a necessidade de evoluir seus sistemas de moeda.

Após a introdução dos cartões, não se esperava uma mudança tão significativa no sistema financeiro, no entanto, o rápido avanço tecnológico possibilitou o surgimento de uma nova forma de circulação de moeda que chamamos comumente hoje de: Moeda Digital, Moeda Eletrônica ou Moeda Virtual.

Desta vez a circulação se dá, sem uso de qualquer material físico, papel, metal ou plástico dentro ou fora de sua carteira, a partir de agora apenas com acesso a internet se faz a circulação virtual dos valores monetários.

Sobre o assunto, preliminarmente, cabe esclarecer que a estrutura, organização e o funcionamento de uma moeda virtual não são muito diferentes da estrutura, organização em função de uma moeda social circulante local ou mesmo de moeda eletrônica em geral,

nomeadamente no que se refere aos aspectos legais e às preocupações dos governos e dos bancos centrais sobre o assunto. Ressalta-se, entretanto, que a maior diferença entre vários tipos de moedas não estatais podem ser observada nos propósitos e motivações que levam a sua criação e utilização, bem como a dimensão de sua circulação e no volume valor individual e agregado de transações (FREIRE, 2011, p. 198).

A moeda digital segue estruturas semelhantes às moedas sociais locais em geral, em termos de aspectos legais e preocupações governamentais, para manutenção do sistema financeiro nacional. Mas hoje já correspondem a uma parcela significativa da movimentação financeira mundial, isso não é diferente no cenário brasileiro, que já conta com diversas Startups de Finanças como: NUBANK, Banco Original, PICPAY, Mercado Pago, Pagseguro entre outras em circulação no país desde a criação da Lei nº 12.865 de 9 de outubro de 2013, conhecida como Lei dos FINTECHs.

Basicamente para entender esse novo modelo de banco dentro Sistema Financeiro Nacional, temos como definição de Fintechs o que nos aponta o Banco Central do Brasil, quando se refere a este modelo como:

Empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros por meio do uso intenso de tecnologia, com potencial para criar novos modelos de negócios. Atuam por meio de plataformas online e oferecem serviços digitais inovadores relacionados ao setor (DO BRASIL, 2023).

O BACEN, reconhece que no Brasil, existem várias categorias de fintechs, sendo elas: De crédito, de pagamento, gestão financeira, empréstimo, investimento, financiamento, seguro, negociação de dívidas, câmbio, e multisserviços.

O banco Central ainda aponta que podem ser autorizadas a funcionar no país apenas dois tipos de fintechs de crédito. O primeiro modelo sendo utilizado para a para intermediação entre credores e devedores por meio de negociações realizadas em meio eletrônico, chamado de Sociedade de Crédito Direto (SCD) e segundo que é a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), cujas operações constarão do Sistema de Informações de Créditos (SCR).

Esse segmento financeiro vem crescendo de forma vertiginosa, a ponto do Nubank uma dessas fintechs privadas se tornar o 2º banco mais valioso do Brasil em 2023, quando seu valor de mercado chegou a marca impressionante de R\$ 161,5

bilhões de reais, superando gigantes convencionais do sistema bancário privado brasileiro como os bancos Bradesco e Santander, além de superar também Bancos Públicos como o próprio Banco do Brasil, se compararmos esse valor com os R\$ 91,9 Bilhões do BTG Pactual que também figura na lista da SNAQ, isso é quase o dobro do valor de mercado.

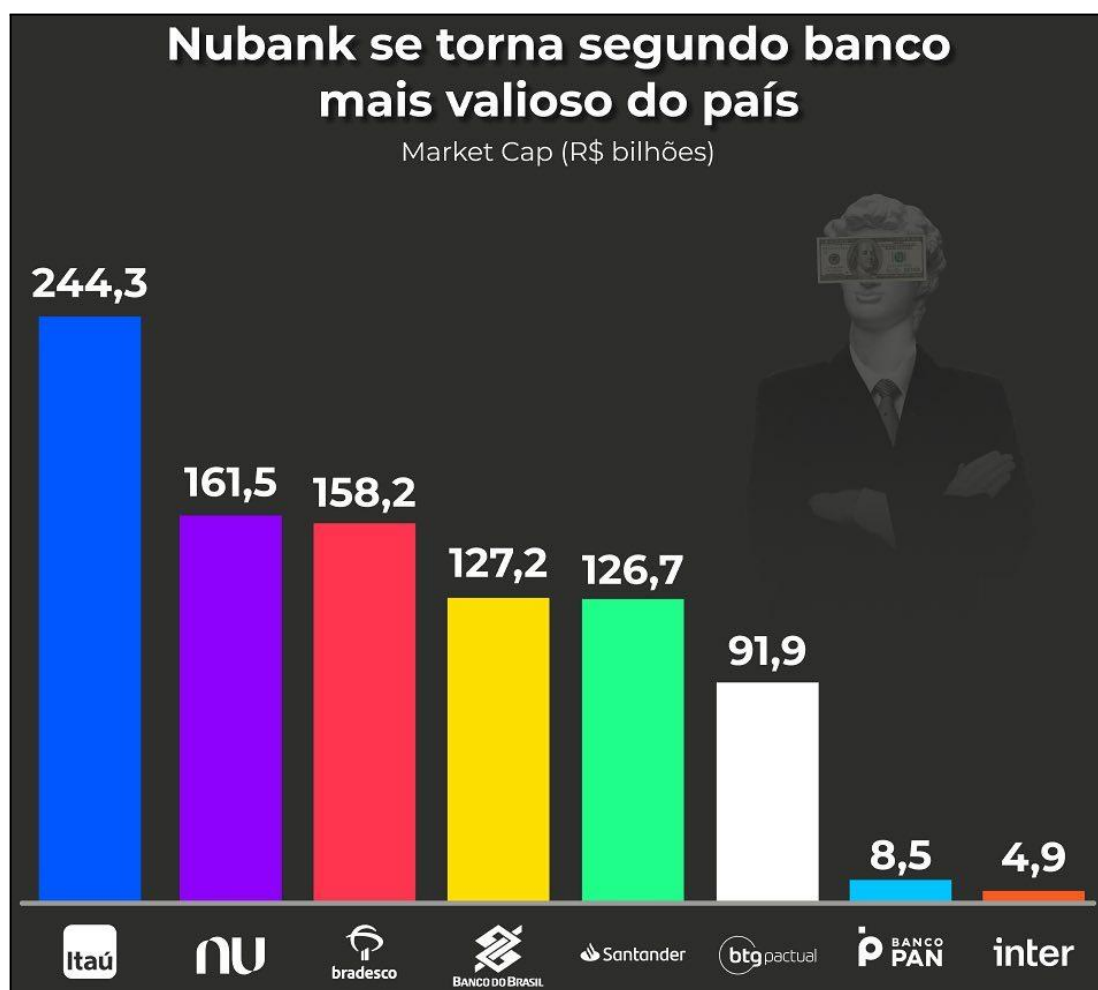


Figura 14 - Nubank se torna segundo banco mais valioso do país
Fonte: Yahoo Finance/snaq

Esse panorama aponta um aumento significativo do modelo de bancos digitais (FİNTECHs) e sua carteira de crédito e de clientes, ao mesmo tempo que cria novas facetas do sistema financeiro através dos recursos digitais, mas isso não significa que eles sejam completos nas transações digitais.

Aqui precisamos fazer um destaque a outro modelo que generalizamos chamar de moedas digitais que são as “**Criptomoedas**”, embora elas funcionem no sistema digital, são um modelo de circulação descentralizada, mais sofisticada que

as Fintechs, pois usa o Blockchain é mais complexa inclusive na sua regulamentação pelos Estados, não apenas no Brasil mais no restante do mundo.

Como ponto de referência para discutir este tipo de moeda, temos a criação do BITCOIN, termo criado pela junção das palavras: “*Coin*”, que significa moeda e “*Bit*”, que significa a menor parcela de informação processada por um computador.

A bitcoin (BTC), é uma unidade monetária online, criada em 2009, e que permite a transferência anônima de valores. Desenvolvida por Satoshi Nakamoto a bitcoin é uma moeda descentralizada, ou seja, não conta com nenhum órgão responsável pelo seu gerenciamento. Dessa forma, as transações de bitcoins são feitas a partir da rede de compartilhamentos P2P (ponto a ponto) (SITE SEGURANÇA DIGITAL, 2017).

A partir desta criação um novo segmento mundial se forma em volta do uso de dinheiro pela rede de forma rápida, desburocratizada e muito, mas muito mais lucrativa e rentável, para o modelo capitalista.

O segmento se mostra extremamente viável, pois, não encontra grandes barreiras burocráticas em vários países, viabilizando a criação de forma mais rápida que os bancos e moedas convencionais, tal facilidade impulsiona os conglomerados a entrarem nesse nicho de mercado, exemplo da gigante da tecnologia META, que criará sua própria moeda a LIBRA, já prevendo este novo modelo de mercado financeiro.

Nesta evolução das moedas convencionais, os BCDs percebem a necessidade de também realizarem a evolução de sua moeda. Este avanço vem com a implantação de sua própria Moeda Social Eletrônica, o E-Dinheiro, tema central desta dissertação.

Durante esse movimento de aproximação com as universidades, estão em andamento novas discussões sobre a moeda social eletrônica, ou Palmas eletrônica. O PalmasLab, junto com uma equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo, intencionam criar um sistema de pagamento próprio do Conjunto Palmeiras, que funcionaria por meio do uso das Palmas em formato de cartão magnético. A ideia é a de que o Banco Palmas ofereça seu próprio cartão (de crédito ou débito), que pode ser carregável ou mesmo estar associado a uma conta bancária (gerenciada pelo Banco Palmas). Mas, além disso, a rede de aceitação da moeda social, que hoje é relativamente densa no território, apesar do enfraquecimento do fluxo, utilizaria um sistema de plataformas de pagamento móvel do Banco Palmas. Isso conferiria maior segurança e praticidade nas relações de compra e venda, bem como um custo

menor para o usuário (morador e empreendimento) (RIGO, 2014, p. 239).

A partir da citação acima entendemos como surge a ideia da moeda social eletrônica do Banco Palmas que viria a se tornar o E-Dinheiro. Inicialmente suprir a necessidade dos usuários na agilidade e praticidade de pagamentos e recebimentos, surgiu com intuito do resgate do cartão, logo se percebe que outra forma ainda mais ágil é possível, seu uso pelo aparelho celular. Em 2014, o Banco Palmas recebeu a visita da empresa Money Clip para apresentar uma plataforma que havia desenvolvido com base na legislação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).

Então através da parceria com a Empresa Money Clip é desenvolvida a Plataforma E-Dinheiro.

O E-DINHEIRO é uma ferramenta desenvolvida para a telefonia móvel, criada para levar o sistema financeiro a quem tenha um aparelho com linha celular ativa. É uma nova plataforma de Moeda Social Eletrônica e arranjo de pagamentos, desenvolvida 100% no Brasil, com o objetivo de promover e aumentar a inclusão financeira para pessoas de todas as classes, com ênfase no público de baixa renda. Com a implantação desta plataforma, o alcance da Moeda Social Eletrônica ganha uma amplitude que ultrapassa os limites territoriais do banco comunitário, mas mantém a riqueza gerada direcionada a sua origem. O E-DINHEIRO foi projetado para funcionar em qualquer telefone celular, tendo ou não acesso à Internet, sem restrição de operadora. Basta o usuário se cadastrar via rede celular, selecionar seus contatos para enviar ou receber dinheiro, e começar a operar imediatamente. Sem burocracia. Além de transferir valores para seus contatos, outra função do aplicativo é servir como meio de pagamentos em estabelecimentos conveniados e entre fornecedores de produtos ou serviços (PALMAS, 2016, p. 05).

Com um gradativo avanço do aplicativo e melhorias no sistema, mais BCDs fazem adesão ao sistema da moeda social eletrônica E-Dinheiro, principalmente, após a Feira de Santa Maria Rio Grande Sul em 2015, quando o aplicativo foi testado de forma oficial.

Durante a Feira de Santa Maria chegamos aos seguintes números:

185 usuários (pessoas que utilizaram aplicativo e fizeram compras na feira);

na feira 170 contas abertas (pessoas que baixaram o aplicativo durante a feira);

47 empreendimentos venderam para o E-Dinheiro durante a feira;

1.439 operações realizadas (ou seja, o aplicativo funcionou 1439 vezes para fazer transações diversas durante a feira, compras, transferências, resgates ou outros);
R\$ 17.489,00 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e nove reais) foi o valor movimentado através da Plataforma durante a feira; (SITE INSTITUTO PALMAS, 2015).

Os dados obtidos durante a Feira de Santa Maria de 2015 nos mostram o potencial do aplicativo E-Dinheiro e como contribuem para a expansão do uso pelos demais BCDs da rede brasileira, após este momento.

Dois anos depois, em 2016, já havia 42 bancos comunitários que haviam migrado para essa plataforma. No mesmo ano, a empresa comunicou ao Instituto Palmas que não continuaria atuando com meios de pagamento. A partir dessa decisão, o Palmas buscou alternativas e obteve junto ao BNDES uma autorização para utilizar R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) na compra da plataforma E-dinheiro, sendo esse valor 85% abaixo do valor total da ferramenta. No dia 26 de outubro de 2016, o Palmas formalizou a compra.

Antes da aquisição a Plataforma pertencia a empresa Moneyclip, que criou e mantinha o funcionamento em parceria com a rede brasileira de BCDs através de diálogo direto com o Instituto Palmas.

Com a compra da Plataforma, temos agora um Banco Digital de propriedade exclusiva da rede de Bancos Comunitários a disposição da Economia Solidária e do povo brasileiro, oferecendo uma variedade de serviços financeiros e bancários, dentro dos marcos regulatórios do Banco Central (SITE INSTITUTO PALMAS, 2016).

Com esse salto, percebemos que é fundamental que as moedas sociais e os bancos comunitários continuem se reinventando, pois o sistema pede tais mudanças, para que os usuários não permaneçam excluídos, principalmente agora com a tendência crescente do fim das instituições bancárias tradicionais e das moedas (físicas), acelerado pela digitalização neste caso do sistema financeiro, não apenas nacional mas global.

5.1.4 Revisão Sistemática de Literatura sobre o E-Dinheiro

Ao realizar uma revisão sistemática de literatura sobre a Plataforma E-Dinheiro Brasil, constatamos que a digitalização do sistema financeiro estava em ascensão globalmente, especialmente no Brasil, após a criação da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013. Essa tendência foi acelerada pela pandemia de Covid-19 no

início de 2020, que exigiu o distanciamento social e a adoção de transações online ágeis para compras e vendas durante o período de quarentena.

Nesse contexto, diversas ferramentas transacionais surgiram para atender às necessidades do mercado financeiro, sendo a maioria de cunho capitalista. Apenas uma delas, a ferramenta E-Dinheiro, foi desenvolvida pelos bancos comunitários de desenvolvimento para atender à população empobrecida de seus territórios, passando por melhorias para se adaptar à realidade de seus beneficiários.

Com o objetivo de mapear o avanço das moedas digitais no Brasil, especialmente na Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, realizamos uma revisão sistemática de literatura (RSL) seguindo protocolos específicos para a escolha da amostra dos trabalhos analisados. A partir do tema “Moeda Digital E-Dinheiro” e da pergunta de pesquisa “Como esta ferramenta contribui para o avanço na criação de políticas públicas de acesso ao sistema financeiro dos mais pobres entre 2015 e 2022?”, construímos um banco de dados com informações obtidas em 28 artigos publicados entre 2015 e 2022, analisando três dimensões:

1. Bibliométrica
2. Metodológica
3. Substantiva

Após definir o tema e a pergunta de pesquisa, estabelecemos os critérios para a seleção dos trabalhos a serem examinados. Escolhemos duas plataformas de busca: Scopus e Google Acadêmico, visando compor um levantamento nacional dos estudos sobre o tema da RSL, abrangendo apenas trabalhos publicados em português dentro do período de 2015 a 2022.

Para a busca de palavras-chave nos títulos dos trabalhos, utilizamos a língua portuguesa no Google Acadêmico, sendo a única base das duas que continha materiais relevantes, e a língua inglesa no Scopus, que não apresentou conteúdo sobre o tema. As buscas foram feitas com os seguintes termos combinados por operadores booleanos:

1. “E-Dinheiro” “And money”;
2. “Banco Comunitário” “community bank”
3. “Moeda Social” “social currency”
4. “fintech” “fintech”

5. “E-Dinheiro and banco comunitário” “and money and community bank”
6. “moeda social and E-Dinheiro” “social currency and money”

Seguindo a pesquisa, com o idioma selecionado e recorte temporal delimitados, foram definidos como critérios de exclusão os itens abaixo:

- A) Ausência de relação com o tema da pesquisa, critério que levou à exclusão de 108.624 (cento e oito mil seiscentos e vinte e quatro) trabalhos.
- B) A falta de acesso à íntegra do texto, critério que levou à exclusão de 2 (dois) dos trabalhos remanescentes.
- C) E falta de foco em políticas públicas de economia solidária, critério que levou à exclusão de 14 (quatorze) dos trabalhos.

Esses critérios foram acordados entre discente e orientador, assegurando a relevância e a qualidade dos estudos selecionados para a revisão. O processo de seleção dos trabalhos compreendeu as seguintes etapas: Identificação, Seleção, Elegibilidade e Inclusão. Inicialmente, uma ampla base de títulos foi considerada, totalizando 108.640 (cento e oito mil, seiscentos e quarenta) títulos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, chegamos a uma seleção final de 28 (vinte e oito) publicações, conforme ilustrado na figura 15.

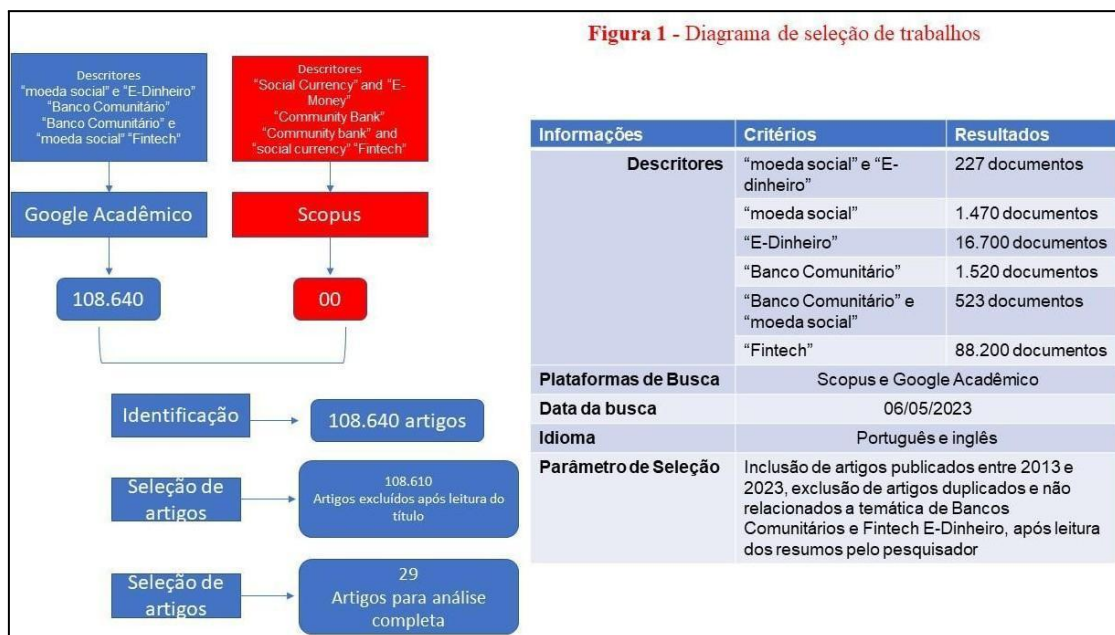


Figura 15 - Diagrama de seleção de trabalhos
Fonte: Elaboração própria (2023)

Durante a etapa de identificação, a utilização de descritores específicos resultou em diferentes níveis de sucesso nas plataformas de busca Scopus e Google Acadêmico:

Primeiro descritor: “Fintech”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 88.200 (oitenta e oito mil e duzentos) trabalhos.

No entanto, devido à amplitude e ao contexto variado dos estudos, apenas 2 (dois) trabalhos realmente abordavam o tema da pesquisa. A ampla utilização do termo em inglês e seu conceito abrangente contribuíram para essa discrepância.

Segundo descritor: “E-Dinheiro”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 16.700 (dezesesseis mil e setecentos) trabalhos, dos quais apenas 2 (dois) tratavam do tema pesquisado.

A ampla abrangência do termo “E-Dinheiro” contribuiu para o grande número inicial de trabalhos.

Terceiro descritor: “Moeda Social”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 1.470 (mil quatrocentos e setenta) trabalhos, sendo que apenas 6 (seis) tratavam diretamente do tema pesquisado.

Esse descritor forneceu uma amostra mais próxima da realidade da pesquisa.

Quarto descritor: “Banco Comunitário”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 1.520 (mil quinhentos e vinte) trabalhos, dos quais apenas 5 (cinco) tratavam do tema pesquisado.

Este resultado indica um crescente interesse acadêmico sobre bancos comunitários.

Quinto descritor com operador booleano: “Banco Comunitário and moeda social”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 523 (quinhentos e vinte e três) trabalhos, dos quais apenas 5 (cinco) abordavam o tema pesquisado.

Sexto descritor com operador booleano: “Moeda social and E-Dinheiro”

Scopus: Nenhum trabalho identificado (0).

Google Acadêmico: Foram listados 227 (duzentos e vinte e sete) trabalhos, dos quais apenas 4 (quatro) tratavam diretamente do tema pesquisado.

Plataformas de busca			
Informações	Crítérios	Scopus	Google Acadêmico
Descritores / Termos no título, resumo ou palavras-chave	“Fintech”	0 Resultados	108640 resultados
	“E-Dinheiro” “And money”	0 Resultados	16700 resultados
	“banco Comunitário” “community bank”	0 Resultados	1.470 resultados
	“Moeda Social” “social currency”	0 Resultados	1520 Resultados
	E-Dinheiro and banco comunitário	0 Resultados	523 resultados
	“and money and community bank”		
	“moeda social and E-Dinheiro” “social currency and and money”	0 Resultados	227 Resultados
Data da busca	05/06/2022		
Idiomas	Português e inglês.		
Parâmetros de seleção	(i) A) Ausência de relação com o tema da pesquisa (108.638 trabalhos excluídos) Falta de acesso à íntegra do texto (2 trabalhos excluídos) Foco em políticas públicas de economia solidária (14 trabalhos excluídos)		

Software de análise dos dados	Planilhas Excel e Infogram
-------------------------------	----------------------------

Tabela 01 - Procedimentos da RSL
Fonte: Construção do Próprio autor

Durante a seleção da amostra inicial de 108.640 (cento e oito mil seiscentos e quarenta) trabalhos, foi realizada uma leitura criteriosa dos títulos e resumos. Esse processo resultou na exclusão de 108.611 (cento e oito mil seiscentos e onze) trabalhos, devido à falta de pertinência à temática da pesquisa ou ao não acesso à íntegra de 2 (dois) trabalhos. Isso deixou um total de apenas 29 (vinte e nove) trabalhos a serem estudados.

É importante ressaltar que as palavras-chave "E-Dinheiro" e "Fintech", embora específicas para o estudo, são termos muito amplos, o que gerou uma lista extremamente extensa de artigos. Esse fato contribuiu para a presença de muitos materiais sem relevância para a pesquisa, conforme ilustrado no gráfico 1.

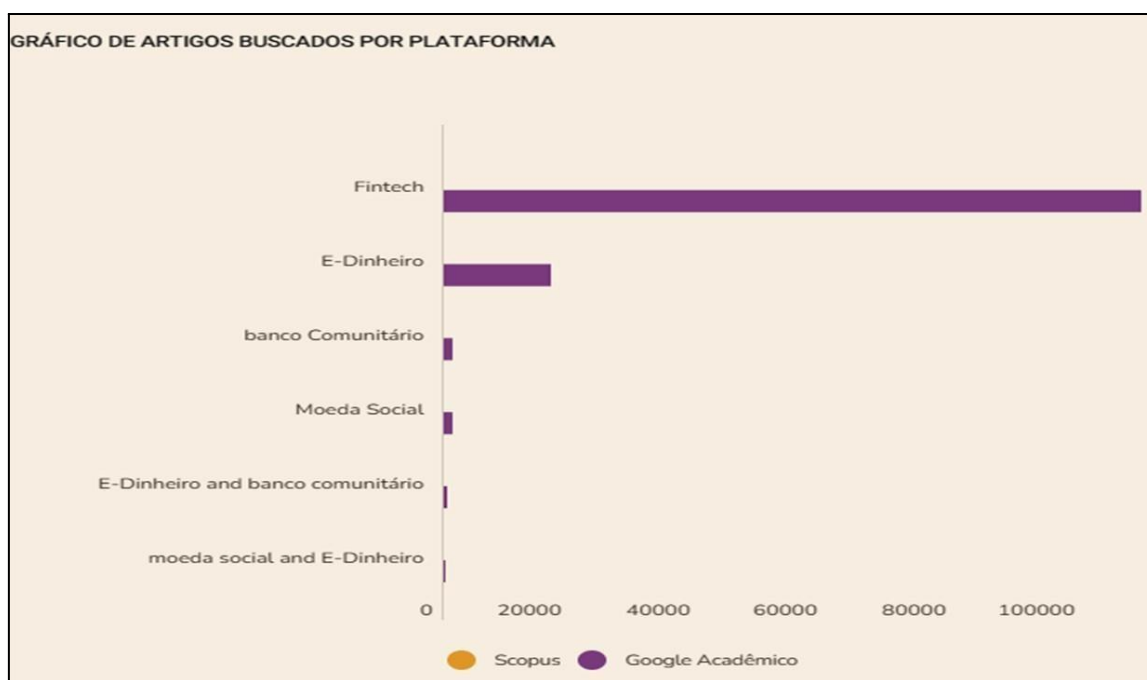


Gráfico 01: Artigos buscados por plataforma
Fonte: Elaboração própria (2023)

Ao alcançar a fase de elegibilidade, não foi necessário estabelecer um recorte territorial específico para delimitar a análise dos trabalhos. A escolha do idioma e a temática, sendo exclusivamente brasileiras, já proporcionaram essa delimitação. Embora existam centenas de experiências de Fintechs ao redor do mundo, nenhuma delas é baseada na Plataforma E-Dinheiro.

Discussão e Resultados

Para a análise e avaliação crítica da base de dados e dos estudos incluídos, foram utilizados os seguintes programas: Excel, do pacote Office, e a plataforma Infogram. Essas ferramentas foram essenciais para a organização, tratamento dos dados, bem como para a geração dos respectivos gráficos e estudo das informações coletadas.

Na dimensão bibliométrica, considerando a distribuição dos textos incluídos na fase de elegibilidade ao longo dos 10 anos abrangidos pelo recorte temporal definido (2013-2022) – especificamente de 2015 a 2022, quando o E-Dinheiro foi criado –, observou-se uma concentração significativa de publicações no ano de 2022. Este aumento coincide com o período da pandemia de Covid-19, durante o qual bancos e Fintechs intensificaram suas ações para digitalizar seus respectivos sistemas em resposta ao distanciamento social imposto pelo coronavírus, como pode ser visualizado no gráfico 2 abaixo.



Gráfico 02: Anos das publicações
Fonte: Elaboração própria (2023).

Embora as Fintechs sejam um tema de relevância global, o estudo focou especificamente no E-Dinheiro, uma experiência desenvolvida integralmente no Brasil por movimentos sociais, nomeadamente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em parceria com a empresa Money Clip. Nesse sentido, não

houve necessidade de incluir estudos sobre a plataforma em outros países, devido ao seu uso restrito ao território nacional.

Os trabalhos incluídos na análise final, em sua maioria, evidenciam o impacto do uso da ferramenta E-Dinheiro no município de Maricá, no Rio de Janeiro, onde a experiência foi implantada pela primeira vez, sendo utilizada integralmente para as políticas públicas de economia solidária local.

Os 29 trabalhos selecionados na fase de elegibilidade foram escritos por um total de 30 autores, em coautoria ou individualmente.

Dimensão Metodológica

Analisando a origem dos trabalhos pesquisados, observamos que 26 deles abordam o tema de forma genérica, enquanto apenas 2 possuem uma proximidade efetiva com o objeto de pesquisa da plataforma E-Dinheiro, ainda que não tratem diretamente do foco principal deste estudo. Esses trabalhos foram incluídos na amostra final desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL).

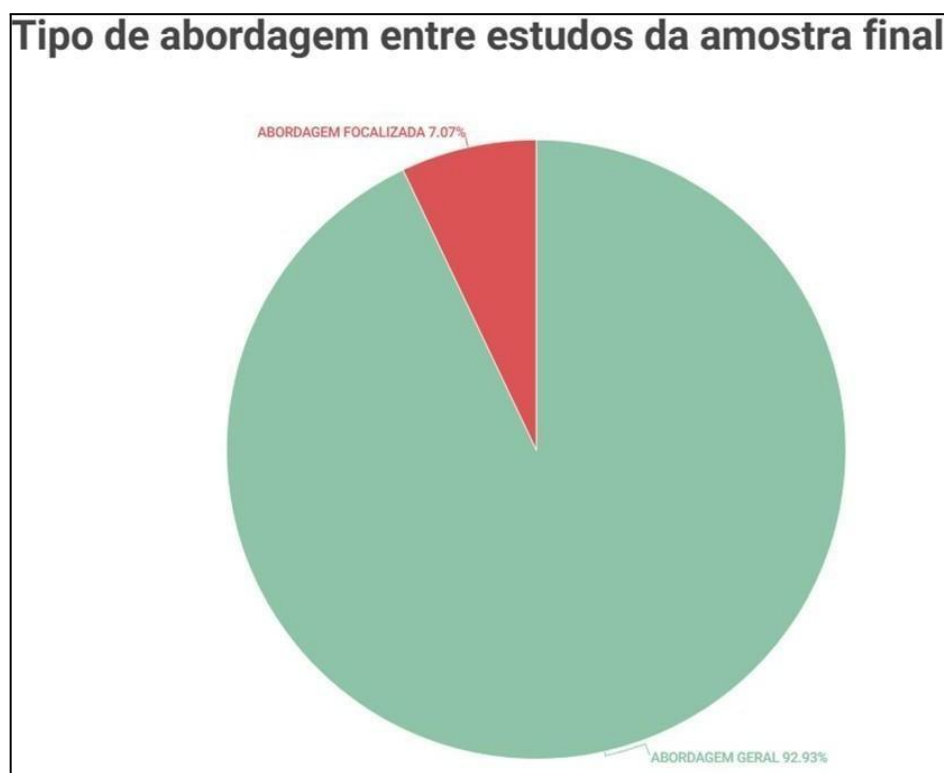


Gráfico 03: Tipo de abordagem entre estudos da amostra final

Fonte: Elaboração própria (2023)

O gráfico 3 ilustra que 92,85% dos trabalhos selecionados adotaram uma

abordagem geral sobre bancos comunitários, fintechs e moedas sociais, trazendo uma visão abrangente do uso da plataforma E-Dinheiro. Desses, apenas dois trabalhos (7,14% dos 28) fizeram abordagens específicas sobre o aplicativo E-Dinheiro.

A leitura dos estudos da amostra final revela que, de modo geral, não há uma preocupação explícita com o impacto do E-Dinheiro na economia solidária e nas finanças solidárias, especialmente no que diz respeito aos bancos comunitários e à sua evolução dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Grande parte dos estudos aborda a construção da política pública na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, e a implementação da moeda social por meio do E-Dinheiro. No entanto, esses estudos focam principalmente na legislação e gestão da moeda social em Maricá, em vez de explorar a plataforma dos bancos comunitários em si.

Uma pequena parte dos trabalhos apresenta conceitos básicos sobre fintechs e como elas vêm transformando o sistema financeiro. Um artigo, em particular, discute a evolução das moedas, passando pelas fintechs até a chegada das criptomoedas, e o impacto destas no novo modelo de finanças globais.

Embora o tema das moedas sociais e fintechs seja recorrente na maioria dos artigos, houve uma certa dificuldade na identificação das metodologias utilizadas. Alguns artigos não apresentam claramente suas perguntas de pesquisa ou objetivos, o que dificulta a compreensão se o estudo é quantitativo, qualitativo ou misto.

Dimensão Substancial

Após a leitura completa dos artigos finais desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL), foi possível observar os conceitos fundamentais de cada trabalho, compreender as abordagens adotadas e identificar os locais estudados.

Inicialmente, consideramos as palavras-chave dos textos selecionados como correspondentes aos termos utilizados nas plataformas de busca, trazendo elementos relevantes para a análise. Muitos artigos compartilham palavras-chave similares, mas, ao realizar a leitura completa, constatamos que nem todos tratam

do tema de forma focada, sendo muitas vezes generalistas.

Os autores, em sua maioria, apresentam estudos sobre a metodologia das fintechs no Brasil, sua proximidade com as criptomoedas e seu uso nas finanças solidárias, com um enfoque significativo na cidade de Maricá, pioneira na implementação de uma lei geral de economia solidária.

Apenas dois trabalhos investigados abordam especificamente o uso do E-Dinheiro nos bancos comunitários de desenvolvimento, não apenas nas palavras-chave, mas também nos resumos e no corpo dos textos. Mesmo assim, esses estudos não enfocam completamente o objeto da pesquisa em questão.

Conclusão da RSL

Concluimos que algumas circunstâncias limitaram a realização desta RSL. Entre elas, destaca-se o fato de que nem todo o processo foi realizado por pares. Além disso, a escassez de trabalhos na base de dados da Scopus, em comparação ao Google Acadêmico, indica a necessidade de explorar outras bases de dados para ampliar a análise, especialmente para ações como a comparação de arquivos duplicados.

Apesar dessas limitações, a pesquisa avançou significativamente, destacando a importância de estudos sobre o E-Dinheiro para suprir uma demanda acadêmica por publicações sobre este tema. Também foi possível aprofundar a compreensão do papel do Estado nas políticas públicas de economia solidária no Brasil, especialmente analisando a construção e os impactos da política pública de economia solidária em Maricá.

Observou-se que a digitalização do sistema financeiro foi impulsionada em todo o mundo, e no Brasil, intensificou-se especialmente após a criação da Lei 12.865 em 2013. Esse processo foi acelerado durante e após a pandemia de Covid-19, que se intensificou em 2020.

Mesmo com este cenário, houve um avanço percebido na pesquisa que mostrou a importância de realizar o trabalho, para suprir uma demanda acadêmica de publicações sobre a temática do E-dinheiro.

O aumento da necessidade de transações online ágeis durante a quarentena resultou no surgimento de várias ferramentas para suprir as dificuldades do mercado financeiro. Isso incluiu melhorias nos bancos comunitários, permitindo que eles se adaptassem à realidade dos territórios empobrecidos, mesmo que esse não fosse o objetivo inicial.

Esta seção apresentou uma revisão sistemática de literatura (RSL) com o objetivo de mapear o avanço das moedas digitais, especialmente na Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, por meio do E-Dinheiro. Através da seleção de trabalhos e da análise bibliométrica, metodológica e substancial, foram identificados 28 artigos relevantes para o estudo.

Na dimensão bibliométrica, observou-se uma concentração das publicações em 2022, coincidindo com o período da pandemia. Em relação à dimensão metodológica, a maioria dos estudos adotou uma abordagem geral em relação à plataforma E-Dinheiro, enquanto apenas dois trabalhos trataram especificamente deste tema. Na dimensão substancial, os artigos analisados discutiram o uso das fintechs no Brasil, a relação com criptomoedas e seu impacto nas finanças solidárias. Apenas dois trabalhos focaram no uso do E-Dinheiro nos bancos comunitários de desenvolvimento.

Em geral, os estudos analisados demonstraram a relevância da digitalização do sistema financeiro e das moedas digitais, incluindo o E-Dinheiro, para o avanço das políticas públicas de acesso ao sistema financeiro para os mais pobres, no período de 2015 a 2022. No entanto, há uma carência de trabalhos específicos que explorem o impacto do E-Dinheiro na economia solidária e nas finanças solidárias. Essa lacuna sugere a necessidade de mais pesquisas e estudos nessa área para melhor compreender e maximizar o potencial dessa ferramenta em beneficiar os mais pobres.

Podemos elencar nesta RSL os seguintes pontos fortes que chamaram a atenção ao realizar o estudo sobre a Plataforma E-Dinheiro:

1. Impacto Social: O E-Dinheiro mostrou ser uma ferramenta importante para facilitar a inclusão financeira em territórios empobrecidos, promovendo o acesso a serviços financeiros básicos para comunidades historicamente marginalizadas.

2. Adaptação Rápida: Durante a pandemia, a necessidade de transações online ágeis forçou uma rápida adaptação das ferramentas digitais, beneficiando os bancos comunitários e suas operações.

3. Políticas Públicas: A experiência de Maricá destacou-se como um exemplo de sucesso na implementação de políticas públicas de economia solidária, utilizando a plataforma E-Dinheiro para gerenciar a moeda social local.

4. Integração com Fintechs: A integração do E-Dinheiro com outras fintechs e moedas digitais mostrou um caminho promissor para a modernização do sistema financeiro brasileiro, especialmente em áreas desfavorecidas.

5. Necessidade de RSL: A lacuna de estudos específicos sobre o impacto do E-Dinheiro na economia solidária aponta para uma área de pesquisa com grande potencial, sublinhando a importância de investigações futuras para entender e ampliar os benefícios dessa tecnologia.

5.2 E-Dinheiro e a gestão administrativa dos BCDs

A plataforma E-Dinheiro, permitiu um salto significativo na gestão dos BCDs da rede brasileira, pois quando falamos em gestão dos bancos comunitários de desenvolvimento, falamos em gestão de organizações sociais que têm limitações estruturais e gerenciais pela falta de pessoal e recursos para se manterem.

O E-Dinheiro por sua forma de atuação 100% online, permitiu de forma simples e prática realizar a gestão financeira dos BCDs que aderirem à plataforma.

Podemos perceber, na imagem à frente, a usabilidade da plataforma em seus diversos dispositivos, o que também é um diferencial, já que os usuários do E-Dinheiro podem usar o aplicativo em multiplataforma.

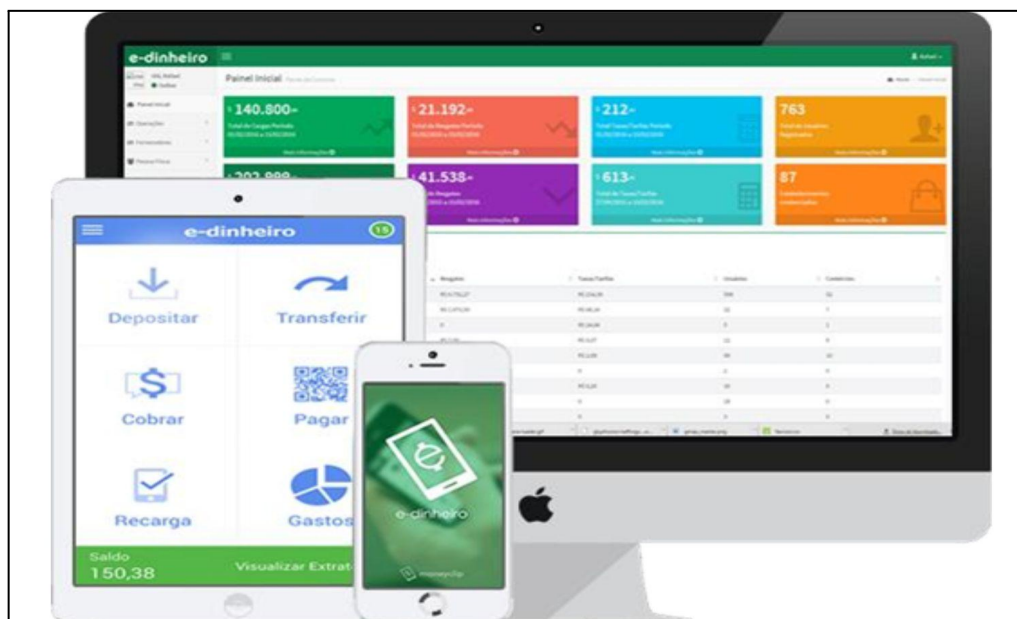


Figura 16: Plataforma E-Dinheiro
Fonte: site E-dinheiro.net

Poder acessar a plataforma tanto no computador, no tablet quanto no aparelho celular, que é a principal porta de entrada do aplicativo hoje, acaba sendo uma vantagem contra alguns de seus concorrentes não multiplataformas, ou seja, alguns só funcionam com aplicativo para celular.

Ao mesmo tempo, ter uma plataforma que garanta uma boa gestão financeira das transações realizadas pelos BCDs, agiliza todo o processo de controle tanto de circulação de moeda quanto de demais serviços ofertados pelo banco comunitário.

Para realizar o gerenciamento WEB, o E-Dinheiro usava inicialmente uma plataforma denominada JUNUS, que permite ao banco ter acesso às informações das contas de todos os usuários, realizar cargas e resgates e gerenciar os valores recebidos referentes às taxas e tarifas geradas (PALMAS, 2016).

Esse modelo permitiu a construção de um banco de dados importante, não apenas para a plataforma E-Dinheiro, mas principalmente para cada BCD que passa a ter um banco de dados e acompanhar em tempo real a movimentação de moeda social e de controle interno das finanças.

5.2.1 E-Dinheiro e o Sistema Financeiro Nacional

O ano de 2013, foi fundamental para o salto de atuação dos BCDs, pois

neste ano com a criação da LEI Nº 12.865/13, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) (LEI 12.865, 2013), houve a abertura para que os BCDs pudessem se inserir no Sistema Financeiro Nacional.

Mas isso não significa regulamentação dos BCDs, ou de outras experiências de finanças solidárias, mas regulamentação de novos modelos comerciais.

A regulamentação de leis que apoiem modelos financeiros não tradicionais ainda enfrenta muitos obstáculos. Isso é devido ao fato de que os participantes do sistema financeiro atual percebem tais modelos como uma ameaça à sua posição dominante em um mercado lucrativo e regulado para beneficiá-los, como nos aponta Acco, a seguir.

As instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas, demonstram certo interesse em estabelecer regulações financeiras internacionais mais extensivas sobre o mundo financeiro. De outro, não é de interesse de nenhum Estado estabelecer padrões regulatórios mais restritivos que possa significar perda de atratividade para o seu mercado interno (ACCO, 2009, p. 105).

Com essa resistência do Estado, que é influenciado pelo sistema financeiro tradicional, o debate sobre a criação de leis que permitam novos modelos de sistema financeiro, como um Sistema Nacional de Finanças Solidárias no Brasil, poderia ser uma oportunidade para melhorar o Sistema Financeiro Nacional (SFN). No entanto, a falta de um arcabouço legal apropriado e essa resistência dos grandes conglomerados financeiros, continua sendo um grande obstáculo para o avanço dessas iniciativas.

Por outro lado, essa ausência de um marco legal e regulatório das finanças solidárias associado à falta de reconhecimento institucional dos BCDs emissores de moedas sociais deixa essas organizações num cenário de insegurança e vulnerabilidade às condições políticas deste mesmo país (RIGO, 2014).

Neste sentido, do que nos aponta Rigo, sobre a questão legal, a inserção da plataforma E-Dinheiro dentro do Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM), que é parte integrante do SPB, que surgiu através da LEI Nº 12.865/13 e consiste no:

Conjunto formado pelos arranjos de pagamento que disciplinam a prestação dos serviços de pagamento de que trata o inciso III do art. 6º, baseado na utilização de dispositivo móvel em rede de telefonia móvel, e pelas instituições de pagamento que a eles aderirem (LEI 12.865, 2013).

Foi um salto significativo, pois como arranjo de pagamento a plataforma E-Dinheiro, ganha respaldo legal trazido no Art. 9º da lei, que apresenta como competência do Banco Central do Brasil, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, entre elas:

I - disciplinar os arranjos de pagamento;

II - disciplinar a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições de pagamento, bem como a descontinuidade na prestação de seus serviços;

III - limitar o objeto social de instituições de pagamento e

IV - autorizar a instituição de arranjos de pagamento no País.

A busca por uma legislação mais abrangente e uma regulamentação sólida, desenvolvida em conjunto com outros membros do sistema de finanças solidárias, é essencial para garantir a participação efetiva desse segmento da economia solidária no fortalecimento das economias locais e, consequentemente, do desenvolvimento econômico do país como um todo.

5.2.2 E-Dinheiro e a interação com os demais bancos do SFN

Os grandes conglomerados financeiros acabam ditando as regras para os sistemas financeiros nacionais ao redor do mundo, e no Brasil isso não é diferente. Para estabelecer relações entre a Plataforma E-Dinheiro Brasil e o Sistema Financeiro Nacional (SFN), é essencial entender a diferença entre a moeda social e a moeda convencional, que está focada no lucro.

Ao compreender esse cenário de interferência do sistema financeiro tradicional, fica claro que a interação entre a Plataforma E-Dinheiro e outros bancos no sistema financeiro nacional, especialmente entre bancos estatais e privados, será sempre complexa e desafiadora.

No entanto, formas de interação são criadas mesmo que algumas não sejam pensadas para tal, o Banco Central do Brasil (BACEN) desenvolveu uma ferramenta que, embora não tenha sido projetada para este propósito específico, acabou criando novas oportunidades para a interação entre o E-Dinheiro e outros bancos do SFN.

Essa ferramenta foi o PIX, que sem dúvida, é a maior revolução nos sistemas de transações nos últimos anos, não apenas no Brasil, mas também em âmbito internacional. Ele tem o potencial de ser uma ferramenta essencial para facilitar uma maior interação e integração entre a plataforma E-Dinheiro e outras instituições financeiras.

Em 6 de agosto de 2020 a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil instituiu o arranjo de pagamentos PIX. Essa decisão foi baseada nas seguintes legislações:

Com base no art. 10, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 10 da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, nos arts. 6º, 7º, 9º, 10, 14 e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, na Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, no Comunicado nº 32.927, de 21 de dezembro de 2018, e no Comunicado nº 34.085, de 28 de agosto de 2019 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

O Pix, que foi criado para ser um método de pagamento bastante abrangente, onde qualquer pagamento ou transferência que usava diferentes meios como TED, cartão, boleto, etc., poderia ser feito com o Pix, bastando usar um aparelho celular.

Ele abriu portas para outras ações no SFN, entre elas a criação do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), que é uma infraestrutura centralizada e única para liquidação de pagamentos instantâneos entre instituições distintas no Brasil. Essa operação é gerida pelo BCB, tendo início em novembro de 2020. Ele é um sistema que faz liquidação bruta em tempo real (LBTR), ou seja, que processa e liquida transação por transação. Uma vez liquidadas, as transações são irrevogáveis (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Ele foi responsável por permitir um aumento de interação entre as instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), pois funciona 24 horas, 7 dias por semana, entre quaisquer bancos, de banco para fintech, de fintech para instituição de pagamento, entre outros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Para a plataforma E-Dinheiro, após a regulamentação das FINTECHs, é possível ter uma abertura significativa para a expansão de suas ações, incluindo uma maior e legal interação com outros bancos e entidades financeiras do SFN. Através da interação com o PIX a plataforma E-Dinheiro pode resolver uma das principais dificuldades enfrentadas pelos BCDs na rede brasileira, que é a transferência de valores entre eles e os Bancos Convencionais do SFN, onde as pessoas têm suas contas formais de recebimento de salários, benefícios ou outros usos.

Essa dificuldade pode ser superada com a criação e adoção do PIX pela plataforma E-Dinheiro, permitindo essa integração, oferecendo aos BCDs uma maneira rápida, eficiente e econômica de fazer transferências instantâneas e pagamentos para contas em outros bancos, eliminando barreiras geográficas e burocráticas, e garantindo, neste primeiro momento, uma solução para outro problema o da correspondência bancária, que a rede brasileira de BCDs, busca resolver há anos, garantindo esses serviços em territórios desassistidos pelas agências bancárias tradicionais.

Nesse sentido, ao conseguir aderir à plataforma PIX, o E-Dinheiro pode contribuir significativamente para a superação de desafios específicos enfrentados pelos BCDs na interação com bancos convencionais, já que anteriormente, as transações entre os BCDs e os bancos convencionais poderiam ser demoradas, custosas e sujeitas a restrições. Com o uso do PIX, esses obstáculos serão reduzidos, permitindo uma interação mais fluida e eficiente entre as instituições financeiras.

Hoje ainda não temos estudos mais robustos que analisem a eficácia do PIX na promoção da inclusão financeira das comunidades atendidas pelos BCDs, no entanto, a integração do PIX à plataforma E-Dinheiro certamente tem um potencial de aumentar a acessibilidade aos serviços bancários para essas comunidades isoladas, permitindo transações instantâneas e acessíveis a custos reduzidos. Pesquisas futuras podem ser realizadas para avaliar este impacto na inclusão financeira dos BCDs nessas comunidades.

Outro ponto que pode construir uma interação significativa com o SFN, que não abordaremos a fundo neste trabalho, mas pontuamos rapidamente é o DREX.

Assim como o Pix, Drex é uma criação do Banco Central e vem da combinação de letras em uma palavra. Nele as letras "d" e "r" fazem referência ao Real Digital, o "e" vem de eletrônico e o "x" traz a ideia de conexão, associada à tecnologia utilizada na ferramenta.

Basicamente, o DREX usará a plataforma do Pix, que é o método de pagamento operado pelo BACEN, permitindo transferências instantâneas. No entanto, o DREX terá como sua principal vantagem a oferta, por meio de uma plataforma segura, de produtos ou serviços financeiros que incluem crédito, investimento, seguros, entre outros.

O Instituto E-Dinheiro Brasil tem um termo de colaboração assinado com a Petrobras que objetiva, entre outros fins, aumentar a transparência e mensurar o impacto das moedas sociais. Está sendo desenhado um projeto piloto para acompanhar um programa de benefícios municipais que esteja sendo pago em moeda social na plataforma E-Dinheiro com recursos oriundos dos royalties de petróleo (MELO, 2023, p. 58)

Como apresentado acima, esses avanços tecnológicos somados à participação da Plataforma E-Dinheiro na parceria junto a Petrobras, irão contribuir para aumento da transparência e segurança do E-Dinheiro nos próximos anos, garantindo um avanço significativo para a rede brasileira de BCDs e consequentemente para ampliar as ações dos BCDs, além de colocá los diretamente no debate das criptomoedas.

5.2.3 E-Dinheiro e as políticas públicas

Neste item, é importante destacar que esses avanços têm suas raízes nos primeiros diálogos construídos no estado do Ceará e inicialmente com uso de parcerias para uso de programas sociais pagos em moedas sociais locais, que anos mais tarde serviriam de base para criação das primeiras leis municipais.

Mas precisamos pontuar que a luta travada pelos bancos comunitários de desenvolvimento da rede brasileira em busca da construção e efetivação de políticas públicas, não depende apenas deles como nos aponta o professor

Vanderson Carneiro:

Assim, por um lado a sociedade civil assume a execução eficiente de políticas públicas, mas sem participar na tomada de decisão, que ainda fica restrita ao Estado. De outro lado, a sociedade civil, para compensar a retração do Estado, assume responsabilidades antes exclusivas do Estado, mas esta responsabilidade sai do campo dos direitos sociais e passa para um terreno da moral (CARNEIRO, 2012, p. 56).

Carneiro nos faz refletir sobre uma crítica à diminuição do papel do Estado na garantia de direitos sociais ao mesmo tempo que é feita uma transferência dessa responsabilidade para a sociedade civil, que não tem o mesmo poder de decisão e cuja atuação pode ser vista mais como uma questão moral do que um direito assegurado.

Essa eficiência na construção e execução das políticas públicas fica evidente onde já estão em curso as leis de moedas sociais, e como foram sendo moldadas a partir da realidade dos BCDs locais que muitas vezes sem apoio estatal tocaram e ampliaram suas ações, assumindo assim em várias situações o papel do poder público, como no caso do Banco Palmas, que calçou ruas, instalou esgotamento sanitário, construiu praça entre outros serviços públicos em seu território empobrecido, enquanto o estado chega com pouquíssimas ações pontuais.

Carneiro ainda nos aponta que desta forma, a cidadania é identificada e reduzida à solidariedade com os pobres, sendo esta solidariedade destituída de todos seus aspectos políticos, sendo apenas entendida como caridade (CARNEIRO, 2012).

Abaixo podemos ver o surgimento em ordem cronológica e por estado dos primeiros diálogos com gestões municipais para criação de programas sociais até a implementação da primeira experiência robusta de política pública com uso de moeda municipal no Brasil no Estado do Rio de Janeiro.

	Município	Estado		Moeda
1	Paracuru	CE	2004	PAR
2	Palmácia	CE	2005	Palmeira
3	São João do Arraial	PI	2007	Cocal
4	Silva Jardim	RJ	2010	Capivari
5	Maricá	RJ	2013	Mumbuca

Tabela 02 - Ordem de surgimento das experiências municipais de uso de moeda social
Fonte: Construção do Próprio autor

A promulgação da primeira lei, a nº 112/2007, possibilitou o convênio com o Banco dos Cocalis, em parceria com a assistência técnica do Instituto Palmas. Essa legislação foi concebida e implementada em São João do Arraial, uma cidade localizada a 200 km de Teresina, no Piauí. Num cenário, onde os residentes enfrentaram a carência de instituições bancárias públicas ou privadas, destacando a importância das medidas adotadas para estimular o desenvolvimento econômico e social local.

Esse marco foi seguido pela implementação da Lei nº 114/2007, criando o Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio à Economia Solidária. Esta última viabilizou a alocação de recursos orçamentários para respaldar a emissão de Cocalis e apoiar iniciativas de geração de trabalho e renda no município.

Tanto a Lei nº 112/2007 quanto a Lei nº 114/2007 representaram inovações na gestão pública, fornecendo um modelo viável para o apoio sistemático a projetos sociais no território. Essas leis não se limitaram apenas à transferência de recursos financeiros, mas também estabeleceram bases sólidas para o fortalecimento das comunidades e o fomento de iniciativas de inclusão social através da Economia Solidária.

Esse exemplo da cidade de São João do Arraial no Piauí é o que Carneiro nos aponta, neste caso de levar ao entendimento de políticas públicas de economia solidária mais alternativa e emancipatória (CARNEIRO, 2012). Essa experiência abre portas para que possamos refletir sobre o real papel do apoio do estado ao movimento de economia solidária.

Já em 2010 o Banco Capivari, em Silva Jardim no Rio de Janeiro também realizou a implementação da sua legislação local para uso de sua moeda física em âmbito municipal, mas ainda sem um conjunto encorpado de ações de economia solidária e fundo municipal de apoio à política pública, como seria construído em Maricá-RJ 3 anos depois.

Em 2013, impulsionado pela Lei das FINTECHs, e com uso da Plataforma E-Dinheiro, surge o Banco Comunitário Popular Mumbuca, no estado do Rio de Janeiro. Já em 2017 o município começa a adesão à plataforma do E-Dinheiro.

Em outubro de 2017, o Instituto E-Dinheiro Brasil sai vencedor do novo chamamento público para a gestão da moeda mumbuca, realizado pela prefeitura de Maricá. Assim, a plataforma E-Dinheiro, do instituto, passa a substituir o sistema da Vale Shop (MELO, 2023, p. 67).

Observamos a partir desta experiência um aumento significativo no número de municípios brasileiros que passaram a construir suas próprias legislações, estabelecendo fundos e conselhos municipais, para implementação dos bancos comunitários municipais e suas moedas sociais a partir da plataforma E-Dinheiro.

Isso nos leva a acreditar ainda na força dos BCDs e na importância da inserção dessa temática na agenda governamental e o sentido dado a ela, e relacionar esses aspectos à prática da economia solidária (CARNEIRO, 2012).

Essas leis permitiram que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento construíssem programas de transferência de renda, microcrédito e educação financeira, utilizando recursos provenientes de fundos municipais de Economia Solidária.

A plataforma E-Dinheiro, também permitiu que empresas privadas pudessem interagir com os BCDs principalmente no momento da Pandemia de COVID-19, através de transferência de renda direta por meio de repasses de recursos aos moradores para criação de rendas básicas.

Quando as doações chegavam no E-Dinheiro Brasil, o equivalente a R\$ 200,00 era depositado nas contas digitais dos/as beneficiários/as em moeda social. Cada beneficiário/a fazia suas compras no comércio local (MELO, 2023, p. 67).

A plataforma E-Dinheiro possibilitou uma ação que antes não era visível

para os gestores públicos devido à falta de regulamentação sobre o tema no Brasil: o uso de moedas sociais municipais.

As políticas públicas, incluindo a criação de legislações municipais, exercem uma influência significativa sobre as atividades e operações dos BCDs. Legislações locais estabeleceram diretrizes para o funcionamento dos BCDs municipais, definindo o escopo de suas atividades e até mesmo fornecendo recursos financeiros ou incentivos para apoiar suas iniciativas.

O Banco Mumbuca em Maricá, no Rio de Janeiro, foi o primeiro a apresentar esse impacto, abrindo precedente para a implementação deste modelo de política pública em outros municípios do Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras regiões do Brasil, como podemos ver na tabela a seguir por ano de construção dos bancos comunitários municipais.

	Município	Estado		Moeda
1	Lauro de Freitas	Bahia	2019	Ipatinga
2	Limoeiro de Anadia	Alagoas	2019	Livre
3	Porciúncula	Rio de Janeiro	2021	Elefantina
4	Cabo Frio	Rio de Janeiro	2021	Itajuru
5	Niterói	Rio de Janeiro	2021	Araribóia
6	Itaboraí	Rio de Janeiro	2021	Pedra Bonita
7	Indiaroba	Sergipe	2022	Aratu
8	Iguaba Grande	Rio de Janeiro	2022	Caboclinho
9	Saquarema	Rio de Janeiro	2022	Saqua
10	Itanhandu	Minas Gerais	2022	Tonite
11	Santiago	Rio Grande do Sul	2023	Pila Verde
12	Macaé	Rio de Janeiro	2023	Macaíba
13	Petrópolis	Rio de Janeiro	2023	Ipê Amarelo

Tabela 03 - Ordem de surgimento das leis municipais de uso de moeda social

Fonte: Construção do Próprio autor

É importante ressaltar que destas leis, apresentadas na tabela anterior, até o momento de realização desta pesquisa em 2023, Limoeiro de Anadia-AL, não está circulando, Petrópolis-RJ, Lauro de Freitas-BA e Macaé-RJ estão em processo de implementação e Itanhandu-MG falta finalizar a legislação. Mesmo assim, é possível visualizar que nos últimos 5 anos houve um aumento considerável de experiências de leis de ECOSOL com moeda social digital no país.

As políticas públicas de economia solidária muitas vezes se alinham com as iniciativas promovidas pelos BCDs, como programas de transferência de renda e

microcrédito. Essas políticas podem oferecer suporte institucional, financeiro e regulatório aos BCDs, fortalecendo suas atividades e ampliando seu impacto na comunidade.

Esse exemplo de fortalecimento da economia local a partir de uma legislação própria, pode ser visto em Indiaroba, cidade do interior do Estado de Sergipe, que passou a ser uma referência na temática dentro da rede brasileira de BCDs, como podemos ver no artigo 2º da lei que criou o banco comunitário municipal.

Artigo 2º - Entende-se por Banco Digital Popular de Indiaroba um arranjo de pagamento pré-pago, de uso restrito, não pertencente ao Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) conforme estabelecido na lei Nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e regulamentação n. 4.282 do Banco Central do Brasil. As transações serão totalmente digitais, sem uso de papel. Cujo objetivo será fazer a Gestão da Moeda Social e promover o desenvolvimento socioeconômico do município, baseado nos princípios da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável (LEI 645/2022, 2022).

Percebemos o impacto das políticas públicas locais na redução da pobreza e inclusão financeira, com mais de uma dezena de BCDs municipais espalhados pelo país, onde as políticas públicas locais desempenham um papel crucial na redução da pobreza e na promoção da inclusão financeira nas comunidades onde os BCDs estão presentes.

Essas políticas criam um ambiente favorável para o desenvolvimento de iniciativas econômicas inclusivas, fornecendo recursos, capacitação e suporte técnico aos BCDs e outras organizações da economia solidária, através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, como nos aponta a Lei de Indiaroba.

Artigo 5º- Para criação, implantação e suporte ao Banco Digital Popular de Indiaroba a Prefeitura Municipal poderá celebrar Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação com organizações da sociedade civil, conforme Lei nº 13.019/2014, denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil MROSC (LEI 645/2022, 2022).

Portanto, as políticas públicas locais têm um impacto significativo nas atividades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, influenciando desde sua estrutura operacional até o alcance de seus objetivos de redução da pobreza e

promoção da inclusão financeira.

Mas resta-nos indicar diferenciações na concepção das políticas públicas de economia solidária, de modo que essas diferenciações possam ser analisadas a partir destas condições e atuações dos atores na construção da política (CARNEIRO, 2012), onde o apoio institucional e regulatório fornecido pelas políticas públicas de economia solidária possa fortalecer ainda mais o papel dos BCDs como agentes de transformação social e econômica em suas cidades.

No momento da escrita desta dissertação, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários está liderando uma campanha nacional contra o Projeto de Lei 4476/2023, que busca regulamentar as moedas sociais no Brasil. Esse projeto, apresentado pelo Deputado Caio Vianna (PSD/RJ), estabelece definições para as moedas sociais e regula sua emissão e transações usando tecnologia de registro distribuído.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários enxerga com preocupação a falta de envolvimento popular e do setor das finanças solidárias ligado diretamente ao tema no processo de elaboração da política pública. Essa preocupação vem diante de outras leis construídas no Brasil, que pode levar a regulamentações desconectadas da realidade dos bancos comunitários, Como é o caso da LEI 9612/1998, que regulamenta as Rádios Comunitárias no País e que hoje também sofre pressão para modificação, pois segundo movimentos ligados ao tema a lei mais prejudica que ajuda a criação de novas rádios comunitárias, após a aprovação da lei pelo congresso.

A rede brasileira de BCDs, vê que o texto do projeto de lei não reflete adequadamente as necessidades dos bancos comunitários, ameaçando suas iniciativas de desenvolvimento local, inclusão financeira e empoderamento econômico. Assim como a lei das Rádios Comunitárias (RADCOM), a organização acredita que a regulamentação proposta da forma como está, pode criar obstáculos para as atividades dos bancos comunitários e limitar sua capacidade de promover mudanças positivas nas comunidades onde atuam.

Um exemplo disso foi a enquete do Congresso Nacional sobre o PL 4476/2023, que mostrava uma resposta parcial desfavorável ao projeto, indicando

que a opinião pública compartilha das preocupações levantadas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

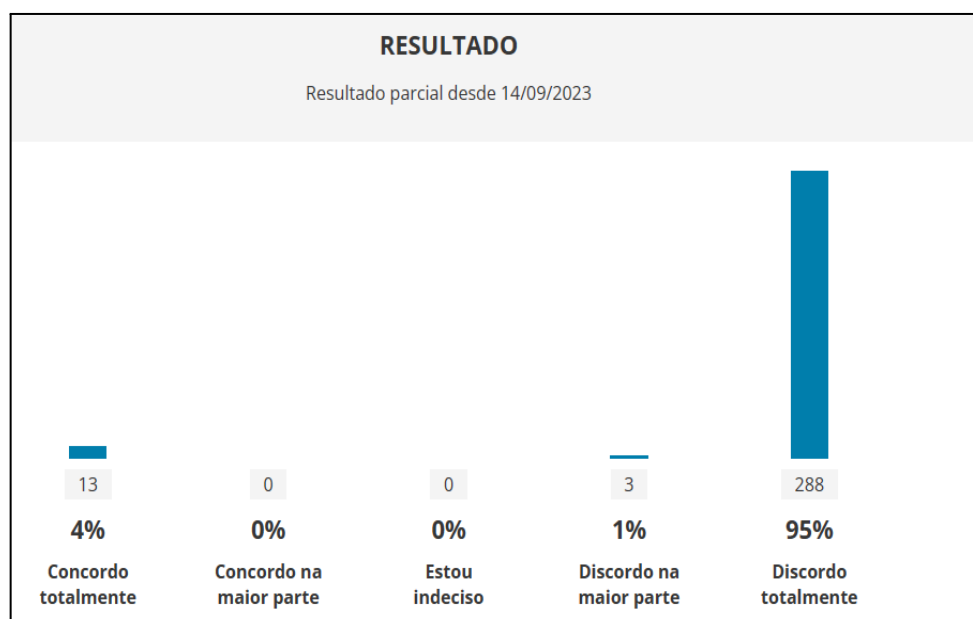


Gráfico 04: Resultado parcial da enquete do PL 4477/2023

Fonte: Congresso Nacional

A oposição ao projeto de lei das moedas sociais demonstra a importância de incluir a participação popular e dos principais atores na formulação de políticas públicas para garantir que elas sejam eficazes e justas e que atendam realmente às necessidades dos grupos a quem pretende atingir.

5.2.4 E-Dinheiro e o ODS 8

A Organização das Nações Unidas, construiu em setembro de 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que passou a ser adotada por 193 Estados Membros, após diversos processos globais participativos coordenados pela ONU, o plano de ação universal visa abordar questões como desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza e inclusão social.

Ele é composto por uma declaração ambiciosa, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e mecanismos de acompanhamento e avaliação, a agenda busca um mundo livre de problemas como pobreza, doença e desigualdades.

Os ODS, estão divididos em 17 objetivos e 169 metas, abrangendo dimensões ambientais, econômicas e sociais. A sua implementação requer

parcerias e solidariedade entre governos, setor privado, sociedade civil e a ONU, conforme delineado no seu objetivo número 17.

O acompanhamento global é realizado pelo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Dados de qualidade são essenciais para monitorar o progresso em direção aos objetivos e metas, e a implementação também se baseia em estratégias e programas de ação existentes em todo o mundo.

Um ponto pouco explorado sobre a Plataforma E-Dinheiro é como essa ferramenta, mesmo quem sem ter sido construída para essa finalidade, vem sendo cumpridora do ODS 8, que trata da inclusão financeira no mundo, principalmente dos mais pobres.

Quando analisamos os dados referentes ao Indicador 8.10.1 - Número de agências do segmento bancário, número de caixas de atendimento (ATMs) do segmento bancário e outros, e número de pontos de atendimento, por 100 mil adultos (unidades) - Brasil - 2009 - 2022 (ODS BRASIL, 2023), obtemos os seguintes dados quando realizamos o recorte a partir de 2015.

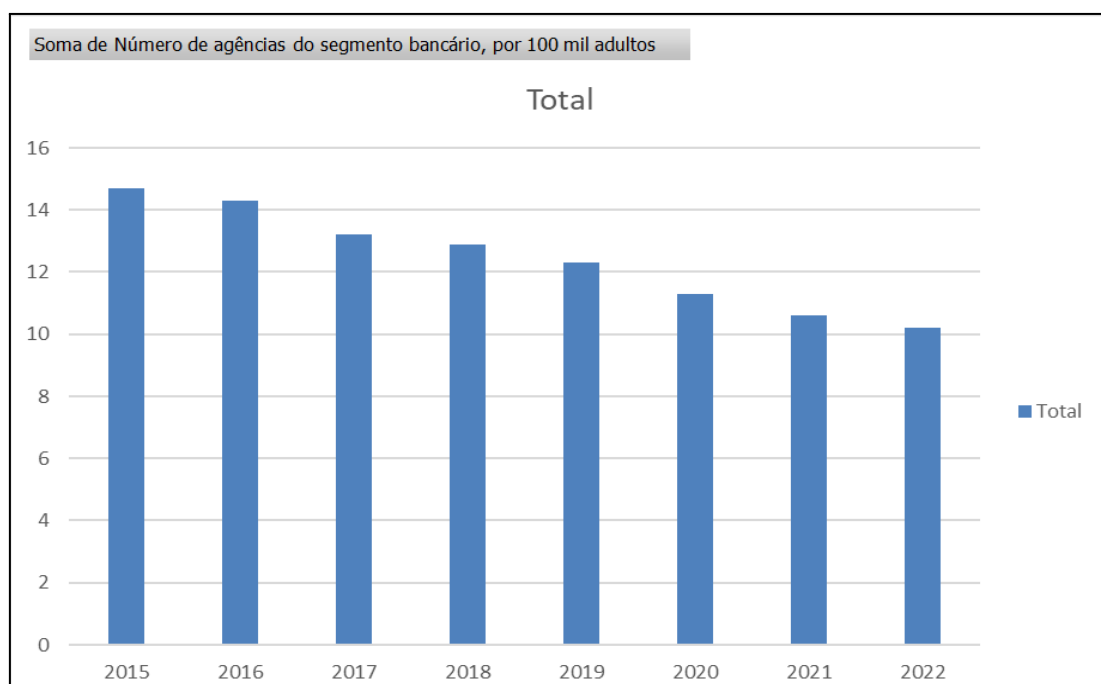


GRÁFICO 05: Soma de número de agências do segmento bancário, por 100 mil adultos

Fonte: ODS BRASIL

Percebemos a partir destes dados que o sistema bancário convencional, não está preocupado com superação desde ODS, em especial com a abertura de agências físicas, a média do número de agências bancárias abertas durante este período de 8 anos foi de aproximadamente 13.66.

Isso representa uma diminuição de 4,5%, no número de agências bancárias representa aproximadamente uma diminuição de 30,61%, no número de agências bancárias ao longo desses anos, um resultado negativo porque estamos falando de uma diminuição ou queda no número de agências.

Portanto, a diminuição de 4.5 agências bancárias ao longo desses anos está associada a um impacto populacional negativo de aproximadamente 6.147,000 pessoas no Brasil, assumindo a média de 100.000 habitantes por agência. Isso implica que uma parte da população pode ter experimentado dificuldades de acesso a serviços bancários devido à redução no número de agências.

Quando falamos dos famosos caixas 24 horas ou caixas eletrônicos nas próprias agências, também percebemos uma diminuição.

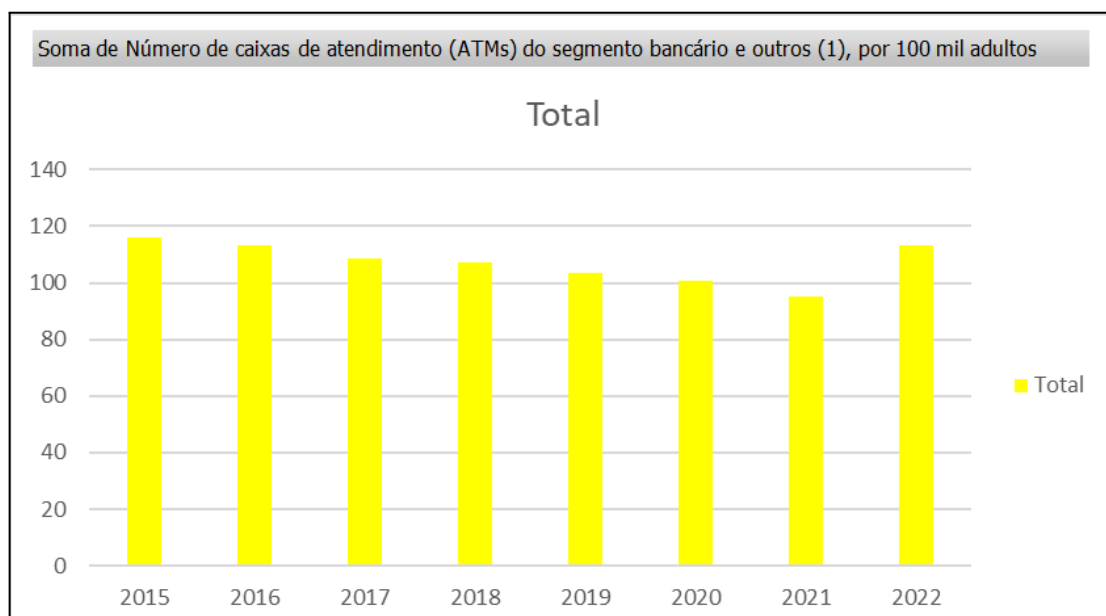


GRÁFICO 06: Soma de número de caixas de atendimento (ATMs) do segmento bancário, por 100 mil adultos
Fonte: ODS BRASIL

Essa diminuição, representa portanto, uma média do número de ATMs por 100 mil adultos ao longo desses anos de aproximadamente 107.15. Percebe-se que houve uma diminuição de 2,9% equivalente a 2,5% no número de ATMs ao

longo desses 8 anos.

O resultado também é negativo neste item, embora o ano de 2022 aponte um aumento, puxado pela pandemia de COVID-19, que criou uma situação propícia ao isolamento social e diminuição do uso de agências físicas e aumento no uso de terminais eletrônicos nas agências.

A plataforma E-Dinheiro, embora não tenha sido concebida com esse intuito, acabou se mostrando um grande aliado e ferramenta para resolução do ODS 8, no que se refere a: contribuição para a inclusão financeira, onde a Plataforma E-Dinheiro pode contribuir de significativamente para o cumprimento do ODS 8, especificamente em termos de inclusão financeira.

Ao oferecer uma infraestrutura digital para transações financeiras somada a implementação de agências locais, a plataforma torna mais acessível e conveniente para as comunidades marginalizadas, como aquelas atendidas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, acessarem serviços financeiros básicos, microcrédito e transferências, podendo ampliar essas ações no futuro com a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias para a realização de poupança e outros serviços como recebimentos de benefícios federais e estaduais.

Alguns dos principais desafios enfrentados pela Plataforma E-Dinheiro ao buscar alinhar suas operações com as metas do ODS 8 incluem questões relacionadas à infraestrutura de acesso, educação financeira, segurança cibernética e inclusão digital. Garantir que a plataforma seja acessível e segura para todos, independentemente do nível de educação financeira ou habilidades digitais, pode ser um desafio significativo.

Não existem estudos que demonstram a relação entre a atuação da Plataforma E-Dinheiro e a redução da desigualdade social e econômica nas comunidades onde os BCDs estão presentes. Mas ao facilitar o acesso a serviços financeiros e oportunidades econômicas, a plataforma pode ajudar a reduzir as disparidades de renda e promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

Portanto, a Plataforma E-Dinheiro pode desempenhar um papel

fundamental no avanço do ODS 8, especialmente no que diz respeito à inclusão financeira de comunidades marginalizadas.

No entanto, enfrenta desafios importantes no processo de alinhamento com as metas do ODS 8, que precisam ser abordados junto aos gestores municipais, estaduais e federal para maximizar seu impacto positivo na redução da desigualdade social e econômica. Embora o ODS 8 seja de primeira ligação a plataforma E-Dinheiro vem realizando, não podemos esquecer dos outros ODS que de forma indireta os BCDs da rede atuam, através do que a rede brasileira de BCDs vem chamando de **Moedas Sociais Ambientais**.

As moedas sociais ambientais são aquelas voltadas para projetos relacionados à questão climática. A maioria circula na cadeia de reciclagem, pagando em moeda social digital (cartão ou aplicativo) quem leva resíduos sólidos ou orgânicos até os locais de coleta, geralmente chamados de ecopontos. O funcionamento é o mesmo das demais moedas sociais (MELO, 2023, p. 64).

Hoje na rede vários BCDs atuam com resíduos sólidos, que é o foco do **ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis**, que trás em sua Meta 11.6 a Gestão de resíduos sólidos: políticas de coleta e tratamento de "lixo" sólido e semissólido, proveniente das residências, das indústrias, dos hospitais, do comércio, de serviços de limpeza urbana ou da agricultura.

As moedas sociais ambientais circulam por meio da plataforma E-Dinheiro já tem números bem relevantes. São 107 pontos recolhendo recicláveis, mais de vinte mil toneladas /mês de resíduos recolhidos e quase três milhões/ano pagos em moeda social que cuida do planeta e fortalece os pequenos comércios de bairro, gera e distribui riqueza (MELO, 2023, p. 69)

Nesta meta, o E-Dinheiro destacou-se como um contribuinte significativo, promovendo uma movimentação expressiva somente no ano de 2022, em parceria com prefeituras e o governo do Estado do Rio de Janeiro, totalizando quase R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), como visto na tabela a seguir.

Município	Estado	Quantidade de Ecopontos	Valor em 2022 (R\$)
Porciúncula	Rio de Janeiro	2	15.000,00
Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5	26.648,98
Batalha	Alagoas	0	80.000,00
Belém	Pará	10	312.493,80
Santiago	Rio Grande do Sul	5	
Fortaleza	Ceará	90	2.520.000,00
Total	-		2.954.142,78

Tabela 04 - Valores movimentados pelas moedas sociais ambientais em 2022

Fonte: Construção do Próprio autor

Outro ODS que os BCDs da rede começaram a atuar indiretamente é o número **7. Energia Acessível e Limpa**, que busca garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. Ação que começou a ser construída nos Banco Paju em Maracanaú-CE e no Banco Jardim Botânico em João Pessoa-PB.

Mais recentemente o Banco Comunitário Jardim Botânico, na comunidade São Rafael, em João Pessoa, na Paraíba, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), construiu a Cooperativa de Energia Solar Solidária (ENERGISOL) com objetivo de criar um Fundo Rotativo Solidário a partir de créditos solares, barateando as contas das famílias, ao mesmo tempo que acumula recursos para lastrear as moedas sociais e investir no território (MELO, 2023, p. 71).

Essa experiência construída na Paraíba, embora ainda não haja estudos específicos sobre, já aponta parte de uma provável solução para a construção de lastros para as moedas sociais dos bancos Comunitários da rede brasileira, a partir da venda dos créditos de energia.

Seja como for, na reciclagem de resíduos sólidos ou com a criação de usinas solares, ou em outros campos da sustentabilidade os BCDs da rede brasileira se aproximam cada vez mais dos ODS e do campo ambiental, mostrando que esses dois setores de vários outros que são fundamentais para os próximos passos das moedas sociais ambientais e consequentemente do crescimento local sustentável, através da economia solidária, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento.

5.2.5 E-Dinheiro em números

Aqui, podemos analisar os dados fornecidos pela equipe da plataforma E-Dinheiro, os quais oferecem uma visão mais nítida dos avanços alcançados com a implementação dessa ferramenta na rede brasileira de bancos comunitários e nas gestões municipais que adotaram seu uso em políticas públicas ao longo dos últimos 10 anos.

Esses dados nos fornecem percepções valiosas sobre o impacto positivo que o E-Dinheiro tem gerado, tanto em termos de inclusão financeira quanto no fortalecimento das economias locais. Ao analisar essas informações de maneira mais aprofundada, podemos entender melhor como essa plataforma tem contribuído para o desenvolvimento sustentável das comunidades e para a promoção da igualdade de oportunidades econômicas.

O primeiro deles é que dos **138 (cento e trinta e oito)** Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) cadastrados na plataforma, apenas **80 (oitenta)** estão atualmente utilizando a ferramenta de forma ativa, representando cerca de 57,97% do total de BCDs registrados. Os outros 58 BCDs, ou seja, cerca de 42,03% dos BCDs, não estão realizando qualquer tipo de movimentação, como podemos ver no gráfico a seguir:

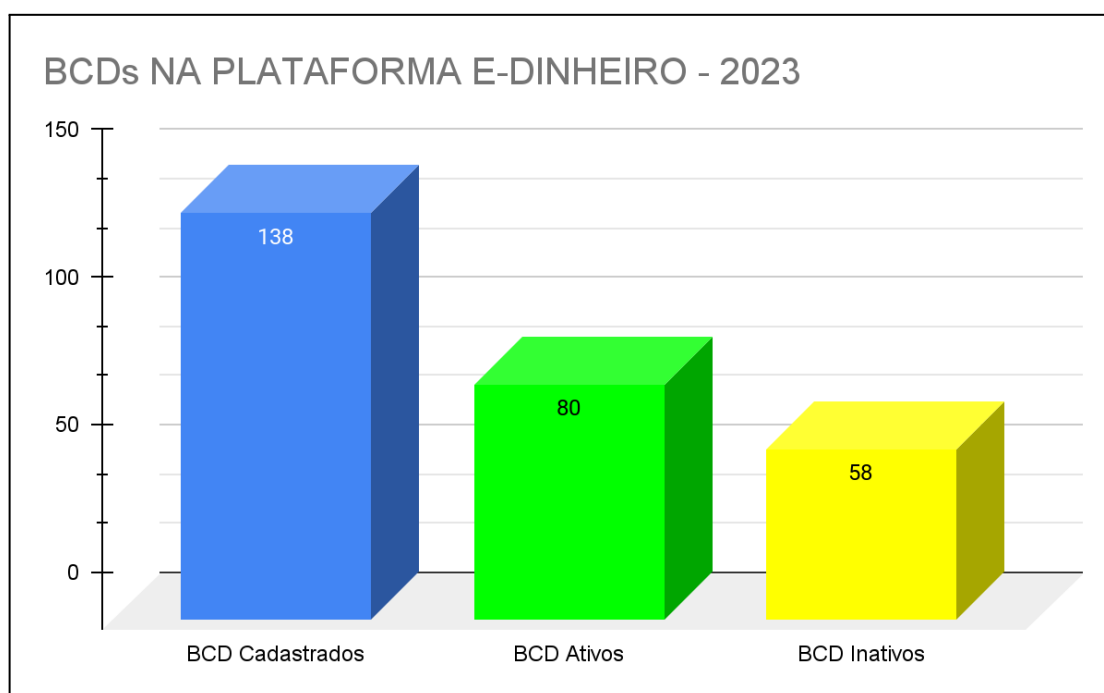


Gráfico 07: BCDs na plataforma E-Dinheiro 2023

Fonte: Construção do próprio autor.

Este cenário indica que há uma parcela significativa de BCDs que, embora cadastrados no E-Dinheiro, não estão participando ativamente do sistema, o que pode refletir desafios ou limitações no uso da plataforma, para esses bancos comunitários.

A não utilização da ferramenta pelos demais BCDs pode ser atribuída a diversos fatores, sendo os mais comuns apontados pelo Instituto E-Dinheiro Brasil: A suspensão das atividades de alguns bancos, a falta de acesso à internet em determinados territórios, a ausência de uma equipe capacitada para operar a plataforma e a falta de lastro na moeda digital para movimentar o aplicativo.

Esses obstáculos destacam a necessidade de abordagens adaptativas e medidas de suporte para garantir a participação efetiva de todos os BCDs na plataforma E-Dinheiro.

Quando analisamos os dados disponibilizados pelo Instituto e-Dinheiro Brasil, vemos que dos BCDs cadastrados e ativos na plataforma, **125 (Cento e vinte e cinco)** deles são o que a rede brasileira de BCDs chama de Bancos Raíz ou convencionais, aqueles mantidos por alguma organização da sociedade civil (OSC), de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), eles ainda são maioria na rede e no uso da plataforma como podemos ver no gráfico a seguir.



Gráfico 08: Percentual dos BCDs por tipo no E-Dinheiro em 2023
Fonte: Construção do Próprio autor

Por sua vez, **13 (Treze)** são os chamados bancos municipais, aqueles criados a partir de leis municipais de economia solidária, sendo eles os que mais movimentam valores na plataforma E-Dinheiro atualmente.

O destaque deste modelo de BCD fica por conta do Banco Mumbuca em Maricá-RJ, em 2023 o maior movimentador com uma média de **R\$ 30 milhões** por mês dentro da plataforma, segundo dados disponibilizados pelo Instituto E-Dinheiro Brasil.

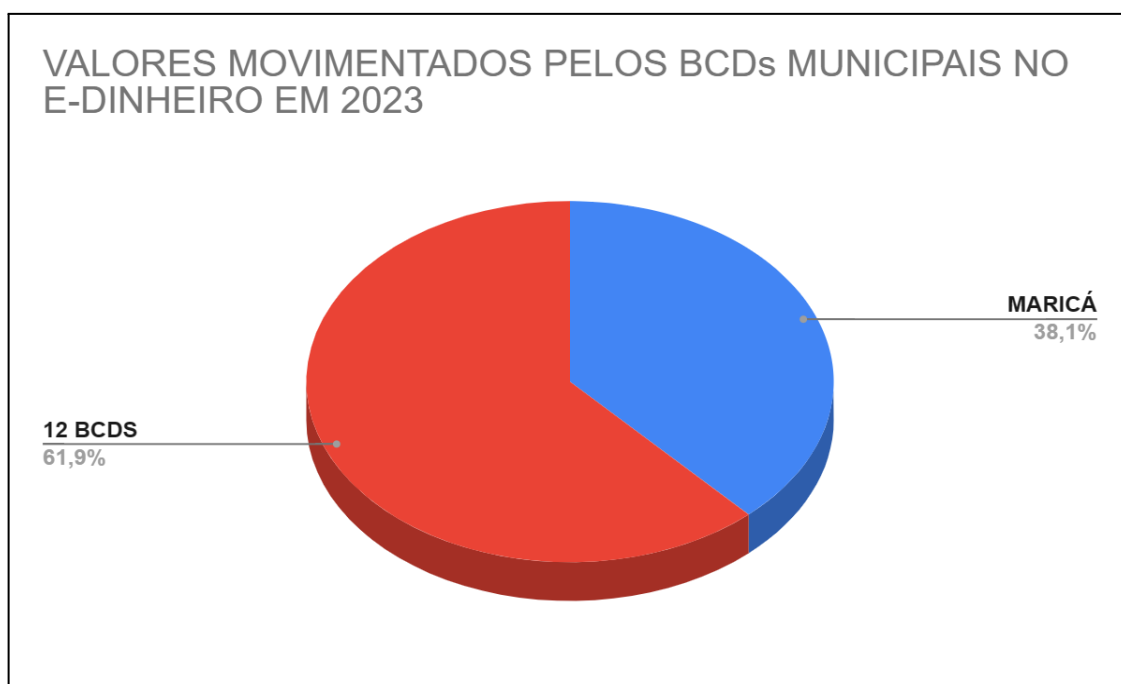


Gráfico 09: Valores movimentados pelos BCDs municipais no E-Dinheiro em 2023

Fonte: Construção do Próprio autor

Esse valor movimentado pelo Banco Mumbuca, correspondia a cerca de **38,18%** do valor total dos **R\$ 78.637.730,91** (setenta e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta reais e noventa e um centavos) movimentados mensalmente na plataforma.

Aqui, podemos identificar uma dicotomia entre os Bancos Comunitários de Desenvolvimento convencionais, que embora representem cerca de 90,6% do total na plataforma, contra apenas 9,4% de BCDs municipais, a movimentação financeira entre eles é significativamente diferente.

Essa discrepância pode ser percebida pelo fato das administrações municipais terem feito investimentos consideráveis para impulsionar suas moedas sociais, resultando em uma movimentação financeira muito maior em comparação com os BCDs convencionais. Isso nos demonstra como o apoio institucional pode afetar a dinâmica de circulação das moedas sociais e, consequentemente, a atividade econômica dentro da plataforma.

Um dado significativo da plataforma E-Dinheiro, é o valor total movimentado pela ferramenta desde sua fundação até o ano de 2023, ano de referência da disponibilização dos dados para a pesquisa, neste período a plataforma alcançou

um montante movimentado de **R\$ 1.716.613.626,72 (Um bilhão, setecentos e dezesseis milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos)**.

Algumas fintechs brasileiras conseguiram captar, embora em volumes menores. Segundo a plataforma SlingHub, as rodadas somaram US\$ 2,6 bilhões – menos da metade do que foram em 2021 (US\$ 5,6 bilhões) e ainda abaixo de 2022, quando captaram US\$ 3,4 bilhões (SITE FINSIDERSBRASIL, 2023).

Como destacado na citação acima, com base em uma pesquisa divulgada pelo site da Finsidersbrasil, percebemos que, apesar do E-Dinheiro ter movimentado mais de R\$ 1 bilhão, esse valor ainda representa uma fração consideravelmente menor quando comparado ao volume transacionado pelas fintechs tradicionais do sistema financeiro brasileiro, que atingem cifras na ordem dos bilhões de dólares.

O gráfico a seguir compara o valor movimentado pelo E-Dinheiro até 2023 com as captações feitas por fintechs brasileiras em 2021, 2022 e 2023. O E-Dinheiro movimentou um total de R\$ 1.716.613.626,72, enquanto as fintechs tradicionais captaram valores em dólares, convertidos para reais usando uma taxa de câmbio média de 5 R\$/USD em 2023 e embora haja uma queda nos anos de 2022 e 2023 os valores ainda representam uma diferença estratosférica.

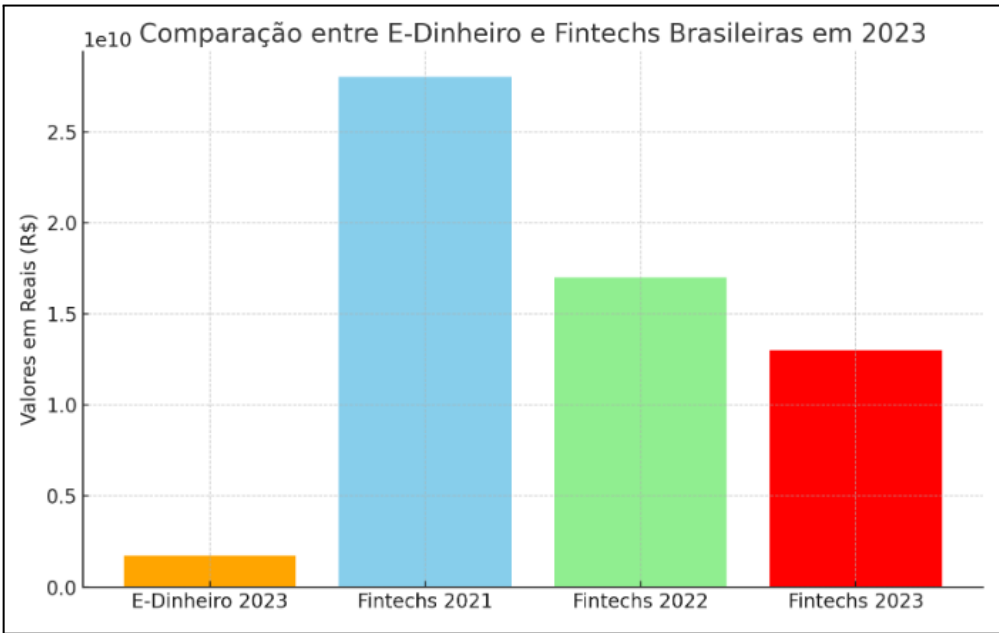


Gráfico 10: Comparação entre o E-Dinheiro e Fintechs Brasileiras em 2023
Fonte: Construção do Próprio autor

Esse contraste evidencia a discrepância de escala entre as operações do E-Dinheiro e as das fintechs consolidadas, ressaltando o desafio de competir com instituições financeiras mais estabelecidas no mercado. É importante notar que estas contam com capital privado e amparo nas legislações, muitas vezes construídas para apoiar essas empresas.

Mesmo assim do montante movimentado pelo E-Dinheiro, foram reservados 2%, o equivalente a **R\$ 34.332.272,53 (Trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**, para reinvestimento dentro dos próprios territórios.

Esses milhões têm sido destinados a fundos de créditos produtivos, a juro zero, muito irrisórios. Apoio a atividades culturais e esportivas, obras sociais e estimulou a feira solidária de produtores locais, cursos de cooperativismo e associativismo, melhoria na plataforma, entre outros (MELO, 2023, p. 81).

Esse valor percentual destinado dentro da plataforma, pode ser utilizado pelos BCDs para uma variedade de iniciativas em seus respectivos territórios que alinhadas com as políticas de crédito dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Rede Brasileira, visam potencializar os pequenos produtores e consumidores locais, além de fortalecer as ações econômicas regionais e manter a plataforma em funcionamento.

Esta estratégia de uso de um percentual de movimentação dentro do E-Dinheiro, vai fortalecendo cada vez mais o crescimento sustentável e o desenvolvimento das comunidades atendidas pela plataforma, ao distribuir os valores movimentados para construir uma rede de apoio mútuo e crescimento coletivo e territorial, gerido pelos seus próprios BCDs.

Segundo os dados do Instituto E-Dinheiro Brasil, a movimentação atual mensal dentro da plataforma gira em torno de **R\$ 78.637.730,91 (Setenta e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta reais e noventa e um centavos)**.

Um ponto importante a ser percebido aqui é que essa movimentação vem sendo puxada basicamente pelos BCDs das cidades que construíram suas

legislações e implementaram suas moedas sociais municipais, e que realizam repasses de valores significativos através das suas políticas de transferência de renda locais.

O Banco Mumbuca representaria cerca de 38,2% da movimentação total, enquanto os outros 137 bancos representam cerca de 61,8%, isso mostra o impacto de uma experiência apoiada e mantida com recursos públicos, como acontece em Maricá.

Mas ao analisar os dados da plataforma, percebemos que alguns bancos comunitários convencionais, já começam através de parcerias, também a realizar grandes movimentações em seus territórios, perceberemos isso mais a frente ao visualizar três experiências de BCDs convencionais/raíz da rede.

Outro dado importante disponibilizado pela plataforma, aponta que a até dezembro de 2023, mês de referência da coleta de dados desta pesquisa, a mesma possuía, **248.283 (Duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e três)** usuários cadastrados na no E-Dinheiro.

Destes usuários cadastrados, **186.439 (Cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove)**, eram **mulheres** usando a plataforma E-dinheiro, o que correspondia a aproximadamente a 75.07% do total de usuários como podemos ver no gráfico a seguir.

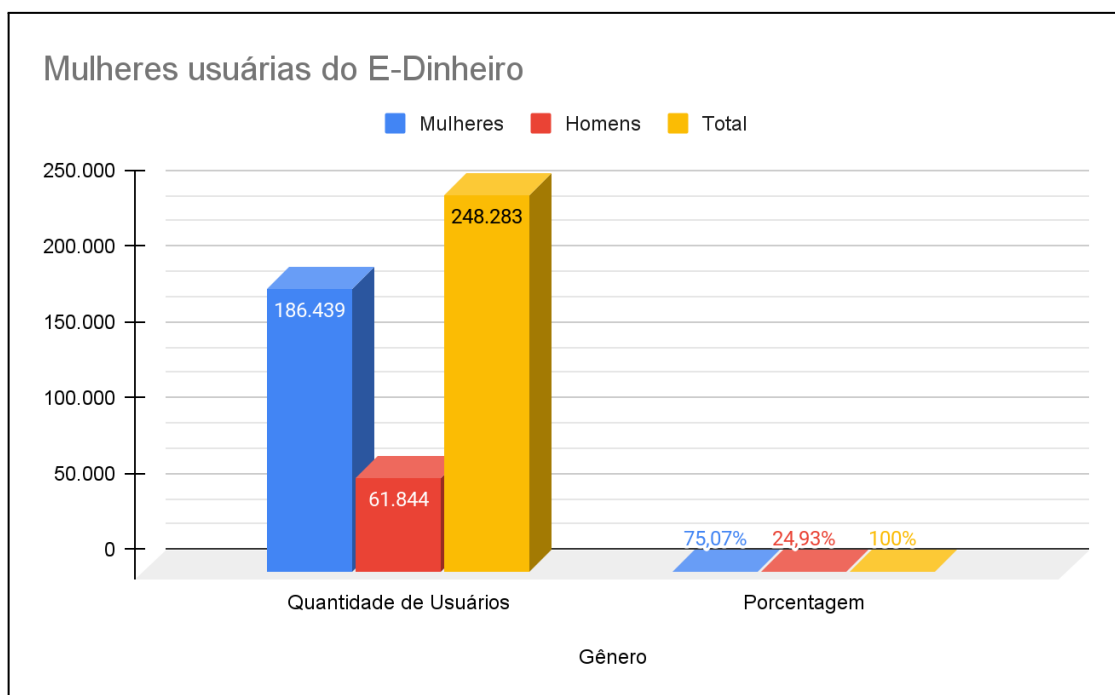


Gráfico 11: Mulheres usuárias do E-Dinheiro
Fonte: Construção do Próprio autor

Esse dado ressalta dois pontos cruciais. Primeiramente, destaca um dos princípios fundamentais da economia solidária: a participação ativa das mulheres. Em segundo lugar, oferece um panorama do atual cenário das periferias brasileiras, onde a maioria das mulheres desempenha o papel de provedoras do lar.

Dados de 2022 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua plataforma, mostram que a população total do Brasil atualmente alcança 203.080.756 pessoas. Dentre esses números, a população feminina registra um total de 104.548.325, enquanto a população masculina se aproxima de 98.532.431 indivíduos.

Esses números não apenas destacam a representatividade numérica das mulheres, mas também evidenciam sua significativa importância socioeconômica e seu papel central nas dinâmicas familiares e comunitárias.

A plataforma também fornece dados sobre a utilização da ferramenta dos BCDs pelos comércios locais, onde até dezembro de 2023, havia um total de **23.113 (vinte e três mil, cento e treze)** estabelecimentos comerciais cadastrados no E-Dinheiro Brasil. Esses comércios abrangem uma ampla gama de setores da economia popular, formais ou informais, que vão desde mercadinhos, hortifrutis e

padarias até os próprios ambulantes que operam nos territórios atendidos pelos bancos comunitários.

Um dos atrativos para contribuir com o aumento na adesão de comércios a plataforma E-Dinheiro pode ser justamente a sua taxa reduzida de 2% sobre o valor total das transações.

Essa taxa competitiva posiciona o E-Dinheiro como uma das opções mais vantajosas no mercado brasileiro atualmente, pois sua taxa reduzida possibilita aos comerciantes locais um maior rendimento, permitindo-lhes oferecer preços mais justos e competitivos aos seus clientes.

Maquininha	Taxa de Parcelamento (%)
E-Dinheiro	2.0
Mercado Pago Point Pro 2	3.6
InfiniteSmart	5.4
PagSeguro Moderninha Smart	5.41
Stone S920 – Modo Parcelado	8.99

Tabela 05 - Percentuais cobrados por operadores de máquina de cartão em 2023

Fonte: Construção do Próprio autor

Como podemos ver na tabela acima feita com dados da coluna de (CUNHA, 2023), no site IDINHEIRO.COM, ao contrário das principais fintechs e operadoras de cartão tradicionais atuantes no mercado brasileiro atualmente, que frequentemente cobram taxas entre 3,0% e 8.99%, o E-Dinheiro oferece uma alternativa mais econômica.

A taxa reduzida do E-Dinheiro, pode beneficiar tanto os comerciantes quanto os consumidores finais, evitando que os custos adicionais sejam repassados diretamente para o preço dos produtos. Isso pode promover uma relação mais equilibrada entre os comerciantes e os clientes, contribuindo para um ambiente de negócios mais justo e transparente e solidário.

As taxas e tarifas retornam para o território para estimular a atividade produtiva local ou para ação social. No caso das moedas sociais

municipais, “aumentam a receita do município” à medida que as taxas ficam à disposição do/a gestor/a público/a para atividades de cunho social e econômico.(MELO, 2023, p. 81)

Como nos aponta Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, ao comparar os demais bancos e o aplicativo E-Dinheiro neste ponto, a fintech da rede brasileira já se apresenta como uma escolha mais econômica para os empreendimentos e usuários.

Nesta lógica de impacto no comércio local, outro dado importante apresentado pelo Instituto E-Dinheiro Brasil é que dos 23.113, cadastrados na plataforma, **15.007 (Quinze mil e sete)**, ou aproximadamente 64.83% do total são de comércios formalizados.

MEIs representam 73,6% das empresas abertas, aumento de 5,8% em relação ao terceiro quadrimestre de 2022. Foi verificada a abertura de 2.887.788 MEIs em 2023, representando um aumento de 0,6% em relação ao ano de 2022, consolidando-se o total de 11.682.765 MEIs ativos (SITE AGÊNCIA GOV, 2024).

A pesquisa acima, nos mostra que o Microempreendedor Individual (MEI) vem ocupando um papel de destaque na abertura de Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ), nos últimos anos no Brasil.

Neste sentido, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) estão intensificando seu apoio à formalização nos territórios em que atuam. Um exemplo notável desse impacto pode ser observado no Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, em João Pessoa, Paraíba, onde dos 9 comércios cadastrados no BCD, foram prestadas capacitações, oficinas e assessorias que permitiram que 5 deles pudessem se formalizar como Microempreendedores Individuais (MEIs).

Essa iniciativa dos BCDs não apenas promove a formalização dos negócios locais, mas também garante a esses comerciantes direitos previdenciários dentro do contexto trabalhista atual, já que ainda não existe uma seguridade social da Economia Solidária. Além disso, esse apoio impulsiona a melhoria e a legalidade da economia local, contribuindo para um ambiente de negócios mais sustentável e inclusivo.

Neste estudo, além de analisarmos os dados sobre o Banco Palmas, entidade gestora da plataforma E-Dinheiro, também examinamos os dados cedidos pelo Instituto E-Dinheiro Brasil, de outros BCDs, três deles: o **Banco Tupinambá** na cidade de Belém no estado do Pará, o **Banco Bem** na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo e o **Banco dos Cacaos** na cidade de São João do Arraial no estado do Piauí. Esses bancos foram selecionados para comparar o impacto do uso da plataforma em diferentes territórios da rede brasileira. Especificamente, escolhemos os exemplos destes três BCDs, pois, são os mais estruturados por região, o que nos permitiu realizar uma análise da movimentação financeira realizada na plataforma E-Dinheiro.

É importante destacar que esses BCDs foram escolhidos por estarem em diferentes regiões do país, excluindo o Banco Palmas, que é o mantenedor da plataforma e o maior movimentador dentro dela entre os BCDs considerados raiz ou mantidos por Organizações da Sociedade Civil, além da exclusão dos considerados bancos municipais como Maricá e Indiaroba.

Ano	Banco Bem	Banco Tupinambá	Banco dos Cacaos
2015	R\$ 27.613,38	R\$ 222,15	
2016	R\$ 66.935,60	R\$ 73.381,54	
2017	R\$ 71.253,31	R\$ 2.305.526,26	R\$ 1.171.814,86
2018	R\$ 126.741,24	R\$ 5.052.776,39	R\$ 1.462.208,21
2019	R\$ 202.606,93	R\$ 4.963.922,19	R\$ 2.296.947,03
2020	R\$ 411.159,61	R\$ 4.817.028,01	R\$ 2.859.990,28
2021	R\$ 2.098.939,80	R\$ 25.530.328,70	R\$ 10.608.101,86
2022	R\$ 667.282,93	R\$ 10.030.151,46	R\$ 403.441,63
2023	R\$ 936.857,15	R\$ 12.116.747,16	R\$ 245.502,60
2024	R\$ 103.078,87	R\$ 2.573.133,27	R\$ 50.193,31
	R\$ 4.712.468,82	R\$ 67.463.217,13	R\$ 19.098.199,78

Tabela 06 - Movimentação dos BCDs, Cacaos, Tupinambá e Bem na plataforma
Fonte: Construção do Próprio autor

Esses três bancos são os mais estruturados por região e desempenham um papel crucial no fomento econômico local, facilitando transações financeiras e promovendo o desenvolvimento socioeconômico em suas comunidades.

No ano de 2021, a plataforma registrou uma notável atividade nas contas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da rede brasileira, e no caso dos três utilizados na pesquisa, não foi diferente. Parte desse aumento pode ser atribuída à pandemia de Covid-19.

Durante esse período desafiador, a pandemia impulsionou a prestação de serviços essenciais, como a criação de auxílios emergenciais pelos próprios territórios ou por meio de financiadores externos que injetaram recursos nas plataformas para apoiar ações nos territórios de atuação dos bancos comunitários.

Isso acabou ampliando o número de movimentações em cada BCD, como percebemos com a tabela abaixo com os dados dos anos de 2021 de cada banco:

Ano	Banco Bem	Banco Tupinambá	Banco dos Cacaís
2021	R\$ 2.098.939,80	R\$ 25.530.328,70	R\$ 10.608.101,86

Tabela 07 - Movimentação dos BCDs convencionais da rede brasileira de 2021

Fonte: Construção do Próprio autor

Os números revelados pela movimentação financeira dos BCDs **Bem**, **Tupinambá** e **Cacaís** são mais do que meros valores, eles nos contam uma história de oportunidades e desafios em nossa sociedade e em cada território de atuação da rede brasileira de bancos comunitários.

Esses dados revelam o enorme potencial de crescimento da plataforma E-Dinheiro e destacam quantos usuários ainda permanecem à margem da bancarização nos territórios periféricos do Brasil.

Como podemos ver na movimentação total de cada BCD com base nos dados fornecidos pelo Instituto E-Dinheiro Brasil:

O Banco Bem movimentou o valor de: **R\$ 4.609.385,75 (Quatro milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).**

O Banco Tupinambá dos três foi o que mais movimentou, com um montante de: **R\$ 62.139.855,86 (Sessenta e dois milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).**

Já o Banco dos Cacaos movimentou o equivalente a: **R\$ 18.047.006,27 (Dezoito milhões, quarenta e sete mil, seis reais e vinte e sete centavos).**

Esses números não são apenas estatísticas, são histórias de vidas transformadas, são a expansão desses serviços financeiros solidários e uma oportunidade vital para incluir mais pessoas no sistema bancário, proporcionando-lhes acesso a recursos, segurança financeira e oportunidades de crescimento sustentável.

Se seguimos por este caminho, enxergamos que cada transação é uma expressão de sonhos, necessidades e um passo em direção a um futuro mais justo e solidário, livre do endividamento das comunidades periféricas, que segundo o relatório do Banco Central de 2023, em março daquele ano, havia 15,1 milhões de pessoas consideradas "endividadas de risco" no Brasil. Este número é alarmante, especialmente quando consideramos que, segundo o último censo do IBGE realizado no ano de 2022, a população brasileira era de aproximadamente 203.080.756 milhões de pessoas.

Assim, o percentual de endividados de risco em relação ao total de tomadores de crédito era de cerca de 14,2%, o maior valor já registrado pelo BACEN em sua série histórica, dado que reflete a necessidade urgente de criação de políticas públicas eficazes para lidar com esse endividamento e que promova uma maior inclusão financeira, principalmente entre as populações mais vulneráveis, atendidas pelos BCDs.

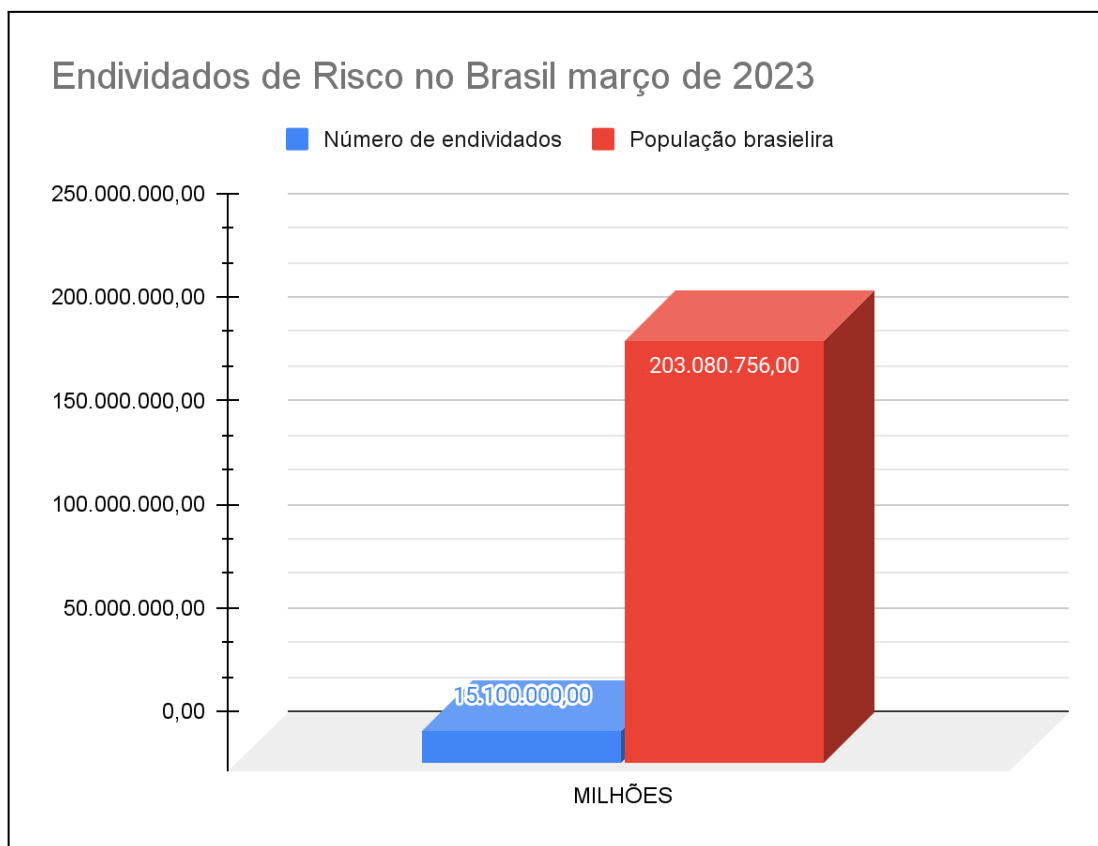


Gráfico 12: Endividados de Risco no Brasil março de 2023
Construção do Próprio autor

Enquanto esse modelo capitalista leva ao endividamento em massa da classe trabalhadora, ao mesmo tempo garante a recuperação desses valores de forma muito fácil pelos bancos convencionais, com apoio da máquina estatal, como aconteceu em 2020 no Brasil quando:

O governo brasileiro demonstrou, mais uma vez, quem pretende proteger e beneficiar. Mesmo diante de uma crise mundial de saúde com a pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica de Jair Bolsonaro segue amparando, desta vez com R\$ 1,216 trilhão, os bancos privados. No último dia 23, o presidente do Banco Central anunciou ajuda a um dos únicos setores da economia que, com lucros anuais cada vez maiores, não passam por crise (SITE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

Já nos bancos comunitários de desenvolvimento é crucial reconhecer que os 2% do total movimentado dentro da plataforma E-Dinheiro permanece diretamente no território e essa parcela é destinada a ser utilizada de maneira estratégica, visando ao crescimento econômico local e à manutenção das ações promovidas pelos BCDs e pela plataforma E-Dinheiro nos territórios de atuação da rede brasileira de bancos comunitários.

O Banco Tupinambá, é dos três BCDs convencionais analisado com os dados da plataforma, o que registrou a maior movimentação chegando em dezembro de 2023 ao montante de R\$ 62.139.855,86 ao longo dos anos de uso da plataforma, desempenhando um papel crucial na região amazônica. Se considerarmos que dessa quantia, os 2%, equivalente a R\$ 1.242.797,12, permaneceu diretamente no território, vemos que essa parcela acaba sendo essencial para impulsionar o desenvolvimento local, fortalecer a economia solidária e apoiar as comunidades circunvizinhas, por meio da abertura de pontos de finanças solidárias do Banco Tupinambá como aconteceu, ao mesmo tempo que permitiu aos moradores da Ilha do Mosqueiro pudessem ampliar seu acesso aos serviços financeiros.

Em resumo, um número que para os demais bancos e operadores de cartão convencionais pode não parecer muito alto para seus objetivos capitalistas, no E-Dinheiro é significativo. São esses 2% taxados pela plataforma E-Dinheiro, mais do que uma porcentagem convencional do sistema financeiro, com ela se constrói um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada desses territórios em situação de vulnerabilidade.

Ao analisarmos essa pequena base de dados disponibilizada pelo Instituto E-Dinheiro Brasil, para nossa pesquisa, já podemos identificar a importância que a plataforma tem desempenhado para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento da rede e na melhoria de seus territórios. A ferramenta vem permitindo que cada centavo investido seja reinvestido diretamente na economia local, movimentando recursos e contribuindo para o crescimento econômico.

Neste sentido a plataforma E-Dinheiro nos mostrou que não só beneficia a economia local, mas também apoia as ações dos BCDs e a própria continuidade da plataforma, ela ainda vem desempenhando um papel fundamental na construção de um novo modelo de serviços financeiros solidários nos territórios empobrecidos, centrada no uso da tecnologia, transparência e participação social.

A plataforma E-Dinheiro, começa a pavimentar a construção de um novo modelo bancário que promove uma abordagem inclusiva e solidária, onde a tecnologia é usada para ampliar o acesso a serviços financeiros e bancários, fortalecendo comunidades e proporcionando uma alternativa ao sistema financeiro

tradicional capitalista permitindo uma emancipação social e financeiras destes territórios empobrecidos, construído a partir da autogestão e em rede com os demais membros das finanças solidárias no Brasil, a partir dos princípios da economia solidária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação destacou os resultados e benefícios significativos que a plataforma E-Dinheiro vem proporcionando à rede brasileira de bancos comunitários de desenvolvimento e ao sistema financeiro nacional como um todo. Através desta plataforma digital, os BCDs podem promover a inclusão financeira em comunidades marginalizadas, oferecendo serviços essenciais como microcrédito, transferências, pagamentos de contas e criação de bolsas locais, entre outros.

Uma perspectiva notável na análise dos dados coletados na pesquisa indica o quanto a Plataforma E-Dinheiro vem contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas, a partir do momento que facilita o acesso a oportunidades econômicas e promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos nos territórios onde está inserido, onde a eficiência e acessibilidade proporcionadas pela plataforma digital tornam os serviços financeiros mais acessíveis e eficazes, especialmente para aqueles desatendidos pelos bancos tradicionais e as novas fintechs do sistema capitalista.

A autonomia e autogestão dos bancos comunitários exibem uma tendência de fortalecimento com a adoção da Plataforma E-Dinheiro, permitindo maior controle sobre suas operações financeiras e impulsionando o desenvolvimento econômico local. Além disso, a integração com o sistema financeiro nacional é facilitada, promovendo uma maior colaboração e interação entre as instituições financeiras, para que serviços essenciais cheguem às pessoas que mais precisam.

Estes resultados corroboram, com as conclusões de que a plataforma E-Dinheiro vem desempenhando um papel fundamental na promoção da inclusão financeira, na redução das desigualdades e no fortalecimento dos BCDs como agentes de desenvolvimento econômico e social.

Onde os achados sugerem benefícios evidentes não apenas para os BCDs, mas também para a sociedade como um todo, contribuindo para a criação de um sistema financeiro mais inclusivo, equitativo e principalmente solidário, permitindo futuramente ser a ferramenta utilizada pelo Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que está sendo discutido com o Fórum de Economia Solidária e o Governo Federal.

Além dos benefícios já mencionados, os achados desta dissertação sugerem abrir espaço para debates e pesquisas futuras que permitirão uma compreensão mais aprofundada sobre a plataforma E-Dinheiro e seu impacto na rede brasileira de bancos comunitários.

Existem várias questões em aberto que merecem investigação adicional, como o desenvolvimento de estratégias para melhorar o funcionamento da plataforma e dos próprios bancos comunitários. Uma área de pesquisa promissora seria a análise das práticas de governança e gestão adotadas pelos bancos comunitários que utilizam a Plataforma E-Dinheiro, visando identificar as melhores estratégias para promover sua sustentabilidade financeira e sua eficácia na promoção do desenvolvimento local.

Além disso, seria interessante investigar o impacto das políticas públicas e regulamentações sobre as operações dos bancos comunitários e o uso da plataforma E-Dinheiro. Outro ponto relevante seria a avaliação da eficácia das iniciativas de educação financeira implementadas pelos bancos comunitários, especialmente aquelas apoiadas pelo E-Dinheiro, e seu impacto na capacitação das comunidades atendidas.

Também seria importante explorar maneiras de aumentar a visibilidade e a conscientização sobre os bancos comunitários e a plataforma E-Dinheiro, a fim de expandir seu alcance e sua adoção em todo o país.

A dissertação buscou demonstrar que a plataforma E-Dinheiro Brasil tem um impacto significativo nos territórios empobrecidos atendidos pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Rede Brasileira. Além disso, ela destaca como essa ferramenta pode potencializar ainda mais as ações desses BCDs em todo o território nacional.

No entanto, não se pretendeu sugerir que a plataforma seja a única responsável por mudanças no sistema financeiro nacional ou por garantir a subsistência e a melhoria total dos bancos comunitários sozinha. Ela é parte de um amplo conjunto de ações conduzidas por cada banco comunitário para aprimorar suas comunidades, e, por extensão, ajudar a construir um novo modelo de sistema

financeiro. Este novo modelo é baseado em solidariedade e centrado no ser humano, focando na inclusão financeira e no desenvolvimento social.

Aqui foram apontadas apenas algumas das áreas que podem ser exploradas em pesquisas futuras, com o objetivo de aprimorar a compreensão sobre o papel da plataforma E-Dinheiro e dos bancos comunitários de desenvolvimento na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento de suas ações como agentes de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Ao continuar investigando e debatendo essas questões, podemos contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dessas iniciativas e para a construção de um sistema financeiro mais justo, inclusivo e solidário, construído a partir das periferias de nosso país, mostrando toda sua pujança e força, onde possa ser possível dizer que de fato e de direito outra economia acontece e essa economia será solidária, através de suas múltiplas ferramentas.

Hoje vivemos na hegemonia capitalista e sentimos na prática e na vida diária o quanto esse modelo precisa e deve ser dissolvido e extinto. Sabemos que isso não é tarefa fácil e não acontecerá do dia para a noite, mas conseguimos visualizar que a partir da economia solidária somada a educação popular isso vem sendo fortemente debatido e construído.

Assim queremos dizer que um aplicativo como o E-Dinheiro não será a solução dos problemas dos bancos comunitários de desenvolvimento e muito menos do sistema financeiro nacional, mas sem ele, também não seremos capazes de repensar e efetivar a construção de um outro modelo para garantir a efetiva participação popular neste processo de mudança.

REFERÊNCIAS

ACCO, M. **Para onde vão os Estados nacionais? Abordagens da teoria social contemporânea sobre as pressões para a transformação dos Estados nacionais na virada para o Século XXI**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2009.

ALVES, E. E. et al. **Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático em governança marinha**. In: SENHORAS, E. M. (Org.). Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista, RR: Editora IOLE, 2022. p. 120.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anais II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, 2010**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata 944 CMN**. Brasília: Conselho Monetário Nacional, 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota jurídica PGBC 5927 2011**. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pix**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 1 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução BCB nº 1 de 12 de agosto de 2020**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=1>. Acesso em: 1 jan. 2024.

BATISTA, Leonardo Ferreira. **Desenvolvimento de Capacidades Coletivas em Inovações Sociais: Análise da Rede Paraibana de Bancos Comunitários**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2020.

BRASIL. **Brasil registra aumento de 5,1% de empresas abertas nos últimos quatro meses de 2023**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/memp-divulga-aumento-de-5-1-de-em-presas-abertas-nos-ultimos-quatro-meses-de-2023>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Brasil Sem Miséria**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1971.

BRASIL. **Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12865.htm. Acesso em: 1 jan. 2024.

CARNEIRO, G.; BEZ, C. **Clubes de Troca: Rompendo o silêncio, construindo outra história.** 2. ed. revisada. Curitiba: CEFURIA, 2011.

CARNEIRO, V. G. **Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários.** 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CERNEV, A. K.; DINIZ, E. H. **Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local.** Revista de Administração Contemporânea, v. 24, p. 487–506, 2020.

CONAES. **Documento final da 1ª CONAES.** Brasil, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/deliberacoes_1_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

CONAES. **Documento final da 2ª CONAES.** Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_I/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

COSTA, F. X. P. da. **Incubação de Empreendimentos Solidários – Uma Metodologia da Educação Popular.** 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisas: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

CUNHA, T. **Qual a maquininha de cartão com menor taxa?** Ranking 2024. Disponível em: <https://www.idinheiro.com.br/negocios/maquina-cartao-menor-taxa-debito/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DE FARIA, M. S.; CARNEIRO, V. G. (Org.). **Economia Solidária e Sociedade.** 30. ed. João Pessoa: CCTA UFPB, 2015.

DE OLIVEIRA, R. A. **Universidade e Economia Solidária: As Metodologias de Incubação fomentadas pelas Universidades no campo da Economia Solidária.** 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Kassel, Kassel, Alemanha.

DINERS CLUB. **História.** Disponível em: <https://www.dinersclub.com/about-us/history>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DISTRITO FEDERAL, S. D. B. **Ajuda trilionária do governo beneficia bancos privados e escancara descaso com o povo.** Bancários DF. Disponível em: <https://bancariosdf.com.br/portal/ajuda-trilionaria-do-governo-beneficia-bancos-privados-e-escancara-descaso-com-o-povo/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

DO BRASIL, B. C. **Fintechs**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs>. Acesso em: 16 dez. 2023.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica: Alternativas de gestão social**. [S. l.: s. n.]. Versão atualizada. 2012.

DUBEUX, A.; DUBEUX, H. **Educação em economia solidária e autogestão**. 1. ed. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

ERUNDINA, L. **PLP 93/2007**. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FERREIRA, V. M. P. **Economia Solidária, Microfinanças e Pluralismo Jurídico: Um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

FRANÇA FILHO, G. C. D. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cadernos EBAPE.BR, v. 2, n. 1, p. 01–18, 2004.

FREIRE, M. V. **Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação**. Logeion: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 57–73, 15 set. 2019.

GARCIA, D. B. **Bancos comunitários de desenvolvimento: um estudo sobre a implementação dos bancos comunitários ligados ao movimento de moradia no município de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20–29, jun. 1995.

GOVERNO FEDERAL. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) – Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador**. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnpm-po/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

HESPANHA, P. et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. [s. l.]: Almedina, 2009.

IACOVINI, V. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espolição e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

INDIAROA. **Lei nº 645/2022, de 23 de fevereiro de 2022. Indiaroba: Prefeitura Municipal, 2022**. Disponível em: <http://www.indiaroba.se.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2024.

JORNAL DIGITAL GZH. **Feira Internacional do Cooperativismo, em Santa Maria, recebeu 150 mil visitantes**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/07/feira-internacional-do-cooperativismo-em-santa-maria-recebeu-150-mil-visitantes-cljwy7e8d003z0150eny9dilx.html>. Acesso em: 17 dez. 2023.

KONZEN, J. I.; EGER, T. J.; RIBEIRO, M. P. **Cartilha dos fundos solidários: contribuição sobre histórico, constituição e gestão**. [s. l.: s. n.], 2017.

KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P.; UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (orgs.). **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. 1. ed. Salvador: Universidade Católica do Salvador; Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

LUCA, L. D. **Retrospectiva: as pedras no caminho e as conquistas das fintechs em 2023**. Finsiders Brasil, 31 dez. 2023. Disponível em: <https://finsidersbrasil.com.br/noticias-sobre-fintechs/retrospectiva-as-pedras-no-caminho-e-as-conquistas-das-fintechs-em-2023/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LUCENA, S. A. de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: estudo de caso sobre o processo organizativo da comunidade**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LUVEZUTE KRIPKA, R. M.; SCHELLER, M.; DE LARA BONOTTO, D. **La investigación documental sobre la investigación cualitativa: conceptos y caracterización**. Revista de Investigaciones UNAD, v. 14, n. 2, p. 55, 24 nov. 2015.

MARICÁ. **Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá**. Lei nº 2.448/13, 2013.

MEDEIROS, F. S. B. et al. **A economia solidária na estratégia do desenvolvimento sustentável: Um estudo na 18ª FEICOOP e 7ª feira do Mercosul de Santa Maria-RS**. Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe) - ISSN 2177-4153, v. 11, n. 1, 21 fev. 2013.

MELO, J. **As Moedas Sociais do Brasil: Do Palmacard ao E-Dinheiro**. 1. ed. Fortaleza: Arte Gráfica e Editora, 2023.

NESOL, N. de E. S. (org.). **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. 1. ed. São Paulo: A9 Editora, 2013.

NETO, J. J. de M.; MAGALHÃES, S. **Bancos comunitários de desenvolvimento**. Fortaleza: [s.n.], 2012.

NETO SEGUNDO, J. J. de M. N. S. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro - Banco Palmas... um caminho**. Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Boletim_RSSA. Acesso em: 3 jan. 2023.

OCEB, S. **Por um sistema financeiro mais justo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo-ba.coop.br/noticias-representacao/por-um-sistema-financeiro-mais-justo>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ODS BRASIL. **Indicador 8.10.1: (a) Número de agências bancárias por 100.000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100.000 adultos**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador8101>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PALMAS, E. T. do I. **100 perguntas frequentes**. Fortaleza: Instituto Palmas, 2014.

PALMAS, I. **E-Dinheiro - Manual de operações para bancos comunitários**. Banco Palmas, 2016. Disponível em: <https://institutopalmas.org.br/e-dinheiro-manual>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PAULINO, A. G. L. **Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco de Palmas**. Fortaleza: Imprensa Universitária - Universidade Federal do Ceará, 2014.

PRIMAVERA, H. **Moedas sociais no combate à fome**. 2004. Disponível em: https://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2004_fsm_mumbai_rits_entrevistahp.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

PUPO, C. G. D. P. **Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares**. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

RABELO, C. R. **Memórias de nossas lutas: narrativas do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará (1974 a 2014)**. Fortaleza: Secretaria de Educação do Ceará, 2017.

REDLASES. **Moeda Social e Democracia: Manual para compreender e fazer**. Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária, 2006. Disponível em: https://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2004_fsm_mumbai_rits_entrevistahp.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

REIS, T. A. **Política pública e sustentabilidade no campo da economia solidária: uma análise à luz da experiência baiana dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOLs)**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

RIBEIRO, D. de A. **Microcrédito como meio de desenvolvimento social**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2009.

RIBEIRO, S. D.; DE MÜYLDER, C. F. **Economia solidária: em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade**. Organizações & Sociedade, v. 21, p. 581–613, dez. 2014.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

RODRIGUES, R. M. **O Centro Público e seu papel na política de economia solidária: um estudo de caso do processo de implantação do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba**. 2024. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

SANTOS, D. P. dos; SANTOS, P. S. dos. **A economia solidária na Paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável**. Boletim Mercado de Trabalho, Mercado de Trabalho, v. 1, n. 71, p. 1–8, 2021.

SANTOS, D. P. dos. **O Rádio e a Mudança Comunitária**. 1. ed. João Pessoa-PB: Clube de Autores, 2013.

SEGURANÇA DIGITAL. **Segurança Digital**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/seguranca-digital/395833630>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SILVA, A. C. J. da et al. **Economia solidária: o Banco Comunitário Jardim Botânico da Comunidade do São Rafael**. 1. ed. João Pessoa-PB: CCTA UFPB, 2015.

SILVA, L. A. C. da. **Um olhar sobre a autogestão: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias**. 2007. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Boletim_RSSA. Acesso em: 3 jan. 2024.

SILVA, S. P. da. **Da 3ª Conferência ao Plano Nacional de Economia Solidária: balanço geral do processo e perspectivas futuras**. 2017a. Disponível em: <https://www.mte.gov.br/3Conferencia>. Acesso em: 3 jan. 2024.

SILVA, S. P. **Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. 2017b. Disponível em: https://www.mte.gov.br/Financas_Solidarias. Acesso em: 3 jan. 2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SITE DINERS CLUB. **História**. Disponível em: <https://www.dinersclub.com/about-us/history>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SITE INSTITUTO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários compra plataforma E-dinheiro**. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios-compra-plataforma-e-dinheiro/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SITE INSTITUTO PALMAS. **Relatório do e-dinheiro na Feira de Santa Maria**. Acervo Banco Palmas. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/relatorio-do-e-dinheiro-na-feira-de-santa-maria/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SOARES, C. L. B. **A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento?** Revista Orbis Latina, v. 1, 2011.

SOARES, C. L. B. **Moeda social – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

TIRIBA, L. **Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação**. 2016. Disponível em: <https://www.tiriba.org/economia-popular>. Acesso em: 3 jan. 2024.

USP, N. **Ação Nacional de Finanças Solidárias: o programa da Senaes entre 2003 e 2006**. (Cadernos de finanças solidárias). Núcleo de Economia Solidária - NESOL-USP, 2016. Disponível em: <https://www.nesol-usp.br/acao-nacional-financas-solidarias>. Acesso em: 17 abr. 2024.

USP, N. **Finanças solidárias**. (Cadernos de finanças solidárias). NESOL, 2015. Disponível em: <https://www.nesol-usp.br/financas-solidarias>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VIANA, A. L.; VALADARES, K. R. (Eds.). **Economia solidária e o mundo do trabalho: aprender e ensinar**. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2015.